



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JACQUELINE DE CASTRO RIMÁ

**PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – CAMPUS III, BANANEIRAS - PARAÍBA**

João Pessoa – PB
2017

JACQUELINE DE CASTRO RIMÁ

**PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – *CAMPUS III, BANANEIRAS - PARAÍBA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Eixo temático: Comunicação técnico-científica.

Orientadora: Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R575p Rimá, Jacqueline de Castro.

Produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal da Paraíba - Campus III, Bananeiras - Paraíba / Jacqueline de Castro Rimá. - João Pessoa, 2017.

131 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Targino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA/PPGCI.

1. Comunicação científica. 2. Produção técnico-científica. 3. Servidores técnico-administrativos em educação. I. Targino, Maria das Graças II. Título.

UFPB/BC

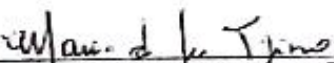
JACQUELINE DE CASTRO RIMÁ

**PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CAMPUS III, BANANEIRAS - PARAÍBA**

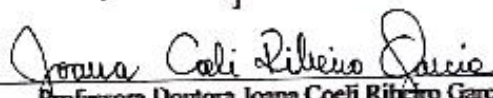
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Defesa em: 07/12/ 2017

BANCA EXAMINADORA



Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí / Universidade Federal da Paraíba



Professora Doutora Joana Coeli Ribeiro Garcia
Universidade Federal da Paraíba
Membro Interno

Professor Doutor José Washington de Moraes Medeiros
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Membro Externo

Professora Doutora Marynicé de Medeiros Matos Autran
Universidade Federal da Paraíba
Membro Interno Suplente

Professor Doutor Alisson Dias Gomes
Instituto Camillo Filho / Faculdade Santo Agostinho
Membro Externo Suplente

Àqueles que sempre acreditaram que o estudo engrandece o homem, eu dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus **familiares**, por compreenderem ausências e momentos de resignação em prol do ciclo do Curso de Mestrado, em especial, à minha mãe, **Suely Conceição Nóbrega de Castro** e ao meu esposo, **Eduard Francis Silva dos Santos**. O amor é imprescindível!

À bibliotecária-amiga, hoje professora, **Leyde Klébia Rodrigues da Silva**, pelo encorajamento e por sua assistência, principalmente, na fase de seleção do Curso de Mestrado. Suas observações foram fundamentais.

Aos amigos **Kátia Andrea Silva da Costa** e **Reinaldo Pereira de Aguiar**, ambos da comunidade de práticas Gestão Pública: a Visão dos Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas e Institutos Federais (GPTAE), por me incentivarem a investir em minha qualificação profissional.

Aos **colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba**, em especial, à **turma de 2016 do Curso de Mestrado**, pela aprendizagem e troca de experiências recíprocas. Destaque ao amigo **Sanderli José da Silva Segundo** pela parceria, paciência e senso de humor de sempre. Sua companhia tornou mais leve nossos tempos de estudo.

À professora orientadora **Maria das Graças Targino**, por aceitar o desafio da orientação, contribuindo sobremaneira para a superação de minhas limitações acadêmicas, profissionais e pessoais. Seu incentivo e a forma de conduzir nossa jornada marcaram minha trajetória.

À Direção do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, nas pessoas da professora **Terezinha Domiciano Dantas Martins** e do professor (*in memoriam*) **Pedro Germano Antonino Nunes**, pela concessão do afastamento para qualificação, uma vez que muitos técnico-administrativos não têm tal oportunidade.

À Direção da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da UFPB, em nome dos bibliotecários-amigos, **Maria de Fátima dos Santos Alves** e **Fernando Augusto Alves Vieira**, pela condescendência diante de meus momentos de certa abstração.

Às **“bibliotecárias e amigas, sempre lembradas com carinho”**: Ana Maria Coura Tatrai, Juliana da Silva Paiva, Tatyane Ortins, Vanessa Alves Santana.

O ser humano se engrandece no exato grau em que trabalha para o bem-estar do seu semelhante.

Mahatma Gandhi

RESUMO

Apresenta-se estudo sobre os servidores técnico-administrativos em educação (TAE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com o objetivo macro de analisar a produção técnico-científica dos TAE do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA / UFPB) *Campus III*, Bananeiras – Paraíba (PB). A partir daí, enunciam-se os objetivos específicos: (1) categorizar o perfil dos técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB com maior produção; (2) mapear a produção técnico-científica; (3) identificar os canais de comunicação utilizados para disseminar tal produção; (4) detectar a temática dos diversos tipos de produção técnico-científica dos TAE. Frente aos objetivos pretendidos, apresentam-se os pressupostos: (1) o perfil dos TAE que mais produzem são os que possuem formação acadêmica de nível superior, mesmo quando ocupam cargos / funções que exigem nível de escolaridade menor; (2) os servidores TAE da UFPB possuem produção técnico-científica, sendo os artigos de periódicos científicos, comunicações de eventos e capítulos de livros os canais de comunicação mais utilizados; (3) a produção técnico-científica dos TAE concentra-se nas áreas / temáticas educação, administração, agronomia, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos. Para consecução dos objetivos, no que concerne à revisão de literatura, recorre-se a fontes impressas ou eletrônicas que versam sobre os tópicos comunicação científica e ciência da informação / modalidades de comunicação / produção técnico-científica, e também sobre a realidade das instituições de ensino superior no Brasil, com ênfase para a realidade da UFPB. Em termos metodológicos, referente à tipologia da pesquisa, trata-se de pesquisa exploratória, a partir de abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, isto é, o *corpus* resulta de consulta ao currículo Lattes de todos os 131 servidores TAE do CCHSA / UFPB para identificação e estudo da produção, no período de 2013 a 2016. A partir de então, a análise de dados foi do tipo descritiva via análise estatística simples, com uso da técnica da análise de conteúdo, através da qual se categoriza a temática das produções. Após mapeamento da produção técnico-científica, verifica-se que os pressupostos levantados se confirmam. O perfil do técnico-administrativo em educação com maior produção é constituído por profissionais com formação de nível superior, mesmo quando ocupam cargos / funções de menor nível. Os canais de comunicação mais utilizados são anais de eventos, apresentação de trabalho e palestra, artigos de periódicos, cursos de curta duração ministrados, livros e capítulos de livros, e desenvolvimento de material instrucional. A temática da produção concentra-se nas áreas Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Ao final, apresentam-se as considerações finais, a lista de fontes consultadas e os apêndices.

Palavras-chave: Comunicação científica. Produção técnico-científica. Servidores técnico-administrativos em educação.

ABSTRACT

It presents a study about the technical-administrative servants in education (TAE) of the Federal University of Paraíba (UFPB), with macro aim at analyzing the technical-scientific production of the TAE of the Center for Human, Social and Agrarian Sciences (CCHSA / UFPB) *Campus III*, Bananeiras - Paraíba (PB). From there, the specific objectives are stated: (1) to categorize the profile of the technical-administrative in education of the CCHSA / UFPB with higher production; (2) map the technical-scientific production; (3) identify the communication channels used to disseminate such production; (4) to detect the thematic of the various types of technical-scientific production of the TAE. In view of this, the following assumptions are presented: (1) the profile of the TAE that produce the most are those with higher education, even when they hold positions that require lower level of education; (2) the TAE servants of the UFPB have technical-scientific production, being the articles of scientific journals, event communications and book chapters the most used communication channels; (3) the technical-scientific production of the TAE is concentrated in the areas/thematic of education, administration, agronomy, zootechnics, science and technology of food. In order to achieve the objectives, with regard to literature review, it resorted to printed or electronic sources that deal with topics of scientific communication and information science / communication modalities / technical-scientific production, as well as the reality of the institutions of higher education in Brazil, with emphasis on the reality of UFPB. In methodological terms, referring to the typology of the research, it is an exploratory research, based on a qualitative-quantitative approach, performed through bibliographical and documentary research, that is, the corpus results from consulting the Lattes curriculum of all 131 TAE servants of CCHSA / UFPB for identification and study of the production, from 2013 to 2016. From then on, the analysis of the data was of the descriptive type through simple statistical analysis, using the technique of content analysis, through which the production thematic is categorized. After mapping the technical-scientific production, it is verified that the assumptions raised are confirmed. The profile of the technical-administrative in education with higher production is made up by professionals with formation on higher education level, even when they hold lower level positions / functions. The most used communication channels are events annals, presentation of work and lecture, articles of journals, short time courses taught books and chapters of books, and development of instructional material. The production thematic focuses on such areas Agrarian Sciences, Applied Social Sciences and Human Sciences. At the end, the final considerations, the list of sources consulted and the appendices are presented.

Keywords: Scientific communication. Technical-scientific production. Technical-administrative servants in education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Representação dos paradigmas educativos.....	36
QUADRO 1	Histórico de fundação das capitais no Nordeste.....	39
QUADRO 2	Fundação das universidades federais no Nordeste.....	40
FIGURA 2	<i>Campi</i> da Universidade Federal da Paraíba.....	42
FIGURA 3	Organograma institucional da Universidade Federal da Paraíba.....	43
FIGURA 4	<i>Campus</i> III da Universidade Federal da Paraíba.....	44
QUADRO 3	Principais marcos legais da “gestão da capacitação por competências” na administração pública.....	51
QUADRO 4	Principais marcos legais na gestão da qualificação da administração pública...	54
QUADRO 5	Demonstrativo de aplicação do benefício de incentivo à qualificação.....	57
QUADRO 6	Técnico-administrativos em educação por unidade de lotação – 2017.....	62
QUADRO 7	Técnico-administrativos em educação com currículo Lattes – 2017.....	63
GRÁFICO 1	Total de currículos Lattes cadastrados na Plataforma Lattes – 2016.....	67
GRÁFICO 2	Currículos Lattes de estudantes cadastrados na Plataforma Lattes – 2016.....	67
QUADRO 8	Distribuição dos técnico-administrativos em educação por faixa etária e gênero.....	69
GRÁFICO 3	Distribuição dos técnico-administrativos em educação por gênero.....	70
GRÁFICO 4	Classe funcional / lotação.....	70
QUADRO 9	Distribuição dos cargos em exercício por lotação.....	71
GRÁFICO 5	Formação dos técnico-administrativos em educação.....	73
QUADRO 10	Cursos de formação dos técnico-administrativos em educação.....	74
QUADRO 11	Formação em andamento dos técnico-administrativos em educação.....	75
QUADRO 12	Idiomas / linguagem de domínio dos técnico-administrativos em educação.....	75
GRÁFICO 6	Prêmios e títulos dos técnico-administrativos em educação / períodos.....	76
QUADRO 13	Prêmios e títulos dos técnico-administrativos em educação.....	76-77
GRÁFICO 7	Grande área de atuação dos técnico-administrativos em educação.....	78
QUADRO 14	Área de atuação dos técnico-administrativos em educação.....	79
QUADRO 15	Subáreas de atuação dos técnico-administrativos em educação.....	80-82
GRÁFICO 8	Subárea de atuação dos técnico-administrativos em educação.....	82
QUADRO 16	Periódicos e / ou projetos de fomento com participação de técnico-administrativos em educação.....	83
GRÁFICO 9	Participação dos técnico-administrativos em educação em projetos.....	84
GRÁFICO 10	Projetos de extensão / participação dos técnico-administrativos em educação..	85
GRÁFICO 11	Projetos de pesquisa / participação dos técnico-administrativos em educação..	85
GRÁFICO 12	Produção dos técnico-administrativos em educação.....	86
QUADRO 17	Canais de comunicação da produção bibliográfica.....	87

QUADRO 18	Canais de comunicação da produção técnica.....	88
GRÁFICO 13	Idiomas da produção técnico-científica.....	88
GRÁFICO 14	Atualização dos currículos Lattes por período.....	88
GRÁFICO 15	Canais de comunicação da produção técnico-científica.....	90
QUADRO 19	Temas da produção bibliográfica.....	92
QUADRO 20	Temas da produção técnica.....	93
GRÁFICO 16	Áreas/temas da produção técnico-científica.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Matrículas em cursos de graduação presenciais por região (2012-2014).....	40
TABELA 2	Matrículas em cursos presenciais no ensino superior.....	41
TABELA 3	Total de servidores da Universidade Federal da Paraíba – 2017.....	49
TABELA 4	Titulação dos servidores efetivos da Universidade Federal da Paraíba – 2017...	50
TABELA 5	Percentuais de incentivo à qualificação	55
TABELA 6	Técnico-administrativos em educação / modalidade de produção.....	72
TABELA 7	Relação total técnico-administrativo em educação / modalidade de produção....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS

AAI	Assessoria para Assuntos Internacionais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	análise de conteúdo
AED	auxílio editoração
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BA	Bahia
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPHO	boas práticas de higiene na ordenha
CAC	Comissão de Acumulação de Cargos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVN	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
CBIOTEC	Centro de Biotecnologia
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCAE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CDH	Comissão de Direitos Humanos e do Cidadão
CDP	Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal
CE	Centro de Educação
CE	Ceará
CEAR	Centro de Energia Alternativas e Renováveis

C&T	ciência e tecnologia
CFU	Comissão Fórum Universitário
CI	ciência da informação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPAT	Embrapa Agroindústria Tropical
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPRODES	Cooperativa de processamento e comércio de produtos da Agricultura
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
CT&I	ciência, tecnologia e inovação
DECP	Divisão de Educação e Capacitação Profissional
DP	doutorado profissional
<i>E-books</i>	<i>electronic books</i>
EDU	Editora Universitária
<i>E-mail</i>	<i>electronic mail</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENASP	Encontro Acadêmico do Servidor Público
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Empresa Pública Brasileira de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação
FURNE	Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
GECC	Gratificação por encargo de curso ou concurso
GPTAE	Gestão pública: a visão dos técnico-administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDEP	Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
IES	instituição(ões) de ensino superior
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEA	Laboratório de Estudos Ambientais
MA	Maranhão
MBA	<i>Master Business Administration</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MP	mestrado profissional / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAJAC	Núcleo de Assistência Jurídica às Associações Cíveis do Estado da Paraíba
NDIHR	Núcleo de Desenvolvimento e Informação Histórica Regional
NI	não informado
NPCA	Núcleo de Produção de Comunicação e Artes
PB	Paraíba
PCCMF	Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
PCCTAE	Plano de Carreira do Servidor Técnico-Administrativo em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIPCIT	Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PQI	Plano de Qualificação Institucional
PQITEC	Programa de Qualificação Institucional dos Servidores Técnico-Administrativos
PRA	Pró-Reitoria Administrativa

PRAC	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso Ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PTS	Plano de Trabalho Setorial
PU	Prefeitura Universitária
RAT	relação aluno / técnico-administrativo
RI	repositório institucional
RN	Rio Grande do Norte
SE	Sergipe
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos
SIMTEC	Simpósio de Profissionais da Unicamp
SINTAE	Seminário de Integração dos Técnico-Administrativos
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SiSu	Sistema de Seleção Unificada
SITAE	Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
TAE	técnico-administrativo em educação
TIC	tecnologias de informação e de comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFT	Universidade Federal do Tocantins
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	24
2.1	Modalidades de comunicação	29
2.2	Produção técnico-científica	31
3	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	36
3.1	Universidade Federal da Paraíba	41
3.2	Servidor técnico administrativo em educação.....	47
3.3	Capacitação e qualificação profissional.....	49
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1	População e amostra	62
4.2	Procedimento de coleta dos dados	64
4.2.1	Plataforma Lattes	66
4.3	Análise dos dados	67
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	69
5.1	Perfil dos técnico-administrativos em educação.....	69
5.2	Mapeamento da produção técnico-científica.....	86
5.3	Identificação dos canais de comunicação	88
5.4	Temática da produção técnico-científica.....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICES	110
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE EXTRAÇÃO DE DADOS.....	111
	APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	120
	APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÊC- NICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	127

1 INTRODUÇÃO

O termo inovar é inerente a todas as áreas do saber. Entendemos que seja a capacidade de criar e produzir coisas novas, de pensar e de inserir algo novo num processo, num produto, num sistema, seja através de reflexões científicas e / ou acadêmicas. Há diferentes formas de reagir diante da inovação e da própria concepção de divulgação do saber. Por isso, espaços novos de reflexão e discussão surgem diariamente e a ciência da informação (CI) também comporta inovação. A este respeito, Pinheiro e Oliveira (2012, p. 12), acrescentam ser no “[...] território científico da ciência da informação que se desenvolve e fortalece teoricamente e na prática a comunicação científica e, por extensão, a divulgação científica, em suas múltiplas vertentes.”

A produção científica publicada em livros, capítulos de livros, artigos, projetos de pesquisa, monografias, comunicações em eventos, monografias de graduação, dissertações e teses proporcionam inovação na construção e na socialização do conhecimento. Estes ocorrem principalmente dentro do universo acadêmico, composto por discentes e servidores públicos, sejam eles docentes ou técnico-administrativos em educação (TAE). Estudos, pesquisas e práticas diárias desses agentes são disseminados tendo em vista a troca de experiências junto aos pares, além da criação da cultura da escrita, definida por Olson (1997, p. 165), como a fixação do registro escrito com um dado através do qual as interpretações podem ser comparadas, de tal forma que podemos dizer que “[...] a escrita criou um ‘texto’ fixo, original e objetivo; a imprensa colocou esse texto em milhares de mãos.” Negligenciar o registro escrito é correr o risco de ter informações limitadas, uma vez que “[...] a escrita documental possibilita *feedback* mais esquemático. Quando são longos e complexos, argumentos, raciocínios, deduções, explicações, etc. não podem ser comunicados perspicazmente sem a ajuda da escrita” (NARASIMHAN, 1997, p. 195).

A cultura da escrita favorece a divulgação das boas práticas, o compartilhamento do conhecimento produzido e viabiliza a consolidação da posição das instituições de ensino superior (IES) do Brasil na sociedade acadêmica. Como adendo, acrescentamos que a expressão boas práticas, derivada do inglês *best practice*, consiste em técnicas identificadas e experimentadas como eficientes e eficazes no contexto de implantação para execução de determinada tarefa, atividade ou procedimento ou, ainda, numa perspectiva mais ampla, para a realização de um conjunto desses elementos visando ao alcance de um objetivo comum, ou seja, trata-se de expressão que nomeia técnicas identificadas como as melhores para realizar determinada tarefa (PLATAFORMA de boas práticas..., 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob o número n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, no Título I vincula a educação ao mundo do trabalho e à prática social. A educação é definida em dois níveis escolares. A educação básica integra a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação superior privilegia o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Ainda segundo a LDB, “[...] as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, não paginado).

Para Meadows (1999, p. 7), “[...] a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa.” Ou seja, tão importante quanto a produção científica é dar publicidade a ela. Assim, com o propósito de promover a comunicação científica, algumas das IES brasileiras vêm desenvolvendo ações de estímulo, valorização e reconhecimento tanto dos docentes quanto dos TAE, ambos os segmentos como agentes produtores de conhecimento e como parte integrante do desenvolvimento das atividades-fim dessas entidades, a exemplo da / do:

- a) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Neste caso, as três IES promovem seminários de integração de servidores, respectivamente Seminário de Integração dos Técnico-Administrativos (SINTAE), Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (SITAE) e Simpósio de Profissionais da Unicamp (SIMTEC);
- b) Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o lançamento do livro, ano 2014, intitulado “Diagnóstico da pesquisa e da pós-graduação da Universidade Federal do Tocantins”;
- c) Universidade Federal de Sergipe (UFS), que institui, a partir da Resolução n. 40 / 2010 o repositório institucional (RI) da produção científica, técnica e administrativa do corpo docente e técnico-administrativo;
- d) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), que promove, desde 2011, a Semana de Produção Científica, com a participação de docentes, técnicos e estudantes;

- e) Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) com o Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica (PIPCIT), que apoia com bolsas discentes e servidores, docentes e técnico-administrativos, interessados no desenvolvimento de produção científica e de inovação tecnológica;
- f) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mediante a promoção da Jornada de Produção de Conhecimento pelos servidores técnico-administrativos;
- g) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que promove o I Seminário de Gestão Pública, 2016, objetivando contribuir para o aprimoramento das rotinas administrativas e processos de gestão.

Tais iniciativas, ao concederem visibilidade à produção dos TAE, também propiciam às IES instrumentos de formulação de política de incentivo à produção técnico-científica, divulgando e valorizando sua disseminação. De modo similar, aprofundam os conhecimentos e saberes desenvolvidos; favorecem a produção de material didático focado na realidade das instituições; contribuem para a formação de recursos humanos; e estimulam a comunidade acadêmica a publicar sua produção técnico-científica.

Sobre produção técnico-científica, entendemos como o conjunto de contribuições de cunho técnico-científico de um ou mais indivíduos, nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de registrar e divulgar conhecimentos e / ou práticas desenvolvidas ao longo de sua trajetória, sem caráter informativo, mas tão próximo quanto possível da cientificidade.

De acordo com Silva (2013, p.40), “[...] um autor é considerado produtivo, se o for em termos de publicações.” A produção científica sedimenta-se na totalidade de produtos tradicionalmente registrados no currículo Lattes (mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) dos docentes, dos TAE e dos estudantes que participam ativamente de grupos de pesquisa mantidos sistematicamente pelo CNPq.

Mas como se traduz a produção técnico-científica dos TAE, que ao contrário dos docentes, não são “obrigados” a publicar? Aqui, é preciso rever Odonne (1998, p. 84), para quem a preocupação da CI abrange “[...] todo o conjunto de atividades, especialistas, organizações, tecnologias, produtos e linguagens que se encontra imerso nesse espaço paradigmático cujo epicentro é a informação.” Assim sendo, tanto quanto discentes e docentes, os TAE podem se impor como produtores de conhecimento, tornando-se, por conseguinte, atores de uma nova conjuntura informacional.

Considerando o exposto até então, o interesse pelo objeto de estudo desta pesquisa parte de inquietações emergentes em momentos distintos de experiência profissional da pesquisadora em pauta. A partir dos estudos de graduação, com discussão realizada na monografia de conclusão do curso de biblioteconomia intitulada “Práticas de ensino / aprendizagem para construção do projeto político-pedagógico do curso de biblioteconomia da UFPB [Universidade Federal da Paraíba]”, constatamos que os conteúdos teóricos constituem elementos fundamentais para a consolidação do saber fazer. Um movimento dialético é gerado com base na reflexão crítica sobre a prática fundamentada na relação teoria x prática. A prática profissional tanto quanto o ensino deve estar conectada às atividades de pesquisa e de divulgação do conhecimento científico, uma vez que tais elementos se entrecruzam gerando tensionamento, o qual desafia o profissional numa perspectiva de práxis transformadora, permitindo contínua retroalimentação de conteúdos.

Outro fator vital para a seleção do objeto de estudo ora apresentado e que motiva intrinsecamente a pesquisa deriva do exercício da atividade profissional no serviço público, que demanda, de forma sistemática, a resolução de problemas, individualmente e coletivamente. De início, com a vivência de prática profissional na condição de TAE exercendo o cargo de bibliotecária-documentalista por três anos junto à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Posteriormente, desde 2013, na UFPB, momento em que a carência de estudo de caráter científico acerca da produção técnico-científica dos TAE da instituição assume proporção maior face às circunstâncias que demandam apresentação da produção dos técnico-administrativos.

Outra motivação que justifica a seleção temática se dá em virtude da atuação por três anos na produção de *electronic books (e-books)* como organizadora na comunidade de práticas virtuais “Gestão pública: a visão dos técnico-administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais (GPTAE)”, que visa socializar e integrar as informações produzidas pelo TAE, convergindo para a compreensão e a percepção desta servidora nas atividades-fim e atividades-meio das IES brasileiras.

A partir do exposto, desenvolvemos estudo de investigação sobre a produção técnico-científica dos TAE como forma de contribuir para o campo do trabalho e a vida profissional, na expectativa de que com o (re) conhecimento de sua produtividade, seja possível tanto valorizar quanto compartilhar os conhecimentos recém-gerados. É a conquista e o aprendizado através da investigação científica e, inevitavelmente, ética, num processo formativo e informativo. Além do mais, é possível que seus desdobramentos favoreçam a interação e a convivência com uma diversidade de ideias e de profissionais, o que consiste em

condição *sine qua non* para a consecução dos objetivos. De uma forma ou de outra, é evidente que tais medidas incentivam os TAE a pesquisarem e disseminarem suas produções em diferentes canais de comunicação, tendo em vista a criação da cultura da escrita para garantir que as práticas dos TAE sejam divulgadas, o que, por conseguinte, pode estimular a participação em projetos de pesquisa da instituição.

Reiteramos, pois, que a vivência da pesquisadora e a observação de fatos do dia a dia do técnico somadas ao envolvimento com sua produção técnico-científica na organização de *ebooks* representam razão suficiente para o aprofundamento dos conhecimentos voltados à temática, oportunizando questionamentos acerca da influência que a qualificação profissional exerce na produção técnico-científica dos TAE, a saber:

- a) os servidores técnico-administrativos em educação do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB) mantêm produção técnico-científica ou limitam-se ao exercício da prática profissional de seus cargos / suas funções?
- b) em caso positivo, há disseminação da produção técnico-científica dos TAE na esfera da UFPB?
- c) quais os canais de comunicação mais utilizados pelos TAE para divulgarem sua produção técnico-científica?

Diante de tais questionamentos, emerge uma pergunta norteadora:

Qual a participação do TAE do CCHSA / UFPB – *Campus* III na produção técnico-científica no contexto da referida universidade?

Segundo Figueiredo (2012, p.18), “[...] para que se possa entender o cenário da ‘produção científica de determinado grupo de autores e coautores, deve-se, primeiramente, saber quais são essas produções, quem as produz e quais são suas preferências.” Assim, com a intenção de responder ao problema de pesquisa apresentado acerca do conhecimento do CCHSA / UFPB – *Campus* III sobre o cenário da produção técnico-científica dos TAE, personagens no fazer técnico-científico, tais como discentes e docentes, e que também

contribuem com o desenvolvimento institucional e nacional, é objetivo geral da pesquisa analisar a produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus III*, Bananeiras – Paraíba (PB).

Com vistas a atender ao objetivo macro, enunciam-se os objetivos específicos:

1. categorizar o perfil dos técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus III*, Bananeiras – Paraíba (PB) com maior produção;
2. mapear a produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus III*, Bananeiras – Paraíba (PB);
3. identificar os canais de comunicação por eles utilizados para disseminar a produção técnico-científica em pauta;
4. detectar a temática dos diversos tipos de produção técnico-científica dos TAE em pauta.

Frente aos objetivos pretendidos, apresentam-se os pressupostos:

1. o perfil dos TAE que mais produzem são os que possuem formação acadêmica de nível superior, mesmo quando ocupam cargos / funções que exigem nível de escolaridade formal em ensino fundamental completo ou médio completo (profissionalizante ou com curso técnico completo);
2. os servidores TAE da UFPB possuem produção técnico-científica, sendo os artigos de periódicos científicos, comunicações de eventos e capítulos de livros os canais de comunicação mais utilizados;
3. a produção técnico-científica dos TAE, dentre as áreas do conhecimento apresentadas pelo CNPq (2017d), concentram-se, prioritariamente, em educação, administração, agronomia, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos.

Em termos estruturais, a dissertação expõe no presente capítulo introdutório o objeto de estudo, as justificativas que motivam sua escolha, questionamentos e pergunta norteadora, como também, objetivos e pressupostos. O capítulo dois trata dos conceitos de comunicação científica na ciência da informação, como campo voltado para questões científicas e para a vivência profissional direcionada aos “[...] problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Ademais, traz reflexões acerca da comunicação científica e as modalidades de comunicação, em foco a produção dos pesquisadores, ou seja, a produção técnico-científica.

A próxima grande seção – capítulo três – refere-se às IES no Brasil, com ênfase para a UFPB e os servidores técnico-administrativos, além de priorizar a importância da qualificação profissional para o fazer técnico e para a produção técnico-científica. O quarto capítulo relata os procedimentos metodológicos utilizados na execução da pesquisa, incluindo população e recorte amostral; coleta e análise de dados para posterior discussão dos resultados, levando em conta os objetivos e pressupostos formulados. O quinto capítulo, a discussão dos resultados, é desenvolvido com base nos dados coletados e na revisão de literatura. O último capítulo apresenta as considerações finais, no sentido de síntese da pesquisa quanto aos questionamentos levantados e aos objetivos inicialmente propostos. Segue-se lista das fontes impressas e eletrônicas utilizadas para a construção do texto aliadas aos apêndices.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As ciências estão fortemente relacionadas com o senso comum visando constituir conhecimentos válidos e consolidados. Certamente se não vivenciássemos o senso comum, a ciência não existiria. Muito do que já foi ciência há algum tempo, hoje não é mais. E da mesma forma poderá ocorrer com a ciência atual. Kuhn (1988) chama a evolução inevitável do processo científico de mudanças de paradigmas.

Um mesmo paradigma pode ser abordado de maneiras diferentes, pois a ciência é universal, embora as regras não o sejam. As “[...] regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras”, segundo palavras *ipsis litteris* de Kuhn (1988, p. 66). A procura por preceitos definidos corresponde à busca de argumentos que sustentem, minimamente, e por determinado intervalo de tempo um ponto de vista capaz de constituir uma tradição definida do que fazer e do que não fazer em ciências. Para esse autor, a ciência não é um sistema de declarações exatas e bem estabelecidas, muito menos um sistema que avança para um estado final. É, sim, um sistema de movimentos em forma de espiral com verdades hipotéticas, haja vista que seu avanço advém da confirmação e / ou negação de hipóteses e teorias.

Na pós-modernidade iniciada na década de 50 (século XX), a mutação do conhecimento persiste, como em qualquer fase da história da humanidade. Traz consigo inúmeras transformações. Para Lyotard (2009), o que singulariza essa época é a aparente perda de crenças e visões totalizantes da história, transformando-se em período de mudanças significativas, decorrentes da ideia de certezas (verdades) e de incertezas (hipóteses), quando há notória alterações do saber científico. Ainda no contexto pós-moderno, emerge a ciência da informação, reconhecidamente uma ciência interdisciplinar, resultado da conjunção de várias disciplinas. Constituída por um conjunto de fatores científicos e não científicos, a CI tem como propriedade a convivência com diferentes correntes e modelos teóricos que proporcionam seu surgimento como ciência pós-moderna. De acordo com Silva e Freire (2012), alguns elementos proporcionam, à época, a origem da CI, conferindo certas características identitárias, a saber:

- a) relação entre biblioteconomia e ciência da informação (identidade histórica);
- b) documentação, como proposta dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine (identidade de projeto). Os teóricos buscam enfocar o fenômeno social da informação via questões

políticas e corporativas. Otlet, por exemplo, estabelece o princípio para a documentação e as bases para o advento da CI, na medida em que alavanca o entendimento sobre informação como campo de estudo e de pesquisa;

- c) contribuição dos Estados Unidos da América (EUA) e do continente europeu para criação da ciência da informação (identidade partilhada);
- d) instalação de associações profissionais e científicas em ciência da informação (identidade institucional).

Os principais conceitos da CI como campo de estudo e pesquisa são resumidamente categorizados por Araújo (2014) dentro das correntes teóricas ou áreas temáticas, atualmente categorizadas pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), a saber: estudos históricos e epistemológicos da ciência da informação; organização e representação do conhecimento; mediação e circulação da apropriação da informação; gestão da informação e conhecimento; política e economia da informação; informação, educação e trabalho; produção e comunicação da informação em ciência, tecnologia & inovação; informação e tecnologia; museu, patrimônio e informação; informação e memória; informação e saúde.

Segundo Le Coadic (1996), a ciência da informação tem como objeto de estudo as propriedades gerais da informação, quais sejam, natureza, gênese e efeito. Uma de suas características é interagir com problemas de informação, juntamente com a recuperação da informação, na condição de fenômeno social. Na visão de Saracevic (1996), a mudança sobre a verdadeira relevância dos problemas informacionais conduz ao surgimento da ciência da informação.

Logo, é possível afirmar que a CI vem à tona para solucionar ou amenizar um grave problema, tanto sob a ótica de documentação e da dispersão da literatura, quanto de recuperação das informações circulantes, assumindo a função de reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido em todo o mundo. Em outras palavras, é o registro da informação que torna possível o acesso aos conhecimentos científicos produzidos. Segundo Figueiredo (2012, p. 17), devido ao poder de comprovação, o saber de cunho científico é propenso a ter mais aceitação no círculo do conhecimento, como também mais confiável, e por esta razão deve ser produzido e disseminado para que a maior quantidade de pessoas possa ter acesso.

Neste sentido, a comunicação científica possibilita o compartilhamento dos conhecimentos divulgados por acadêmicos e cientistas. A informação é importante e igualmente essencial para o desenvolvimento da ciência e tecnologia (C&T), como recurso que alimenta o fluxo informacional. Ferreira e Targino (2010) elucidam que, sem uso efetivo, a informação não acresce valor, uma vez que a utilidade da informação vincula-se a processos comunicativos.

Na comunicação científica, primeiramente, a distribuição de informação acontece entre os pares e, depois, chega à sociedade, maior interessada no avanço da C&T. Para Fourez (1995), é ela formada por um grupo bem definido, independente economicamente do poder, que fundamenta seu comportamento e sua gestão no método científico. Parte essencial do desenvolvimento da ciência, é considerada por Príncipe (2013), como uma das mais profícuas subáreas de pesquisa da ciência da informação.

Na esfera da ciência da informação, Capurro (2003) descreve a informação, a partir de três conceitos: (1) físico, entendido como coisa, algo que o emissor transmite ao receptor; (2) cognitivo, ou seja, os processos mentais e / ou informação processada; (3) social, ligado à ação humana e ao compartilhamento do conhecimento. Em outras palavras, para a CI, a informação é derivada do conhecimento particular do indivíduo e constituída por uma reunião de fatores: físico (documento), cognitivo (intercâmbio entre o físico e o conhecimento), e sociocultural (compartilhamento do processo cognitivo). Seguindo linha similar de pensamento, Araújo (2014), numa releitura de Capurro (2003), também apresenta três conceitos de informação mantidos pela CI:

- a) primeiro, ligado à dimensão material e física, mediante estudo sob perspectiva positivista;
- b) segundo, mais amplo, ligado à dimensão cognitiva, na qual a informação é associada à interação de dados e conhecimentos. Os estudos estão relacionados à identificação de significados e ressignificados;
- c) terceiro, mais contemporâneo, possui grau mais elevado de complexidade e abstração. Assim, coloca a informação na esfera das ações humanas e em contextos socioculturais concretos.

Quer dizer, é possível definir informação como um objeto de propriedade intelectual privada, usada na comunicação tal como um derivado físico do conhecimento. Enquanto bem livre, está disponível sem custo. Ademais, não é consumida (não se acaba) quando utilizada, igualmente como o ar que respiramos.

Por conseguinte, diante do discutido até então, percebemos que, através da informação, a comunicação científica efetiva-se e permite caminhos múltiplos. Viver não é mais o único objetivo. O objetivo mor é transmitir informações e conhecimentos, com o propósito de satisfazer as demandas do ser humano, de forma consciente ou inconsciente. É neste sentido, que Odonne (1998, p.83) afirma:

A ciência da informação, enquanto campo do saber humano ocupa-se, tanto do fluxo da comunicação como de seus atores e dos registros que transportam a informação e o conhecimento [...] Identifica sua mecânica processual e as instituições que dela participam, seus produtos, seus especialistas e usuários, as ferramentas e as técnicas de que se utiliza, procurando compreendê-los enquanto componentes do vasto organismo sistêmico que garante ao homem a satisfação de seu anseio e de sua necessidade de produzir, transformar, utilizar, comunicar, transmitir, enfim, perpetuar o conhecimento.

Isto posto, cabe ao cientista da informação avaliar o conteúdo da comunicação e observar a informação desde sua origem até a utilização social num processo sistêmico com vistas a garantir a perpetuação do conhecimento. Kobashi e Tálamo (2003) defendem que a CI deve considerar como os conteúdos podem ser acessados, utilizados e entendidos. Portanto, as tecnologias de informação e de comunicação (TIC) destacam-se, uma vez que alteram sensivelmente o cenário da comunicação científica, favorecendo acesso às informações numa verdadeira revolução tecnológica, como idealizada pelo citado Paul Otlet, em 1934, no *Traité de Documentation*, considerado à época mera especulação ou visão revolucionária do futuro.

A velocidade com que as informações são impressas e as TIC propiciam aumento exponencial do fluxo informacional. Com a expansão de portais e *websites* (lugar na rede; página) na internet, por exemplo, cada indivíduo torna-se autor de sua própria página de notícias através de redes sociais e *blogs* ou até mesmo de *ebooks* de sua autoria. E mais, posteriormente ao surgimento das TIC, a comunicação em rede passa a ser utilizada por pesquisadores e cientistas com o intuito de divulgar, aproximar, disseminar e produzir com os pares, entre outras ações, proporcionando o compartilhamento de informações e de conhecimentos, uma vez que a inserção de tais ferramentas propicia a difusão de assuntos, práticas e conhecimentos, profissionais, entre outros.

Neste sentido, as TIC são verdadeiras ferramentas para a CI. E, de fato, atualmente, na sociedade informacional reconhecida pelo grande fluxo informacional que nos permeia, cuja característica central são as tecnologias, os indivíduos com acesso à internet com suas potencialidades, têm disponível num só clique informações das mais variadas modalidades formais e informais. Na medida em que compartilham seus conhecimentos, fruto da produção intelectual, em diferentes canais de comunicação, como as redes sociais e os *blogs*, usados com frequência, tanto para fins pessoais como institucionais ou de determinadas áreas, passam facilmente a ter “voz” e transmutam-se em produtores de informação. Eis procedimento adotado, inclusive por cientistas e pesquisadores na sociedade contemporânea, onde a informação assume valor imensurável e passa a ser instrumento de decisão em todas as esferas, seja ela pessoal, social, econômica e política.

A este respeito, Liberatore e Herrero-Solana (2013) acrescentam que a sociedade da informação constitui campo relativamente autônomo no Brasil. Surge em torno das políticas públicas por meio do “Programa para Sociedade da Informação”, materializada com o denominado “Livro verde” organizado por Takahashi (2000). Alguns tópicos relacionados à sociedade referendada são: globalização, inclusão digital e disseminação da informação, esta entendida a partir das políticas de acesso.

A informação desempenha também papel educativo, haja vista que, segundo Targino (1998), é na consolidação da sociedade do conhecimento ou sociedade da informação que a informação assume papel prioritário. No momento atual, adquire extrema importância e se torna o símbolo da sociedade da informação. Quem tem informação, em geral, está à frente de quem não possui. Exemplificando: quem sabe onde buscar informações sobre determinados temas, invariavelmente, está à frente de quem não sabe como fazê-lo. Isto é, a informação ganha poder e vira agente gerador, servindo, inclusive, como ponto de verificação de poder: só os que têm melhor estrutura em relação à informação integram a sociedade baseada no conhecimento. Os demais correm o risco de permanecerem à margem da coletividade (SILVA, 2001).

Por conseguinte, lidar com informação não constitui tarefa fácil, principalmente, se levarmos em conta seu papel ao lado da força da comunicação. Segundo Simeão (2006), todo este conjunto de produção e disseminação de informação é percebido como fenômenos sociais, fruto das transformações socioculturais e tecnológicas, acentuadas na revolução científica e técnica da segunda metade do século XX, fase pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para Saracevic (1991), trata-se do marco inicial dos estudos informacionais, como conhecidos nos dias de hoje.

Em suma, os anos 60 do século XX são vistos como a década de surgimento da nova ciência – a CI – que aparece, justamente, face à necessidade de organização e de entendimento da informação técnico-científica, no período pós-guerra. Isto reforça, ainda mais, a importância dos estudos de comunicação científica, efetivados através de modalidades de comunicação, conforme discutido a seguir.

2.1 Modalidades de comunicação

A comunicação constitui um processo que possibilita a circulação do fluxo informacional dentre os segmentos sociais. A comunicação científica é basilar para todos os pesquisadores. Propicia à produção científica (produto) e aos pesquisadores (produtores) a necessária visibilidade e a possível credibilidade no meio social em que ambos se inserem. *A priori*, a comunicação científica acontece na esfera da comunidade científica. Posteriormente, depois do *imprimatur* dos pares, a informação recém-chegada (já com o aparato de conhecimento) chega à sociedade por meio da divulgação científica. Em meio às modalidades existentes, as categorias mais disseminadas da comunicação científica são a comunicação formal e informal. Contudo, há outras modalidades de comunicação, como comunicação semiformal, comunicação superformal e comunicação supraformal e / ou eletrônica. São estágios específicos, com características que se correlacionam. Tais traços permitem uma espécie de gradação do informal para o formal, perpassando pelo semiformal até alcançar a comunicação eletrônica, como Targino (1998) acresce.

A **comunicação formal** é caracterizada por Le Coadic (1996) e Witter (1990) como a comunicação escrita, ocorrendo sob o formato de textos – livros, capítulos, folhetos, periódicos, artigos, relatórios, etc. Em âmbito geral, o documento formal advém do círculo acadêmico / científico, mantém fundamentação teórica e a função mor de garantir a prioridade da descoberta científica, persuadir e convencer a comunidade científica e a sociedade como um todo de que os resultados divulgados podem ser aceitos como conhecimento válido e consolidado. Nesta modalidade, as informações assumem menor grau de repetição e sua armazenagem e recuperação são seguras, o que possibilita atingir um público mais abrangente.

A **comunicação informal**, por sua vez, é sinônimo de comunicação oral. Em geral, tal modalidade faz parte do trabalho cotidiano, mantendo fluxo rápido de processamento, e por conseguinte, impondo-se como meio ágil para atualização. Segundo Targino (1998, p.72) “[...] é mais fácil para um pesquisador receber a informação necessária de um colega

competente do que enveredar na multidão de artigos perdidos entre centenas de normas e milhões de fascículos de periódicos.” Em complementação, Meadows (1999) argumenta que a comunicação informal inclui tanto recursos de comunicação escrita, por exemplo, mensagens eletrônicas em redes sociais, cartas, *electronic mail (e-mail, correio eletrônico)*, fax, etc., quanto comunicação oral, por exemplo, telefonemas, palestras, conversas em grupo de amigos, relatos de experiência e / ou de pesquisa trazidos a público em reuniões departamentais, por exemplo. Diante do exposto, muitas vezes, a comunicação informal antecede a formal, o que permite celeridade no acesso a informações mais atualizadas.

A partir do exposto, entendemos que suportes e ambientes de comunicação científica, formais ou informais, podem ser variados como espaços colaborativos acadêmicos, a exemplo de *blogs* científicos, grupos eletrônicos de discussão que tendem a substituir os colégios invisíveis em seu formato tradicional, dentre outros.

A **comunicação semiformal**, fundamental à atualização profissional, faz uso da formalidade e informalidade, simultaneamente, tais como comunicações de eventos acadêmicos, profissionais e / ou técnico-científicos, forma usual entre cientistas e pesquisadores. Guardam o traço formal mediante a divulgação de anais impressos e / ou eletrônicos. Guardam o traço informal quando recorrem à oralidade, mediante apresentação verbal. Em linhas gerais, na comunicação semiformal, é comum o emprego concomitante de mesas redondas, exposições de livros e de periódicos, e conversas face a face, possibilitando a discussão crítica entre os pares (DIAS, 2011).

A **comunicação superformal**, por sua vez, é uma modalidade constituída através de filtros de qualidade aplicados na comunicação formal, como por exemplo, publicações secundárias e terciárias, serviços de indexação e de resumo, além das revisões exaustivas de literatura. Para Christovão (1979), trata-se de uma modalidade de abordagem do conhecimento já reconhecida e assimilada pela comunidade científica.

Em se tratando da **comunicação supraformal**, considerada, às vezes, como **comunicação eletrônica**, é a tipificação mais atual de comunicação. Segundo Dias (2011), acontece por meio de canais plurais da comunicação científica que fazem uso das TIC, como por exemplo, a própria internet, intranet, *sites* especializados de busca, bases de dados, documentos, livros e periódicos eletrônicos, portais de informação científica, e até mesmo mediante a troca de *e-mails* institucionais / técnicos / científicos, entre outros.

Em suma, cada uma das modalidades assume finalidades distintas quanto à operacionalização das pesquisas. Nem sempre tal categorização é consensual entre os teóricos da comunicação científica, exatamente pela proximidade que há entre elas. Isto atesta o fato

de que, ao longo dos anos, as formas de divulgação e a popularização das ciências têm evoluído para atender a motivações e a propósitos múltiplos. Neste sentido, o CNPq destaca os diversos meios, os instrumentos e as formas de divulgação e popularização da ciência:

[...] congressos, seminários, colóquios, palestras, conferências, publicações variadas (livros, revistas, jornais, folhetos, etc.) à criação de museus com exposições abertas ao público, jardins botânicos, planetários, filmes, vídeos, programas de rádio e TV, internet, centros de ciência, parques temáticos, incluindo escolas, faculdades e universidades (CNPq, 2017c, não paginado).

A explosão informacional e a crescente democratização dos conhecimentos desencadeiam necessidades cada vez maiores de se recorrer à pesquisa e a fontes diversas de informação. Diante do exposto, de forma concisa, Targino (2000, p. 5, grifo do autor) assegura “[...] não há ciência sem comunicação. Não há comunicação sem **informação**.” Isto é, independentemente dos meios, todas as modalidades mencionadas possibilitam que a informação, imprescindível à evolução da ciência, seja comunicada, e consequentemente, assegura visibilidade às pesquisas. O fundamental é que o conhecimento qualificado nas diferentes áreas do saber, seja disponibilizado, divulgado, democratizado, para que a voz da comunidade científica e técnico-científica seja ouvida.

2.2 Produção técnico-científica

O crescimento da ciência – comprometida com as demandas individuais e coletivas dos indivíduos – influencia diretamente a comunicação científica. Em geral, seu desenvolvimento é identificado a partir de critérios demarcados. Porém, eles são voláteis e de difícil mensuração. Referem-se aos seguintes itens: número de pesquisadores; volume de verbas investidas; número de produção científica.

A princípio, é pertinente entender que há uma diferenciação entre produção científica e produção técnico-científica. Em termos genéricos, produção é o tipo de trabalho elaborado – científico ou técnico-científico. No entanto, a produção só tem razão de ser se outras pessoas a acessam. Uma informação – manuscrita, em áudio ou em vídeo – na condição de produto principal comum a todos os pesquisadores, só recebe o *status* de produção científica ou técnico-científica a partir do momento que começa a circular. Quer dizer, é necessário efetivar o processo de comunicação / publicização dos conteúdos de modo a torná-lo disponível para outros indivíduos, pois só assim há oportunidade de intercâmbio de ideias entre os indivíduos. É a confirmação do renomado clássico em comunicação científica, Ziman (1979, p. 83),

quando este defende “[...] uma grande descoberta científica não passa a existir, apenas, por força da autoridade moral ou do talento literário do seu criador, e sim pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica.”

Mas o que é produção científica? Menezes (1993, 40) a caracteriza como “[...] o conjunto de estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, gerando conhecimento, sendo este aceito pela comunidade científica, e os resultados dos estudos, divulgados em veículos de comunicação formal, informal e não convencional.” Esse tipo de produção tem como elemento-chave a comunicação e a informação, derivadas de agentes que escolhem um ou mais canais para disseminá-las dentre a comunidade científica ou não científica. Em linha similar, para Lourenço (1997, p. 25), produção científica é “[...] toda a produção documental, independente (*sic*) do suporte desta – papel ou meio magnético – sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes.”

Quanto à terminologia da produção técnico-científica, é considerada nesta pesquisa, como o conjunto de contribuições de cunho técnico-científico (livros, trabalhos em congressos, publicações periódicas, manuais, relatórios administrativos, relatórios de pesquisa, trabalhos técnicos, cartas, mapas ou similares, material didático ou instrucional) de um ou mais indivíduos, nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de registrar seus conhecimentos e / ou práticas desenvolvidas ao longo de sua trajetória, sem caráter informativo, mas tão próximo quanto possível da cientificidade. Trata-se de produção consolidada nas diversas áreas do conhecimento, e sua disseminação acontece por meio de múltiplos canais de comunicação, como periódicos científicos, comunicações em eventos e resumos. Nesse sentido, a produção técnico-científica prioriza a produção advinda de instituições de ensino superior:

[...] diz respeito à publicação de livros, capítulos de livros e artigos, bem como à publicação de trabalhos ou resumos de trabalhos em anais de congressos científicos, entre outros. Esse tipo de produção é um importante indicador da qualidade da pesquisa e da atuação do corpo docente da instituição, inclusive daqueles que não estão ligados à pós-graduação. (MENEZES; SANTOS, 2001a, não paginado).

Na mesma linha de pensamento, Targino (2008, p. 365) acrescenta que os textos técnico-científicos são “[...] destinados a divulgar os novos conhecimentos oriundos dos avanços da C&T.” A autora os agrupa em dois grandes blocos:

- a) publicações monográficas: livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, trabalhos de conclusão de pós-graduação *lato sensu* (cursos de aperfeiçoamento e especialização, incluindo cursos designados como *Master Business Administration*, MBA), trabalhos de conclusão de pós-graduação *stricto sensu* (dissertações e teses), relatórios técnicos e administrativos, trabalhos de congressos, *preprints* (versões em fase de impressão), *prepapers* (versões provisórias), *letters* (cartas comunicando pesquisas em andamento), *reprints* (separatas);
- b) publicações periódicas: artigos de revistas técnico-científicas e, às vezes, matérias de jornais.

A respeito das publicações periódicas, especificamente sobre periódicos científicos, Braga e Oberhofer (1982, p. 27) apresentam três categorias de periódicos estabelecidas por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT):

1. científicos – quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados, resultantes de atividades de pesquisa. Esses artigos são identificados através de descrições internas denominadas “Método”, “Metodologia”, “Resultados”, “Conclusões” etc.;
2. técnicos – quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados, emitindo opiniões, pontos de vista, etc. de especialistas sobre determinado assunto e artigos assinados, mas não resultantes de atividades de pesquisa;
3. divulgação – quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a notícias curtas, informes, etc. e matéria não assinada.

Nos dias atuais, o CNPq (2011) estabelece alguns requisitos básicos quanto à sua natureza exigidos pelo programa de apoio às publicações científicas do CNPq de auxílio editoração (AED):

1. publicar mais de 50% de artigos científicos e / ou técnico-científicos, gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;
2. possuir abrangência nacional / internacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico (este, de alto nível);
3. ter circulado regularmente no ano imediatamente anterior à data da solicitação;

4. publicar, no mínimo, [...] cinco artigos por fascículo;
5. publicar, pelo menos, [...] dois fascículos por ano;
6. não ser revistas departamentais, institucionais ou regionais, que publiquem predominantemente trabalhos localizados;
7. atender aos padrões mínimos de normalização da ABNT [ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS];
8. possuir número internacional normatizado para publicações seriadas ISSN [*International Standard Serial Number*] obtido junto ao IBICT (CNPq, 2011, não paginado).

Castedo (2005), por sua vez, resume a classificação dos periódicos apenas em duas categorias: (a) referentes à originalidade do conteúdo publicado; (b) referente à procedência dos textos em que está relacionada à atividade de pesquisa ou não. Diante do exposto, entendemos que o artigo científico apresenta ideias ou pontos de vista, métodos, processos e resultados referentes à área do conhecimento de cada título, Sendo o público de autores e leitores dos periódicos, em geral, indivíduos especializados na área de conhecimento que atuam. Em complementação, com o objetivo de orientar os autores a respeito de como proceder na escrita, o CNPq (2017b) apresenta 21 diretrizes básicas à integridade na atividade científica. Para melhor entendimento, associamos as diretrizes em sete categorias, agrupando os diversos aspectos mencionados por relação de conteúdo, como verificado a seguir:

- a) **fonte (credibilidade)** – dar crédito às fontes utilizadas e aos autores que, em primeiro lugar, relataram a observação ou ideia que está sendo apresentada e, ao descrever pesquisa de terceiros, não confiar em resumo secundário. Sempre que possível, deve-se recorrer à literatura original; indicar sempre a fonte original da informação relatada;
- b) **fonte (citação)** – usar aspas nas citações literais, ou seja, ser fiel às ideias ou aos fatos apresentados pelo autor original, que deve ser sempre citado. Quando em dúvida se um conceito ou um fato é de conhecimento comum, assegurar-se da correção das citações e das referências. Estas devem corresponder a uma citação no texto do manuscrito;
- c) **fonte (autoplágio)** – fazer menção (referências e citações), ao utilizar textos e trabalhos anteriores do próprio autor;

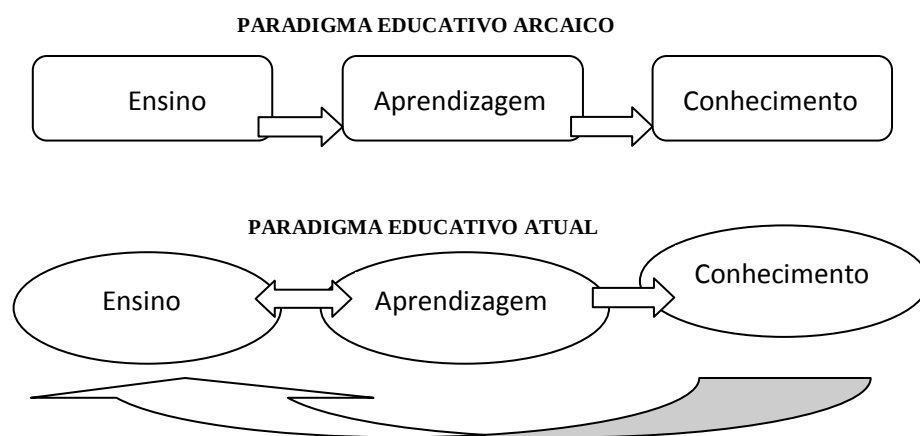
- d) **clareza na apresentação dos dados** – deixar claro a utilização de outras fontes, de forma que o leitor possa identificar quais são as ideias do autor e quais as ideias de fontes consultadas;
- e) **autoria** – não incluir autores que não contribuíram com a pesquisa. Isto é, os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, sua contribuição pessoal ao trabalho, o que pressupõe discutir a inclusão de autores no manuscrito antes de começar a colaboração, fundamentada em orientações estabelecidas e, também, certificar que a autoria num manuscrito seja atribuída apenas às pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho. De forma similar, a colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Cabe aos orientadores cuidarem para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem que se excluam aqueles que efetivamente participaram do trabalho;
- f) **aspectos éticos** – manter padrões éticos na execução, independentemente de incluir animais ou seres humanos. Isto significa: (1) indicar aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação; (2) relatar todos os aspectos importantes do estudo para a reprodutibilidade da pesquisa; (3) não fragmentar em manuscritos individuais resultados de um estudo único complexo e que podem ser apresentados como um todo coesivo; (4) não manipular fatores de impacto ou impor a probabilidade de aceitação de uma pesquisa, fazendo uso de inclusão de referências com questionável relevância; (5) relatar evidências que contrariem o ponto de vista do autor, sempre que existirem; (6) utilizar evidências em apoio às posições metodologicamente sólidas; (7) caso se recorra a estudos com deficiências metodológicas, estatísticas ou outras, estas devem ser apontadas aos leitores, lembrando, ademais, que autoria fantasma em ciência é eticamente inaceitável;
- g) **aspectos de responsabilidade** – os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, o que exige descrição clara sobre alteração dos resultados iniciais obtidos numa pesquisa junto com uma justificativa racional para o emprego de tais procedimentos.

3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Decerto, a educação é a base do desenvolvimento de uma sociedade em todos os aspectos. Configura-se como o princípio da formação dos indivíduos, constituindo, portanto, elemento fundamental, seja no âmbito individual, seja no social. Aceita esta premissa, é importante frisar que as instituições de ensino mantêm função precípua, pois nelas é que estão inseridos os signos do conhecimento, formando os profissionais do presente e do futuro. Quer dizer, a educação propõe-se a servir não aos interesses de classes, mas aos interesses dos indivíduos. Fundamenta-se no princípio da vinculação da escola com o meio social como ideal condicionado pela vida social (SILVA, 2008).

Em linha similar de pensamento, Gomes (2014, p. 8) acrescenta que a educação e o conhecimento “[...] constituem pilares básicos da essência humana.” Postula, através da **Figura 1**, sobre os paradigmas educativos, nos quais a “[...] ênfase na produção e reprodução dos saberes vem se deslocando do ensino à aprendizagem e da formação grupal à formação individual e / ou pequenos coletivos” (GOMES, 2014, p. 108). Consequentemente, acresce-se que, na condição de instância básica da chamada cultura da informação, a educação é, hoje, concebida como acelerador do crescimento econômico, uma vez que assegura a formação de cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível. Para tanto, é essencial que a divulgação da produção gerada nas IES seja eficaz como estímulo para sua qualidade. Afinal, a produção da ciência não ocorre destituída do contexto social em que está inserida.

Figura 1 – Representação dos paradigmas educativos



Fonte: Gomes (2014).

Com a representação da **Figura 1** e com base em Morin (1999), este leva a refletir sobre as mudanças no sistema de ensino do país e sobre a não fragmentação dos saberes, culminando com “[...] o paradigma de relação circular entre partes e todo, entre o simples e o complexo”, entendido como interdisciplinaridade (GOMES, 2014, p. 108). É neste contexto educacional, que estão as IES e as agências especializadas em educação com o objetivo maior de produzir conhecimentos. Por isso, devem oferecer aos cidadãos um meio favorável ao intercâmbio e à transmissão de novos saberes, sensibilizando-os tanto para o trabalho quanto para sua atuação em conformidade com predileções e demandas.

O panorama do ensino superior no Brasil é constituído por IES públicas (sem fins lucrativos) e privadas, com fins lucrativos. As públicas são mantidas pelo poder público federal – as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estadual e municipal. De acordo com o mapa do ensino superior no Brasil editado pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP, 2016, p. 8) havia em 2014 “[...] 1.708 Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma Instituição de Ensino Superior).” Ainda segundo a mesma fonte, esse número permaneceu em constante ascensão entre os anos de 2000 e 2014, totalizando no último levantamento 2.368 instituições: 2.070 IES privadas e 298 públicas (p. 8), dados que corroboram a premissa da democratização do ensino superior no Brasil. Destarte, Menezes (2001b, não paginado) assegura:

[...] as IFES desempenham papel central no desenvolvimento científico e tecnológico do país, respondendo [...] pela formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento. Entre as IFES estão universidades, instituições isoladas e centros de ensino tecnológico.

O credenciamento das IES, no Brasil, ocorre de acordo com sua organização e suas respectivas prerrogativas acadêmicas, classificando-se como faculdades; centros universitários; e universidades. O início de funcionamento de uma IES está condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC), originalmente como faculdade (BRASIL, 2006a). Ou seja, para ser constituído um centro universitário ou uma universidade, com as consequentes prerrogativas de autonomia, é necessário que a instituição possua credenciamento específico como faculdade, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, com abrangência numa ou mais áreas do conhecimento. São caracterizados por oferecerem um

ensino de excelência, comprovado pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade universitária. Eles mantêm independência para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. (BRASIL, 2017, não paginado).

As universidades, por seu turno (BRASIL, 2017, não paginado), são “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e por manter:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 2017, não paginado).

Reiteramos que as universidades são espaços de geração e difusão dos saberes. A LDB qualifica as universidades como instituições pluridisciplinares que atuam na “[...] formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996). As universidades é assegurado, em sua autonomia, criar, organizar e extinguir cursos e sedes acadêmicas e administrativas, fixar currículos e número de vagas, expedir diplomas, firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional (BRASIL, 1996).

Segundo Barreyro (2008), o ensino superior começa seu desenvolvimento no início do século IX, ligado à formação profissional. Mas apenas no século XX (ano 1920), é criada a primeira universidade do Brasil – Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Antes dela, porém, em decorrência da sanção da Lei Orgânica do Ensino Superior (1911), existiram outras três universidades com breve existência: (1) 1909 a 1926 – Universidade do Amazonas; (2) 1911 a 1917 – Universidade de São Paulo (privada e sem conexão com a futura USP); (3) 1912 a 1915 – Universidade do Paraná. Nos dias atuais, para criação de universidades federais, é necessário que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional um projeto de lei, enquanto a instalação de universidades privadas se dá pela transformação de IES já existentes que atendam ao determinado na legislação pertinente (BRASIL, 2017).

Notadamente o Nordeste, terceira maior região em extensão territorial do país (cerca de 1.554.257 km²), é constituído por nove Estados, que juntos, totalizam, ano **2010**, uma população com mais de 53 milhões de habitantes, e com perspectiva para 2016 de aproximadamente 57 milhões de habitantes, sempre concentrados nos centros urbanos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). O **Quadro 1** apresenta o histórico dos anos de fundação das capitais da região, no qual João Pessoa, aparece como a terceira capital mais antiga do Nordeste, aquém apenas de Recife, capital de Pernambuco e de Salvador, capital da Bahia.

Quadro 1 – Histórico de fundação das capitais no Nordeste

POSIÇÃO	CAPITAL / ESTADO	FUNDAÇÃO	ANOS
1 ^a	Recife (PE)	12/03/1537	480
2 ^a	Salvador (BA)	29/03/1549	468
3 ^a	João Pessoa (PB)	05/08/1585	432
4 ^a	Natal (RN)	25/12/1599	417
5 ^a	São Luís (MA)	08/09/1612	404
6 ^a	Fortaleza (CE)	13/04/1726	291
7 ^a	Maceió (AL)	05/12/1815	201
8 ^a	Teresina (PI)	16/08/1852	164
9 ^a	Aracajú (SE)	17/03/1855	162

Fonte: Governo dos Estados do Nordeste (2017).

Retornando ao histórico do desenvolvimento do ensino superior, especificamente no Nordeste, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundada em 1946, é considerada como a primeira universidade federal da região. A UFPB aparece em quarta posição, com uma diferença de apenas alguns meses da Universidade Federal do Ceará (UFC), e de nove anos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conforme **Quadro 2**. O fato é que, em 25 anos, a região consegue implantar o ensino superior em nível federal em todas as capitais.

Quadro 2 – Fundação das universidades federais no Nordeste

POSIÇÃO	UNIVERSIDADE	FUNDAÇÃO	ANOS
1ª	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	08/04/1946	71
2ª	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	11/08/1946	71
3ª	Universidade Federal do Ceará (UFC)	16/12/1954	62
4ª	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	02/12/1955	62
5ª	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	25/06/1958	59
6ª	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	25/01/1961	56
7ª	Universidade Federal de Sergipe (UFSE)	11/06/1963	54
8ª	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	21/12/1966	50
9ª	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	01/03/1971	46

Fonte: Universidades federais do Nordeste – páginas institucionais (2017).

Confrontando os dados do **Quadro 1** e **Quadro 2** a respeito dos anos de fundação das capitais e das universidades federais, verifica-se certa proporção na posição ocupada pelos Estados. Observa-se que as capitais mais recentes, como Aracaju e Teresina, implantaram suas universidades federais, respectivamente, 108 e 119 anos após sua fundação, isto é, em menos tempo do que as demais capitais, o que se justifica face ao desenvolvimento econômico e social brasileiro e às políticas de expansão do ensino superior.

Além do mais, no contexto das IES no Brasil, percebemos considerável ascensão do número de matrículas em cursos de graduação presenciais entre 2012 e 2014, conforme dados da **Tabela 1** e **Tabela 2**. No Nordeste, onde a UFPB está situada, por exemplo, em 2012, registram-se 1.213,519 milhões de matrículas (20,5% do país). Em 2014, o total alcança 1.4 milhões (21,34% do país), o que corresponde a um aumento de 186.481 mil matrículas em dois anos, perdendo apenas para a região Sudeste, como a **Tabela 1** constata.

Tabela 1 – Matrículas em cursos de graduação presenciais por região (2012 – 2014)

REGIÃO	Ano 2012		Ano 2013		Ano 2014	
Norte	404.727	6,8%	423.6	6,87%	451	6,87%
Centro-Oeste	547.768	9,2%	578.5	9,38%	613	9,34%
Sul	941.738	15,9%	963.4	15,63%	996	15,18%
Nordeste	1.213,519	20,5%	1.3	21,09%	1.4	21,34%
Sudeste	2.816,086	47,5%	2.9	47,03%	3.1	47,26%
BRASIL	5.923,838 milhões		6.165,5 milhões		6.560 milhões	

Fontes: INEP (2012); SEMESP (2015, 2016).

Ainda quanto ao número de matrículas na graduação presencial, a **Tabela 2** expõe período retrospectivo mais abrangente. Em números absolutos, no século XXI, entre 2002 e 2014, ocorreu crescimento superior a três milhões de matrículas. Ao tempo que os números apontam para o crescimento do número de matrículas, evidenciando acesso mais extensivo da população à educação superior no Brasil, os dados também corroboram a inclusão / contratação de maior número de TAE nas IES do país, sobre o qual o MEC indica como parâmetro balizador a relação aluno x técnico-administrativo (RAT) na respectiva proporção 15 para 1 (UFPB, 2017).

Tabela 2 – Matrículas em cursos presenciais no ensino superior

ANO	MATRÍCULAS
1968	278.295
1971	561.397
1977	1.159.046
1980	1.377.286
1985	1.367.609
1990	1.540.080
1995	1.759.703
2002	3.479.913
2004	4.163.733
2009	5.115,896
2010	5.449,120
2011	5.746,762
2012	5.923,838
2013	6.165.500
2014	6.560.000

Fontes: INEP (2012); SEMESP (2015, 2016).

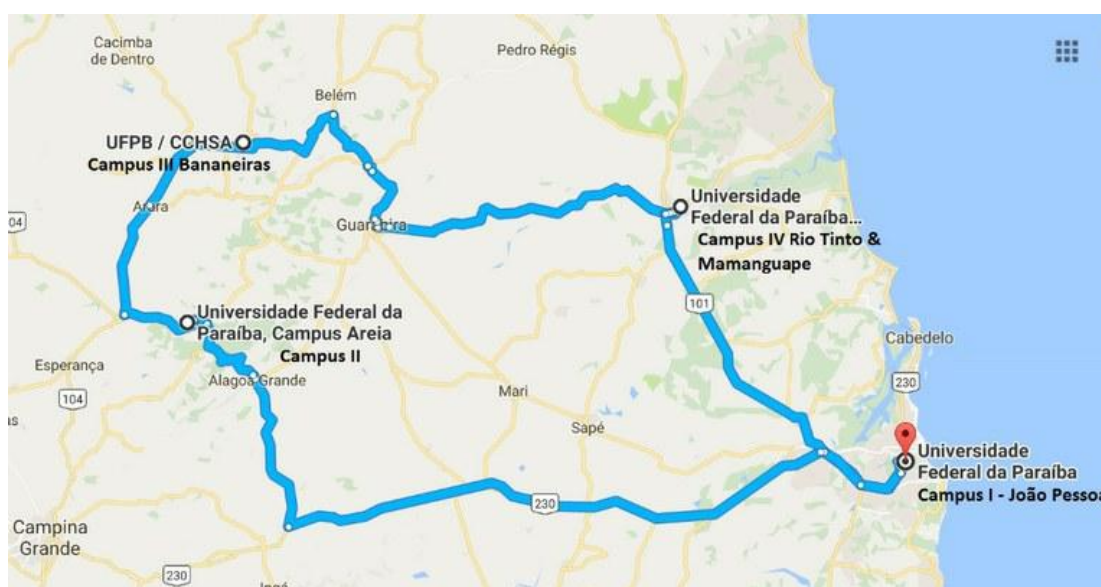
Os números apresentados nas **Tabelas 1** e **Tabela 2** cunham um país, em termos quantitativos, com índices expressivos de acesso da população à educação superior, especificamente em cursos de graduação presencial, fator que assinala o papel originário das IES, seja ela pública ou privada.

3.1 Universidade Federal da Paraíba

A UFPB, antiga Universidade da Paraíba, criada pela Lei Estadual n. 1.366, de 2 de dezembro de 1955, conquista sua federalização ainda em 1960 através da Lei n. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, transformando-se, então, em Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2014a). Nos dias que correm, essa instituição autárquica mantém a estrutura *multicampi*,

mesmo após seu desmembramento em 2002 via Lei n. 10.419, 9 de abril de 2002, que cria a UFCG, quando dos sete *campi* distribuídos do litoral ao sertão – João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras. Nos dias de hoje, são três *campi* geograficamente localizados entre o litoral e o brejo paraibano (**Figura 2**). São eles: *Campus I* em João Pessoa (capital); *Campus II* – Centro de Ciências Agrárias (CCA), na cidade de Areia; *Campus III* – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), na cidade de Bananeiras. Em 2005, dentro do plano de expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, há a criação do Campus IV – Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape.

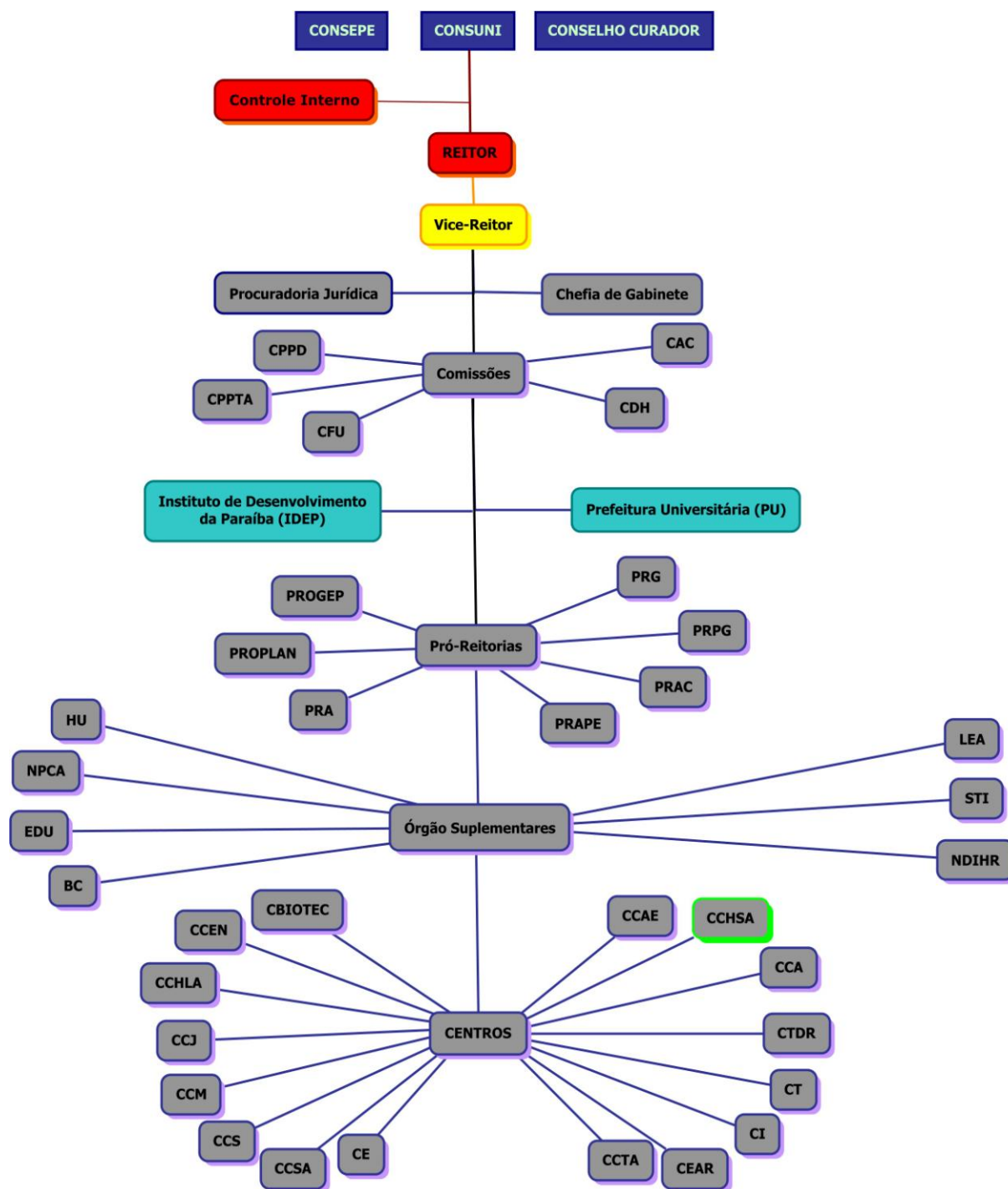
Figura 2 – Campi da Universidade Federal da Paraíba



Fonte: UFPB (2017a).

Parte do sistema educacional brasileiro, a UFPB tem como atividade-fim, promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Portanto apresenta uma estrutura organizacional (**Figura 3**) formada por 16 Centros de ensino, que ofertam juntos o total de 130 cursos de graduação presenciais e 11 cursos de graduação a distância, ambos com modalidades em licenciatura e / ou bacharelado (UFPB, 2014b).

Figura 3 – Organograma institucional da Universidade Federal da Paraíba



Fonte: UFPB (2014b, p.82).

Notadamente, o *Campus* III – CCHSA está geograficamente localizado na cidade de Bananeiras, situada na Serra da Borborema, parte do brejo paraibano, a 141 km da capital João Pessoa, a 150 km de Natal (Rio Grande do Norte) e a 70 km de Campina Grande

(**Figura 4**). Na região Nordeste do Brasil, o termo brejo “[...] é comumente utilizado para definir áreas altas e úmidas de encostas voltadas para os ventos. São os brejos serranos presentes nos estados de Pernambuco e da Paraíba” (LIMA, 2008, p. 14 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 39). Na Paraíba, um dos mais importantes brejos serranos, conhecido por brejo paraibano, localiza-se no rebordo oriental do Planalto da Borborema e estende-se no sentido Norte-Sul, por 62 km, no sentido leste-oeste, por 40 km. (GONDIM, 1999).

Figura 4 – Campus III da Universidade Federal da Paraíba



Fonte: UFPB (2007).

A uma altitude de 526 metros, possui clima tropical ameno, semiúmido, com chuvas regulares e temperatura média de 28°C no verão e 10°C no inverno, característica do brejo de altitude. Historicamente, a colonização da cidade tem início na segunda ou terceira década do século XVII em torno dos currais, criados para pouso do gado dos viajantes que vinham do sertão em direção ao litoral. Em 1716, ainda no começo do século XVIII, os exploradores Zacarias de Melo e Domingos Vieira, procedentes da Vila de Monte-Mor, atual município de Mamanguape, obtêm sesmarias e intensificam a ocupação das terras do brejo. No século XIX, Bananeiras ocupa a posição de maior produtor de café da Paraíba e o segundo maior do Nordeste. Aliás, a origem do nome da cidade decorre da existência de pacoveiras, uma bananeira rústica, que produz frutos inadequados para o consumo humano (AMORIM, 2017; UFPB, 2007; VIAJA, 2011).

Economicamente, a cidade vem se desenvolvendo, mais e mais, graças à economia rural e turística. No início da década de 90, os condomínios no alto e baixo das serras se transformam em nova tendência da economia do município, embora Bananeiras ainda conserve devidamente preservadas mais de 80 edificações do período colonial, as quais estão

tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o que a caracteriza, ainda, como cidade de patrimônio arquitetônico, na visão de Amorim (2017).

Como decorrência, o CCHSA, inserido irreversivelmente no contexto da economia local tem a missão de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento sustentável da região, prioritariamente nas áreas de agricultura, pecuária, agroindústria, gestão e educação. Neste sentido, oferece quatro cursos técnicos de nível médio profissionalizantes, na modalidade subsequente e ensino profissional: Agropecuária, Agroindústria, Aquicultura e Nutrição e Dietética; cinco cursos de graduação presencial: Bacharelado em Agroindústria, Licenciatura em Ciências Agrárias, Bacharelado em Administração, Pedagogia e Agroecologia; e um curso de graduação a distância: Licenciatura em Ciências Agrárias. A infraestrutura do *Campus* III conta com duas bibliotecas setoriais, brinquedoteca e variada estrutura de laboratórios didáticos, totalizando 40. Como unidade da UFPB, apresenta-se comprometido com o desenvolvimento regional e local,

[...] voltada para o ensino médio, a educação profissional, os ensinos de graduação e de pós-graduação, voltados prioritariamente para as áreas de agricultura, pecuária, agroindústria, gestão e educação. Sua finalidade precípua consiste na realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão que contemplem a formações científicas e tecnológicas indispensáveis ao desenvolvimento regional (UFPB, 2016, não paginado).

No tocante ao servidor público, a UFPB reconhece, através da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) n. 17, de março de 2013, a importância dos servidores TAE na produção do conhecimento direcionado à cidadania ampliada. Como decorrência, assume como urgente a necessidade de sua qualificação, para que, em parceria com docentes, pesquisadores e discentes, possam ser responsáveis “[...] pela produção da ciência voltada à vida, ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado da Paraíba” (UFPB, 2013, p. 4).

Ao reconhecer a necessidade de qualificação do quadro permanente dos técnico-administrativos à formação pós-graduada, a UFPB, a exemplo de outras IES do país, compromete-se com o investimento na qualificação *stricto sensu*. Em 2013, cumprindo o Art. 216 do Regimento Geral de 1975 no qual “[...] garante que a universidade fomentará, como atividade permanente e sistemática, a capacitação de seu pessoal docente e técnico-administrativo” (UFPB, 1975), institucionalizou o Programa de Qualificação Institucional dos Servidores Técnico-Administrativos (PQITEC) da UFPB, visando à formação de mestres e

doutores na própria instituição, como também apoiando a qualificação dos TAE em instituições nacionais e estrangeiras (UFPB, 2013).

O PQI [Plano de Qualificação Institucional] vem qualificando em nível *stricto sensu* servidores da UFPB em diversas áreas do conhecimento. [...] Surge como uma política assertiva que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores [técnico-administrativo], a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais (CALDEIRA; AZEVEDO, 2015).

Para corroborar as premissas de que o técnico-administrativo está, de fato, envolvido com questões de pesquisa e com o processo de qualificação, além da relevância atribuída ao incentivo e à qualificação dos TAE por parte da UFPB, é possível destacar o prêmio “*Best Paper in the Multimedia Track*” recebido por uma servidora da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) pela relevância social de artigo de sua autoria no 21º Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web (*WebMedia*) realizado em outubro de 2015, em Manaus – Amazonas (AM). A referida TAE defendeu sua dissertação em agosto de 2015 no âmbito do Plano de Qualificação Institucional (PQI) da UFPB (CALDEIRA; AZEVEDO, 2015).

O contexto atual impulsiona o plano de desenvolvimento dos TAE e os programas de capacitação e qualificação profissional, caminhos pelos quais os profissionais podem construir um perfil de servidor “[...] apto para atuar junto e em prol da sociedade, capaz de manifestar saberes, de praticar a autorreflexão e de ter comprometimento com os objetivos [da Instituição]” (LACERDA, 2013, p.19). Logo, o desenvolvimento dos servidores é essencial, com o propósito de alcançar maiores níveis de qualidade na prestação dos serviços, como também eficácia e inovação, principalmente, com a finalidade de adaptação às constantes mudanças tecnológicas e sociais e às reformas administrativas.

Fourez (1995) afirma não existir ciência sem observação, sem grupo estável e sem leis. Por isso, é por meio do conhecimento produzido nas IES, seja na graduação, nos programas de pós-graduação e / ou através dos TAE, ao praticarem a cultura da escrita, que a sociedade tem acesso às informações que podem subsidiar tomadas de decisões, solucionar ou propor alternativas para os problemas do cotidiano que envolvam família, comunidade ou a sociedade como um todo.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da qual a UFPB é uma das provedoras de dados, tem a função de disseminar e divulgar a produção científica dos discentes e docentes dos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras à comunidade. Entretanto, observamos em pesquisa realizada na BDTD, especificamente na

área da CI, que os estudos e as pesquisas sobre a temática da produção técnico-científica dos TAE, refletida no número de publicações disponíveis, ainda são escassos.

A maior proporção das publicações encontradas concentra-se na produção científica de servidores docentes, como as contribuições dos trabalhos de Figueiredo (2012); Silva, R. (2012) e Silva (2013), e / ou sobre a produção científica de grupos específicos, como as pesquisas de Brambilla (2011); Limeira (2011); Perucchi (2010); Ribeiro (2006) e Sousa (2012) atestam. A constatação do número baixo de publicações dos TAE conduz às palavras de Kobashi e Tálamo (2003, p. 9), quando afirmam que a privação ou “[...] a carência de informação provoca a ausência de conhecimento.” Como conhecer a produção técnica-científica dos TAE se pesquisas sobre eles são insuficientes? Reitera-se, pois, a justificativa para pesquisa deste porte, como a etapa introdutória da dissertação contempla.

3.2 Servidor técnico-administrativo em educação

Antes de dissertar sobre o TAE, é pertinente elucidar que há distinção conceitual entre agente público, empregado público e servidor público. Nascimento (2008, p. 6, grifo nosso) qualifica **agente público** como “[...] toda e qualquer pessoa física que, de alguma forma, participa ou exerce atribuições e responsabilidades do Estado. Dentre as diversas espécies de agente público, existem os **empregados públicos** e **servidores públicos**.”

O empregado público é o agente público que não possui cargo como servidor, mas, sim, um emprego. Tal como o servidor público, também é selecionado por meio de concurso público, mas vincula-se contratualmente a empresas públicas e / ou a sociedades de economia mista, estando sujeito às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No caso do servidor público, em consonância com os Artigos 2º e 3º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, define “[...] a pessoa legalmente investida em cargo público”, sendo cargo público “[...] o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.”

Acessíveis a todos os brasileiros, natos e naturalizados, os cargos públicos [...] são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, e podem ser de provimento em caráter efetivo, quando depende da aprovação em concurso, ou em comissão, sendo de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1990). Além do mais, de acordo com o Art. 5º da Lei n. 8.112 / 1990, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o gozo dos direitos políticos;
- III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V – a idade mínima de 18 anos;
- VI – aptidão física e mental (BRASIL, 1990).

Especificamente sobre o nível de escolaridade, a Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, faz relação com cinco níveis de classificação (A, B, C, D, E), definindo-o como o “[...] conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” (BRASIL, 2005). Nos dias de hoje, apenas é admissível ingresso em cargos de nível C, D ou E, que exigem respectivamente ensino fundamental ou ensino médio e / ou profissionalizante, ensino médio e / ou profissionalizante, e ensino superior. Os demais cargos, nível A e B, que exigiam ensino fundamental incompleto ou alfabetizado, hoje, estão extintos e os TAE, ainda em exercício, migraram para cargos de nível C.

Etimologicamente, segundo a fonte ORIGEM da palavra (2010), o termo servidor é derivado da palavra serviço, no latim *servitium*, que significa escravidão, servidão; ou na possível origem etrusca de *servus*, cujo significado é escravo. Esta gerou o substantivo servo, o adjetivo servil e o verbo servir. Em outras palavras, servidor é quem presta serviços: é todo aquele indivíduo com ingresso na carreira pública, em geral, através de concurso público (de provas ou provas e títulos) para prestar serviços. São duas as modalidades de servidores públicos que compõem o universo acadêmico nas IES: TAE e docentes. A atuação do TAE junto às IES é de suma importância para o dia a dia acadêmico, o que requer motivação e satisfação para garantia de sua produtividade.

[...] o trabalho impõe uma “lei de reciprocidade” que é a contribuição com seus serviços para a existência de todos e assim garantir sua própria existência. [...] Não há como negar que essa relação coletiva que o trabalho pressupõe afeta diretamente as significações que ele corresponde no escopo da existência do indivíduo, bem como com o sentido que ele atribui para sua tarefa, sendo que a tarefa é aquilo que se tem a fazer e a atividade aquilo que de fato se faz (VARGE, 2015, p. 25-26).

No cenário da UFPB, segundo último relatório sobre o quantitativo de aposentados e pensionistas emitido pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP), em novembro de 2017, conforme **Tabela 3**, existem 12.437 servidores. Deste total, apenas 6.345 são servidores ativos, o que corresponde ao percentual de 51%, sendo 2.797 docentes (44%) e 3.548 TAE (56%). Logo, os dados evidenciam um quadro de servidores na UFPB composto por aproximadamente 60% de TAE atuando para atender às demandas administrativas da IES.

Tabela 3 – Total de servidores da Universidade Federal da Paraíba – 2017

SERVIDORES	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
Técnico-administrativos	3.548	56%	2.487	59%	1.268	66%
Docentes	2.797	44%	1.697	41%	640	34%
Subtotal	6.345		4.184		1.908	
TOTAL GERAL			12.437			
Total em Percentual	51%		34%		15%	

Fonte: UFPB (2017b).

Em levantamento apresentado pela CDP através de relatório do SIGRH, acerca da titulação dos servidores da UFPB, a **Tabela 4** traz um número expressivo de doutores entre os docentes efetivos (não há dados dos docentes substitutos), com 76%, o que se consolida como percentual esperado, haja vista que, empiricamente, cada vez mais é exigido em concursos tal titulação. Contudo, entre os TAE, os números divulgados apresentam 27% com pós graduação, entre especialização, mestrado e doutorado, sendo apenas 2,4% com doutorado.

Tabela 4 – Titulação dos servidores efetivos da Universidade Federal da Paraíba – 2017

TITULAÇÃO	TAE		DOCENTE	
Aperfeiçoamento	1	0,1%		
Ensino fundamental incompleto	179	5,1%		
Ensino fundamental	38	1,1%		
Ensino médio	1.042	29,3%		
Graduação	1.328	37,4%	26	1%
Especialização	501	14,1%	51	2%
Mestrado	362	10,2%	524	21%
Doutorado	85	2,4%	1.880	76%
Desconhecido	12	0,3%		
TOTAL		3.548		2.481

Fonte: UFPB (2017b, 2017e).

Independentemente da inexatidão sobre a titulação dos TAE, entendemos que ele vive, administra e gerencia o ensino superior no dia a dia, sendo indispensável progressivo investimento em seu aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional.

3.3 Capacitação e qualificação profissional

Historicamente, o processo de formalização de políticas de capacitação e qualificação dos TAE vem passando por uma transição de conquistas, com vistas à prestação de serviços mais eficientes e efetivos para o cidadão, mas com amplas implicações para os TAE. Tal trajetória é marcada por normatizações e institucionalizações que evoluem de acordo com as demandas, interesses e objetivos de cada época, conforme resumo dos marcos legais na administração pública expostos no **Quadro 3**, sobre a “gestão da capacitação por competências” e no **Quadro 4**, sobre a gestão da qualificação.

Conforme mencionado anteriormente, a evolução histórica apresentada no **Quadro 3**, resulta em amplas consequências para os TAE. No tocante à qualificação profissional, a sanção da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, desencadeia o surgimento de unidades de recursos humanos voltadas para atividades específicas, entre elas as de treinamento e de capacitação, resultando na gradual inserção do TAE na produção do texto técnico-científico.

Quadro 3 – Principais marcos legais da “gestão da capacitação por competências” na administração pública

PERÍODO	MARCOS LEGAIS	IMPLICAÇÕES
Décadas de 60 e 70	Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Institui princípios, como: descentralização de atividades; coordenação e planejamento de ações; controle e delegação de competências regimentais.
Década de 90	Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Aprova o Regime Jurídico da União e o surgimento de unidades de recursos humanos voltadas para atividades específicas, como folha de pagamentos, aposentadoria, treinamento e capacitação.
	Decreto n. 2.029, de 11 de outubro de 1996.	Normatiza a participação de servidores públicos em eventos de capacitação e de treinamento.
	Decreto n. 2.794, de 1 de outubro de 1998. (Revogado pelo Decreto n. 5.707 / 2006).	Institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores, com escolha das diretrizes para a capacitação e o reconhecimento do servidor público no processo de capacitação permanente.
Primeira década dos anos 2000	Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), que se baseia nos conhecimentos demandados pela organização; na flexibilização dos conceitos de postos de trabalho; na responsabilização do indivíduo com seu desenvolvimento.
	Portaria n. 208 / MP, de 25 de julho de 2006.	Regulamenta o Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
	Decreto n. 6.114, de 15 de maio de 2007.	Regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) Art. 76º da Lei n. 8.112/90. Determina critérios para o pagamento da GECC.
Segunda década dos anos 2000	Portaria n. 1.547, de 8 de junho de 2011.	Institui a Rede de Desenvolvimento de Pessoas, com vistas a subsidiar o Comitê Gestor para: identificação e planejamento de estratégias voltadas à implementação da PNDP; atuação de forma articulada e coordenada com órgãos e entidades do SIPEC [Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal] para potencializar o compartilhamento de conhecimentos relativos à gestão por competências.

Fonte: BRASIL (2012a).

Neste sentido, a Lei n. 8.112 / 1990 associada ao Decreto n. 2.029, de 11 de outubro de 1996, que regulamenta a normatização da participação de servidores públicos em eventos de capacitação e de treinamento, posteriormente revogado pelo Decreto n. 2.794, de 1 de outubro de 1998, que institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores, com escolha das diretrizes para a capacitação e o reconhecimento do servidor público ao longo do processo de capacitação permanente, coloca em evidência o TAE. Consequentemente, o motiva para a produção de textos técnico-científicos, em especial, os chamados artigos técnico-científicos. Para Lakatos e Marconi (1992), estes podem tratar de uma descoberta; abordar determinados temas sob outras perspectivas ou mais amplamente do que antes contemplado por outros autores, de forma a identificar novas soluções; focar novos estudos e novas pesquisas, uma vez que uma questão antiga pode ser explorada sob faceta inédita.

Portanto, instituir uma política de capacitação pode fazer com que o TAE encontre estímulo para galgar maior nível de capacitação, como também para contribuir e atuar como instrumento de incentivo à produção técnico-científica das IES e das IFES. Assim sendo, ter-se-á TAE mais preparados e motivados a compartilhar suas impressões e contribuições sobre e para as instituições onde atuam, uma vez que são conhecedores das demandas de “sua” organização. Em termos de políticas de participação dos TAE em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cada universidade mantém sua autonomia. Algumas IES, a exemplo da própria UFPB, por exemplo, permitem sua participação em grupos de pesquisas e extensão, o que possibilita sua produção científica, em oposição àquelas que não o permitem, que não admite o envolvimento do TAE nem mesmo como colaborador nessas atividades. Deste modo, reiteramos que um TAE inserido efetivamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na esfera da educação superior mantém maior compreensão da dimensão de suas possibilidades em disseminar suas práticas.

Nos dias atuais, está em vigor através do Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a PNDP, que se baseia nos conhecimentos demandados pela organização, na flexibilização dos conceitos de postos de trabalho e na responsabilização do indivíduo com seu desenvolvimento, com as seguintes finalidades:

- I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II – desenvolvimento permanente do servidor público;
- III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação;
- V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação (BRASIL, 2006b).

O Art. 3º da PNDP apresenta 13 diretrizes relacionadas à capacitação e qualificação do TAE, a saber:

- I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- II – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;

IV – incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;

V – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

VI – incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades;

VII – considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si;

VIII – oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos;

IX – oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

X – avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;

XI – elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas;

XII – promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação;

XIII - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública [ENAP]. (BRASIL, 2006b).

As diretrizes apresentadas permitem observar a dimensão e a abrangência de ações necessárias para colocá-las em prática. O objetivo maior dessa política é aplicar o conceito-chave competência para que a gestão pública das IES seja eficiente e eficaz na execução das atividades a que se propõe, com vistas ao ensino público superior de qualidade.

Ainda sobre a qualificação profissional do TAE na administração pública, apresentamos (**Quadro 4**) sua evolução na gestão da qualificação.

Quadro 4 – Principais marcos legais na gestão da qualificação da administração pública

PERÍODO	MARCOS LEGAIS	IMPLICAÇÕES
Década de 60	Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Dispõe sobre a organização da Administração Federal. Estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
Décadas de 70 e 80	Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987.	Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei n. 900, de 29 de setembro de 1969 e pelo Decreto-Lei n. 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.
	Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987.	Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987.
Primeira década dos anos 2000	Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005.	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
	Decreto n. 5.824, de 29 de junho de 2006.	Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Ambiente organizacional).
	Decreto n. 5.825, de 29 de junho de 2006.	Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005.
	Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008.	Dispõe, dentre outros assuntos sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
Segunda década dos anos 2000	Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012.	Dispõe, dentre outras informações, sobre alteração na tabela de Incentivo à Qualificação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação e mudanças na exigência dos cursos utilizados para a finalidade de Progressão por Capacitação.

Fonte: BRASIL (2017b).

A preleção apresentada permite inferir que as políticas de capacitação e qualificação passam a ser evidenciadas preponderantemente nas discussões ao longo da história. Para atender às políticas pontuadas é fundamental que os TAE adiram à educação continuada, considerada por Crespo, Rodrigues e Miranda (2006) como as atividades educacionais que objetivam atualizar e desenvolver o conhecimento e as habilidades profissionais, de forma a permitir a qualquer profissional melhor desempenho de sua função. Ademais, como Burnham *et al.* (2005) acresce, a educação contínua também integra o processo de aprendizagem, que se impõe como processo mental ativo, e, portanto, como construção e não mera réplica da realidade. O ser humano vive em busca de novas informações. Em consequência de tal aquisição, reorganizam seu repertório cognitivo, de tal forma que o conhecimento consiste no resultado da aprendizagem e é capaz de direcionar novos aprendizados.

Para tanto, é essencial que os TAE abandonem velhos paradigmas e se conscientizem de que enfrentam um novo cenário – o da sociedade da informação – que permite, pelo menos teoricamente, o acesso de todos à informação. A informação assume, pois, papel concreto a desempenhar: ajuda a compreender o mundo e o outro, a fim de que cada um se compreenda melhor. Logo, a sociedade da informação exige mudanças no perfil profissional dos TAE. Para que possam acompanhar a evolução contemporânea, devem se manter atentos ao momento e às circunvizinhanças. Ao se qualificar, o TAE pode institucionalmente provocar debates e pôr à prova suas ideias; contribuir com o desenvolvimento institucional agregando competitividade; interferir no processo decisório; ascender profissionalmente; conquistar melhor remuneração; obter prestígio e sucesso, etc.

Corroborando a relevância da qualificação dos servidores, o Governo Federal, através da Lei n. 12.272, de 28 de dezembro de 2012, institui o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (PCCMF). O incentivo funcional, na forma de acréscimo no vencimento, representa “[...] contraprestação pecuniária, estabelecida em lei, proporcional ao nível de complexidade das atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo de provimento efetivo” (NASCIMENTO, 2008, p. 10). Ou seja, atribui-se ao servidor com educação formal excedente ao requisito do cargo de que é titular – seja qual for seu nível de classificação (A, B, C, D ou E). O referido incentivo é calculado sobre o padrão de vencimento do servidor e o benefício é pago em percentuais, fixados em tabela do PCCMF. A mesma tabela é aplicada ao Plano de Carreira do Servidor Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE), conforme índices da **Tabela 5**.

Tabela 5 – Percentuais de incentivo à qualificação

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (Curso reconhecido pelo MEC)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo	10%	-
Ensino médio completo	15%	-
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

Fontes: BRASIL (2005, 2012b).

Assim como os servidores docentes, para os quais são exigidos, a cada dois anos, uma série de procedimentos para sua promoção (mudança de nível), o servidor TAE também está sujeito à progressão funcional. Esta acontece dentro de uma das cinco classes, seja por capacitação, considerando quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV) e / ou por mérito profissional, em 16 níveis de padrões de vencimento básico, consistindo o ingresso na carreira como TAE sempre no nível I de cada classe, observadas a escolaridade e a experiência estabelecidas no Anexo II da Lei n. 11.091 / 05 (BRASIL, 2005). Após seu ingresso na carreira por meio de concurso público em determinado nível de classificação, só é possível ascender, ao se submeter a novo concurso público:

Art. 10 – O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

§ 1º – Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses [...]

§ 2º – Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada dois anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

§ 3º – O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação (BRASIL, 2005, não paginado).

Para ilustrar a relação da qualificação em termos de valores, um TAE titular de cargo que exige ensino médio completo como nível de escolaridade formal, atualmente, recebe, ao ingressar no serviço público, o vencimento mensal no valor de R\$ 2.246,96. Caso este TAE possua como educação formal excedente ao requisito do cargo graduação, especialização, mestrado ou doutorado, é acrescido como incentivo à qualificação ao seu vencimento respectivamente, R\$ 611,54, R\$ 734,09, R\$ 1.272,42 ou R\$ 1.835,22. Da mesma forma ocorre com um TAE de cargo que exige curso de graduação completo, conforme demonstrativo de aplicação do benefício de incentivo à qualificação para técnico-administrativo em educação recém-ingresso, com base na tabela do Plano de Carreira do Servidor Técnico-Administrativo em Educação (**Quadro 5**). Destacamos que tal incentivo

não é cumulativo. Ou seja, sempre é considerada para aplicação do incentivo a maior formação acadêmica do TAE.

Quadro 5 – Demonstrativo de aplicação do benefício de incentivo à qualificação

ESCOLARIDADE FORMAL (Incentivo à qualificação)	CARGO – NÍVEL C (Vencimento base: R\$ 2.246,96)	CARGO – NÍVEL E (Vencimento base: R\$ 4.180,66)
Graduação	R\$ 611,54	-
Especialização	R\$ 734,09	R\$ 1.254,20,
Mestrado	R\$ 1.272,42	R\$ 2.173,90
Doutorado	R\$ 1.835,22	R\$ 3.135,49.

Fontes: BRASIL (2005, 2012b).

Na UFPB, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) por meio da Divisão de Educação e Capacitação Profissional (DECP) é responsável pela elaboração do plano de capacitação e qualificação dos TAE, para que este possa fazer jus à progressão por mérito profissional. Em razão disso, anualmente, o gestor (chefe) de cada unidade administrativa elabora o Plano de Trabalho Setorial (PTS) – preferencialmente de forma participativa com os demais servidores da unidade – particular e compatível com as atividades e serviços prestados pelo setor. Posteriormente, a chefia indica o plano de trabalho de todos os servidores do setor, informando as devidas atribuições, processos, metas e competências ambientais, para que após a conclusão, cada TAE da unidade aprove seu plano de trabalho individual.

Para maior entendimento, atribuições e processos são definidos pela UFPB (2016), respectivamente:

[...] conjunto de responsabilidades e encargos inerentes a determinado setor, que servirão de referência para a definição dos processos de trabalho setoriais;
 [...] conjunto de ações sequenciadas que organizam as atividades da equipe de trabalho e a utilização dos meios de trabalho disponíveis, visando o cumprimento das metas institucionais.

Na elaboração do PTS, é possível atribuir projetos de capacitação que o TAE subordinado precise realizar para contribuir com o alcance das metas do setor e com a execução, com eficiência e eficácia, dos projetos de trabalhos também delimitados pela chefia. Entre as categorias elencadas, destacamos o estímulo à atividade científica com a subcategoria – estímulo à produção científica. Nesta categoria, há quatro opções que a chefia pode selecionar para o TAE: (a) elaboração de trabalhos científicos; (b) elaboração de

projetos de pesquisa; (c) curso de inglês instrumental e proficiência; e (d) Encontro Acadêmico do Servidor Público (ENASP). Ao final, o conjunto das informações obtidas com o PTS serve de fundamento para elaboração do plano de capacitação e qualificação da DECP / CDP / PROGEP e vai indicar os temas com maior demanda de capacitação.

Em relação à qualificação do TAE, os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações, incluindo cursos designados como *Master Business Administration*, MBA) e os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado, seja acadêmico ou profissional), na modalidade presencial ou a distância, são oportunidades do TAE qualificar-se e contribuir com a IES de forma mais eficiente e eficaz. Sobre a modalidade de mestrado profissional (MP), regulado até recentemente pela Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009, foi ele criado no começo da década de 90, inicialmente para os inseridos no mercado de trabalho para que se adequassem a esse público e gerassem produtos para os locais onde atuam. Segundo a CAPES (2017, não paginado), atualmente, são mantidos 718 cursos em funcionamento em todo o Brasil.

A Portaria sobre o MP ora citada foi revogada pelo MEC graças à Portaria n. 389, de 23 de março de 2017, que institui, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a modalidade de MP e doutorado profissional (DP), em consideração à “[...] relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo” (BRASIL, 2017a, p. 61). De acordo com o Artigo 3º da Portaria, MP e DP assumem validade nacional e continuam a ser avaliados pela CAPES, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologados pelo Ministro de Estado da Educação.

Portanto, neste novo contexto, emerge mais uma oportunidade de qualificação, dentre as inúmeras áreas do conhecimento profissional em que os TAE atuam. Os MP e, agora, DP são direcionados à capacitação de profissionais, seja por meio do estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam ao mercado de trabalho. São objetivos do MP e do DP:

I – capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II – transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III – promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a

eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV – contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2017a, p.61).

Lato sensu ou *stricto sensu*, acadêmico ou profissional, os cursos de pós-graduação podem desenvolver produções voltadas para o dia a dia profissional, o que requer tão somente a adoção do método teórico na prática organizacional. Segundo Beltrão (1988), todos os seres vivos informam-se até como forma de sobrevivência. Portanto, podemos conceber uma produção de informação inserida no contexto social do TAE, disseminada para que vários públicos possam ter acesso. Trata-se da socialização como papel fundamental para a consolidação do saber. Tal compartilhamento de informações se dá como prática diária dos TAE através de relatórios, reuniões, comunicações verbais e / ou escritas, entre outras ações. Ao serem reconhecidos no papel de autores (produtores de informação), certamente, os TAE não vislumbram o *status* de pesquisador produtivo e eficiente, mas se interessam em discutir e socializar suas práticas. Alguns o fazem, por exemplo, em comunidades de práticas informais, reiterando Garvey (1979), para quem a diversificação de comportamentos frente a fenômenos iguais estimula novas descobertas.

Para Targino (2008, p 364), a “[...] pesquisa e divulgação de resultados são atividades inseparáveis. É a divulgação que garante a evolução da ciência.” Segundo a autora, superar a tendência da comunicação tão somente para e entre cientistas é evitar o risco de o conhecimento científico se tornar estéril e inútil. Neste sentido, invariavelmente ocorre certo distanciamento entre teoria e prática profissional. Porém, a informação adquirida pelos TAE assume papel preponderante na comunicação, na produção de conhecimento e na tomada de decisão, sendo sua carência ou seu excesso, elemento causador de problemas nas instituições.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Analisar e questionar são caminhos que nos conduzem ao saber e nos permitem chegar a respostas que possibilitem melhor entendimento do que é apresentado como problema. Para alcançar os objetivos propostos, é necessário definir e seguir roteiro cuidadosamente elaborado: a metodologia. Esta trata da construção de um trabalho que orienta a trajetória da pesquisa:

Pode ser caracterizada como uma disciplina que se relaciona com a epistemologia e consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no âmbito das implicações de suas aplicações. É a melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos (COSTA; COSTA, 2001, p. 4).

Segundo Minayo (1998), trata-se de algo complexo que requer cuidado do pesquisador. É mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados. Indica as opções e a leitura operacional a ser feita do quadro teórico. Assim, Marconi e Lakatos (2004) definem método como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que propicia ao pesquisador a consecução dos objetivos de pesquisa, além de alcançar conhecimentos delineados graças a um caminho previamente estabelecido, com avaliação permanente para perceber acertos e erros ao longo das decisões.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de pesquisa mista, ou seja, quali-quantitativa. Na perspectiva de Diez (2013, p. 27) “[...] as vantagens de se integrar os dois métodos [quantitativo e qualitativo] estão, de um lado, na explicação de todos os passos da pesquisa, de outro, na oportunidade de prevenir / controlar as interferências da subjetividade do pesquisador com conclusões obtidas.” A abordagem qualitativa é indispensável para a tradução dos dados coletados, por considerar que existe relação entre realidade vivenciada pelo objeto da pesquisa e sujeito, quando é essencial a interpretação dos dados e a atribuição de significado indutivamente. Neste enfoque, “[...] o pesquisador precisa assumir um posicionamento perante a realidade”, segundo o mesmo autor (p. 27). Já a abordagem quantitativa, segundo Michel (2005, p. 33), “[...] usa a quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento destas, através de técnicas de estatística.” Este método é muito utilizado no desenvolvimento de pesquisas descritivas, na qual se procura descobrir e classificar a relação entre as variáveis (GOMES, 2004, p. 25).

Considerando-se o critério de classificação com base na taxonomia apresentada por Vergara (2006), os procedimentos metodológicos propostos para a pesquisa quanto aos fins,

sob o ponto de vista dos objetivos, conduzem a uma pesquisa exploratória, por ter sido verificada carência de estudos sobre a análise da produção técnico-científica, ponto de vista básico do estudo. Ainda segundo Severino (2007), ela permite coletar informações sobre determinado objeto, delimitando suas condições. Isto é, este tipo de pesquisa é aconselhável quando há necessidade de avultar conhecimentos sobre um problema a ser investigado.

Logo, a pesquisa exploratória representa o primeiro passo de qualquer trabalho científico, cujas finalidades incluem “[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente” (ANDRADE, 2012, p. 112). Seu objetivo fundamental, segundo Koche (2009), é descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer e, então, trabalhar com a presença de variáveis e de sua caracterização quantitativa / qualitativa.

Ainda com base na taxonomia apresentada por Vergara (2006), quanto aos meios, a pesquisa em pauta classifica-se como documental e bibliográfica. A pesquisa documental permite acesso ao fenômeno estudado, uma vez que, segundo Gil (2006, p. 45) “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico”, no caso, os currículos Lattes das unidades amostrais. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, favorece novo olhar sobre um mesmo tema e permite se chegar a conclusões antes impensadas. De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 73), “[...] propicia o exame de um tema sob o novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”, e na perspectiva de Diez (2013), objetiva entender as principais colaborações teóricas existentes sobre determinado tema-problema ou recorte, considerando-se a produção existente. Complementando:

[...] a pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse. A pesquisa bibliográfica é passo decisivo em qualquer pesquisa, uma vez que elimina a possibilidade de trabalhar em vão, de se despendar tempo com o que já foi solucionado (MEDEIROS, 2009, p. 39).

Desta forma, a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa e da produção de novos conhecimentos apoia-se em livros, notícias, periódicos, leis e decretos, entre outros materiais referentes ao tema de interesse, em especial, aos TAE. A finalidade é sempre corroborar, analisar e / ou discutir as contribuições que emergem sistematicamente, ao longo dos dias, dos anos e das décadas.

4.1 População e amostra

Para coletar informações alusivas a determinado tema, é necessário delimitar o grupo a ser estudado. Como Marconi e Lakatos (2011, p. 15) afirmam, “[...] delimitar a pesquisa é estabelecer limites para investigação.” Isto posto, o universo escolhido para esta pesquisa é constituído pela produção técnico-científica dos TAE da UFPB, em particular, dos TAE do CCHSA / UFPB – *Campus* III. Trata-se de recorte amostral – parcela convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, subconjunto de um universo bem mais amplo – haja vista que, na esfera da UFPB, o total dos TAE ativos atinge 3.620 indivíduos, o que impossibilita a aplicação da coleta de dados a todos eles. Isto justifica a escolha do referido Centro, com 131 TAE, conforme dados do **Quadro 6**.

Quadro 6 – Técnico-administrativos em educação por unidade de lotação – 2017

UNIDADE	N
CCHSA - COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS (CAVN)	1
CCHSA - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	6
CCHSA - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	1
CCHSA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA ANIMAL	6
CCHSA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS E SOCIAIS	2
CCHSA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	-
CCHSA - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	-
CCHSA - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E TECNOLOGIA AGROINDUSTRIAL	5
CCHSA - DIREÇÃO DE CENTRO	110
TOTAL	131

Fonte: UFPB (2017d).

Como observamos no que diz respeito à localização (lotação) em termos de folha de frequência, a grande maioria, 110 TAE, está lotada na direção do Centro, e apenas 20 deles estão em departamentos, seguidos de um TAE lotado no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) do CCHSA. Em relação ao local de exercício das funções dos TAE, segundo o setor de Gestão de Pessoas do Centro, a distribuição ocorre nos mais variados setores do *Campus* III, embora inexistam dados que demonstrem a relação entre lotação e exercício, face à considerável rotatividade nos setores.

A respeito do nível de classificação, segundo relação obtida com o setor de Gestão de Pessoas do referido Centro e dados do SIGRH, os 131 TAE estão distribuídos em 51 cargos:

- a) **nível A** – auxiliar de carpintaria; servente de obras; e servente de limpeza;
- b) **nível B** – auxiliar de agropecuária; auxiliar de cozinha; auxiliar de eletricitista; auxiliar de indústria e conservação de alimentos; auxiliar de mecânica; barqueiro; copeiro; jardineiro; pedreiro; e pintor-área;
- c) **nível C** – assistente de aluno; assistente em tecnologia da informação; auxiliar de enfermagem; auxiliar em administração; auxiliar em veterinária e zootecnia; contínuo; cozinheiro; mecânico; motorista; operador de caldeira; recepcionista; e telefonista;
- d) **nível D** – assistente em administração; mestre de edificação e infraestrutura; técnico de tecnologia da informação; técnico em agropecuária; técnico em alimentos e laticínios; técnico em contabilidade; técnico em economia doméstica; técnico em química; técnico em secretariado; técnico de laboratório-área; vigilante;
- e) **nível E** – administrador; assistente social; bibliotecário-documentalista; biólogo; contador; enfermeira; engenheiro agrônomo; engenheiro-área; médico veterinário; nutricionista; pedagogo-área; psicólogo-área; químico; secretário executivo; técnico em assuntos educacionais.

O **Quadro 7**, além de especificar a distribuição dos 51 cargos, traz a especificação dos TAE que mantêm currículo Lattes, haja vista que este elemento é essencial para a consecução do questionamento central / dos objetivos / das hipóteses enunciadas ao longo da dissertação “Produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal da Paraíba – *Campus III*, Bananeiras – Paraíba.”

Quadro 7 – Técnico-administrativos em educação com currículo Lattes – 2017

NÍVEL	TAE	CARGOS POR NÍVEL	TAE COM CURRÍCULO	CARGOS COM CURRÍCULO
A	5	3	1	1
B	17	10	1	1
C	22	12	6	5
D	60	11	39	7
E	27	15	24	14
TOTAL	131	51	71	28

Fonte: Setor de gestão de pessoas do CCHSA / UFPB; CNPq (2017a).

Diante dos dados ora apresentados, a amostra da pesquisa fica definida tomando como base a produção técnico-científica de 71 TAE, distribuídos em 28 cargos de técnico-

administrativos identificados por possuírem currículo na plataforma Lattes do CNPq. O período delimitado para coleta dos dados refere-se aos anos de 2013 até 2016. A opção por este recorte justifica-se por ser 2013 o início do PQITEC da UFPB, e também o período de permanência da pesquisadora como TAE no CCHSA / UFPB – *Campus* III, o que a motiva a conhecer a produção dos pares, sujeitos da pesquisa. O ano de 2016 é, segundo a CAPES (2014), o período da próxima edição (quadrienal), quando os avaliadores *ad hoc* revisam o desempenho dos cursos de pós-graduação e atribuem um conceito, que varia de três a sete.

Os cursos de notas um ou dois não são aprovados, porém cabe recurso à avaliação. O processo avaliativo dos programas de pós-graduação pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) versa sobre dados referentes a 2013, 2014, 2015 e 2016, na qual a produção científica é um dos pontos essenciais de análise. Outro fator para a escolha do período é a adequação ao calendário do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) para término das disciplinas (dezembro de 2016), em conformidade com o início da coleta de dados.

Ressaltamos que foram coletados dados dos TAE que estiveram lotados no CCHSA em dezembro de 2016, mesmo no caso de determinado(s) TAE não fazer(em) parte da instituição desde 2013 (ano de início da coleta). Consideramos todos os TAE com ingresso no *Campus* III no período delimitado (2013 – 2016), pois a intenção é conhecer / avaliar / apresentar sua produção técnico-científica, sem levar em consideração o fato de o TAE ter feito parte da instituição em todo o período delimitado para a coleta dos dados nos currículos, ou seja, os quatro anos, na íntegra.

4.2 Procedimento de coleta dos dados

Antes da coleta de dados definitiva, com o objetivo de identificar possíveis ajustes do instrumento de recolhimento das informações (**Apêndice A**), foi aplicado um pré-teste entre os dias 4 e 6 de agosto de 2017, mediante análise do currículo Lattes de 10 TAE da Biblioteca Central da UFPB. A partir dos resultados, inserimos novos dados, antes não contemplados, otimizando o processo para a coleta em etapa posterior. Esta obedeceu aos seguintes passos:

1. Coleta dos currículos dos TAE do CCHSA disponíveis na plataforma Lattes do CNPq.
2. Extração de dados nos currículos Lattes, utilizando formulário (**Apêndice A**) compilado por meio do *Google Forms* (formulário do Google), seguindo estrutura, campos e subcampos disponíveis na plataforma do CNPq, priorizando os necessários à

captação de dados para atender aos objetivos da pesquisa. Na elaboração, contemplamos também aspectos capazes de viabilizar a categorização das respostas e a análise dos dados. Assim, atribuímos elementos a cada aspecto, tais como:

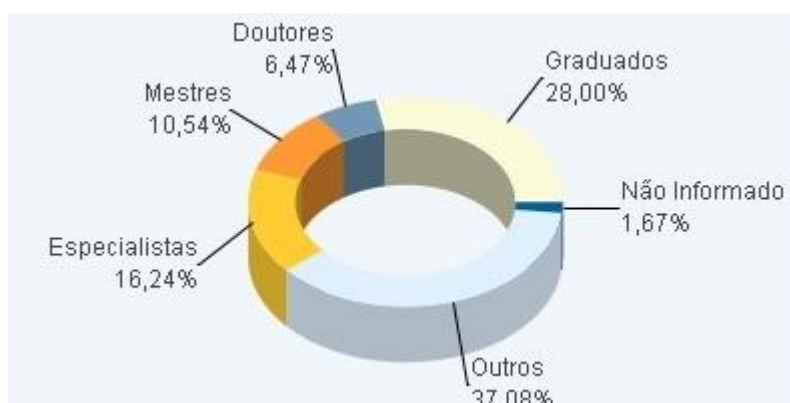
- a) dados gerais: atualização do currículo Lattes; identificação; faixa etária; sexo; idiomas / linguagens; prêmios e títulos; outras informações relevantes. Especificamente sobre a faixa etária, a informação foi verificada junto tabela de servidores da unidade, disponibilizada pelo setor de Gestão de Pessoas do CCHSA / UFPB, retirada pelo SIGRH;
- b) dados funcionais: classe funcional; cargo / unidade em exercício na UFPB;
- c) formação: formação acadêmica / titulação (maior nível concluído); formação acadêmica em andamento;
- d) atuação: grande área (s) de atuação; área e subárea de atuação; modalidades de atuação (membro de corpo editorial, membro de comitê de assessoramento, revisor de periódico, revisor de projeto de agência de fomento);
- e) projetos: participante de projeto (s) de pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico, monitoria, ou outro (s) tipo (s) de projeto (s);
- f) produções: bibliográficas (artigos completos publicados em periódicos; artigos aceitos para publicação; livros e capítulos; texto em jornal ou revista (magazine); trabalhos publicados em anais de eventos; apresentação de trabalho e palestra; partitura musical; tradução; prefácio; posfácio; outra produção bibliográfica); técnicas (assessoria e consultoria; extensão tecnológica; programa de computador sem registro; produtos; processos ou técnicas; trabalhos técnicos; cartas, mapas ou similares; curso de curta duração ministrado; desenvolvimento de material didático ou instrucional; editoração; manutenção de obra artística; maquete; entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia; relatório de pesquisa; redes sociais, websites e blogs; outra produção técnica); artísticas / culturais (artes cênicas; música; artes visuais; outra produção artística / cultural). Especificamente no aspecto produção bibliográfica e técnica, foram acrescentados elementos sobre período, quantitativo, temas e idiomas das produções;
- g) eventos: participação e / ou organização de eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas.

3. Levantamento da produção técnico-científica, objeto de estudo, com base nos dados extraídos nos currículos Lattes dos TAE, de onde mapeamos informações no que se refere ao quantitativo e aos temas da produção de artigos de periódicos científicos; comunicações em eventos; apresentações e / ou resumos publicados; livros e / ou capítulos de livros; bem como os canais utilizados para disseminarem suas pesquisas.
4. Identificação, organização e sistematização das informações coletadas a respeito da produção técnico-científica dos sujeitos, expressa pela temática e número de suas publicações, e sobre o nível de qualificação dos sujeitos para posterior análise.
5. Categorização dos dados quanto à temática das produções dos currículos Lattes dos sujeitos, indexada de acordo com a tabela de áreas do conhecimento do CNPq (2017d).

4.2.1 Plataforma Lattes

O Painel Lattes oferece ao usuário informações atualizadas sobre a atuação de pesquisadores em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). As informações oferecidas são extraídas da base de currículos atualizados nos últimos 48 meses e organizadas com dados por distribuição geográfica, formação, sexo, faixa etária, entre outros. Os últimos dados registrados no Lattes (CNPq, 2016) datam de 30 de novembro de 2016, ou seja, esta é a data da última atualização dos dados na plataforma Lattes. Naquele momento, o Lattes apresenta 3.520.867 currículos cadastrados, dos quais 227.801 (6,47%) são doutores; 371.099 (10,54%) mestres; 571.789 (16,24%) especialistas; 985.843 (28,00%) graduados; 58.798 (1,67%) sem informação acerca da escolaridade; e 1.305.537 (37,08%) correspondem a outros graus de escolaridade. O **Gráfico 1** sumariza os dados da base do currículo Lattes.

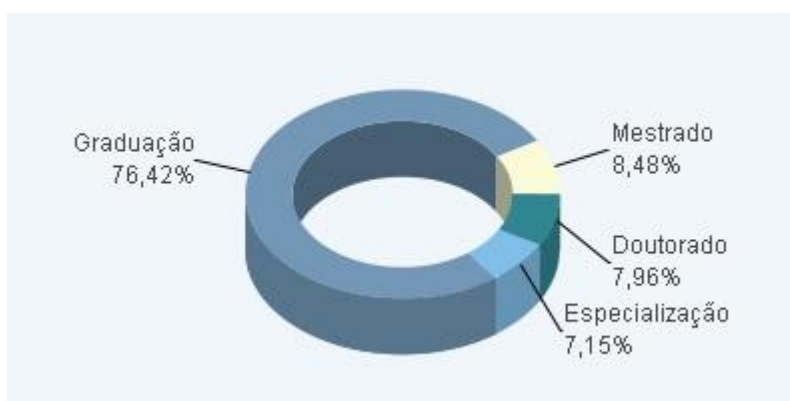
Gráfico 1 – Total de currículos Lattes cadastrados na Plataforma Lattes – ano 2016



Fonte: CNPq (2016).

Quanto à parcela de estudantes com currículos cadastrados, dentre estes possíveis TAE da amostra, o número total soma 1.484.064. O **Gráfico 2** descreve que a maior parcela deles, ou seja, 1.134.122 (76,42%) estão na graduação, seguidos de 125.849 (8,48%) mestrandos, 118.131 (7,96%) doutorandos e por último, 106.110 (7,15%) especialistas.

Gráfico 2 – Currículos Lattes de estudantes cadastrados na Plataforma Lattes – 2016



Fonte: CNPq (2016).

4.3 Análise dos dados

Quanto à técnica de análise de dados, utilizamos a análise descritiva, porque está apta a descrever determinada realidade. No caso, trata-se da produção dos TAE, por meio da caracterização do perfil com maior produção, apontando fontes de informação, canais e temática da produção. Essa técnica é, com frequência, empregada quando o propósito central

do estudo é revelar características, mostrar propriedades, estimar frequências ou avaliar a extensão, entre outras diretrizes, do sistema objeto de investigação (GARCIA, 1998).

A técnica análise de conteúdo se mostrou essencial ao diagnóstico dos dados extraídos dos currículos Lattes dos sujeitos. Segundo Bardin (1979), a AC possibilita o tratamento de uma pesquisa qualitativa, ao utilizar categorias para facilitar a análise dos dados obtidos com a pesquisa. Sob o ponto de vista de Minayo e Gomes (2012), há diferentes técnicas possíveis na análise de conteúdo, a saber: análise da avaliação ou representacional; análise de expressão; análise de enunciação; e análise temática, da qual fizemos uso na pesquisa. Através dela, categorizamos a temática de cada título das produções apresentadas, seguindo a tabela de áreas do conhecimento do CNPq (2017d), tomando como norte os dados funcionais, formação e / ou atuação do TAE.

Para operacionalizar a categorização e, por conseguinte, a análise mencionada, os dados coletados nos currículos Lattes dos sujeitos, estão apresentados em quadros e gráficos (**item 5.4**), levando em conta os elementos: título da produção bibliográfica e técnica; número de TAE com publicações em cada tema; áreas de conhecimento do CNPq (2017d); dados funcionais, formação e / ou atuação do TAE.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após coleta de dados e em consonância com o objetivo macro da pesquisa – analisar a produção técnico-científica dos TAE do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA / UFPB) *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB) – o capítulo apresenta os resultados obtidos, seguindo como parâmetro cada um dos objetivos específicos antes enunciados.

5.1 Perfil dos técnico-administrativos em educação

Em atenção ao primeiro objetivo específico – categorizar o perfil dos técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB com maior produção –, contemplamos o pressuposto de que o perfil dos TAE que mais produzem são os que possuem formação acadêmica de nível superior, mesmo quando ocupam cargos / funções que exigem nível de escolaridade aquém. Porém, antes de especificar o perfil TAE do CCHSA/UFPB com maior produção, apresentamos os dados gerais dos 71 sujeitos da pesquisa, **Quadro 8**.

Quadro 8 – Distribuição dos técnico-administrativos em educação por faixa etária e gênero

FAIXA ETÁRIA	NÍVEIS	N	%	SEXO	
				Feminino	Masculino
22 a 30	C	3	20	1	2
	D	9		2	7
	E	2		2	-
31 a 40	D	24	56	6	18
	E	16		10	6
41 a 50	D	4	9	1	3
	E	3		2	1
51 a 60	A	1	14	-	1
	B	1		-	1
	C	2		-	2
	D	2		2	-
	E	3		3	-
61 ou mais	C	1	1	1	-

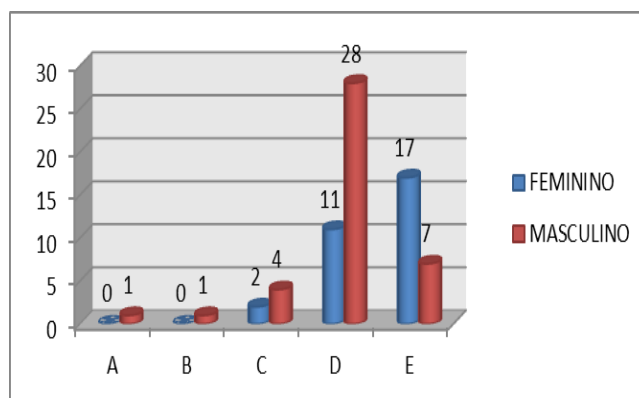
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Concernente à faixa etária, são eles predominantemente jovens, sendo 40 (56%) da faixa etária entre 31 a 40 anos, seguido de 14 (20%) na faixa etária entre 22 a 30 anos. Na outra extremidade, estão os TAE com faixa etária maior, em ordem decrescente: um (1%) com 61 anos ou mais; 10 (14%) com idade entre 51 e 60 anos; e sete (9%) com faixa etária

entre 41 e 50 anos. O intervalo entre 51 a 60 anos aparece com nove menções ou 14%, enquanto um só pesquisado possui mais de 60 anos, 1%.

Complementando informações sobre o gênero dos TAE (**Quadro 8**), vemos que os TAE estão distribuídos na proporção aproximada de 60 / 40, respectivamente, 41 (58%) homens e 30 (42%) mulheres, sendo 17 delas (71%), de cargos de nível E. Este fator demonstra que apesar do gênero masculino ter maior representatividade no *Campus III*, o gênero feminino destaca-se em número de TAE com cargos que exigem formação em nível superior, comprovando a inserção da mulher no mercado de trabalho com maior desenvoltura.

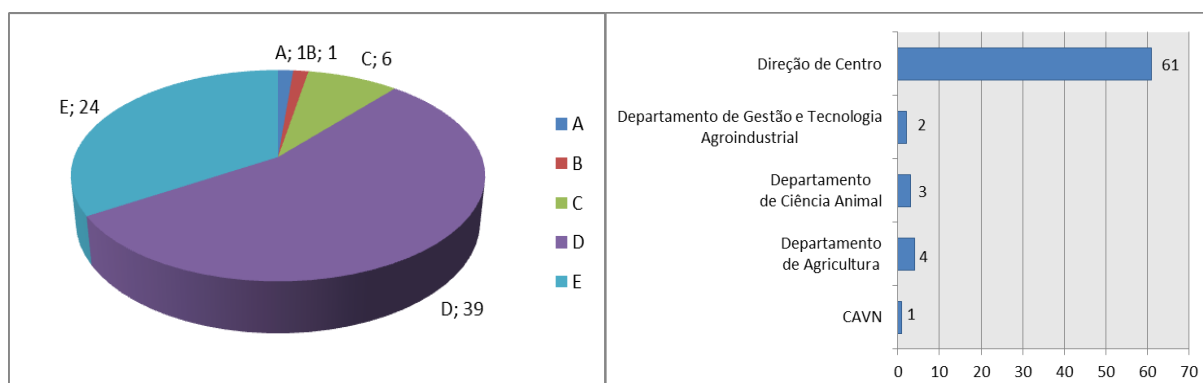
Gráfico 3 - Distribuição dos técnico-administrativos em educação por gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tomando como referencial tão somente o fator idade, podemos inferir que os TAE do CCHSA / UFPB são potenciais autores de produção técnico-científica, uma vez que, no serviço público, a aposentadoria compulsória só ocorre aos 75 anos de idade (BRASIL, 2015), propiciando contribuições efetivas dos TAE. Mas ainda há outros fatores que integram o perfil do TAE, incluindo classe funcional; cargo / unidade em exercício na UFPB.

Gráfico 4 – Classe funcional / lotação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A classe funcional dos TAE que prevalece é a de nível D, representando 39 (55%) do total, seguida do nível E, com 24 (34%) sujeitos. A maior proporção deles está lotada na unidade de exercício Direção de Centro (**Gráfico 4 e Quadro 9**). Este último quadro, além de especificar o nível e os 28 diferentes cargos, descreve o elemento quantitativo e a lotação do total de TAE com currículos Lattes junto ao CNPq.

Quadro 9 – Distribuição dos cargos em exercício por lotação

NÍVEL	CARGO	N	LOTAÇÃO
A	Auxiliar de carpintaria	1	Direção de Centro
B	Auxiliar de agropecuária	1	Direção de Centro
C	Auxiliar de enfermagem	2	Direção de Centro
	Auxiliar em administração	1	Direção de Centro
	Auxiliar em veterinária e zootecnia	1	Direção de Centro
	Operador de caldeira	1	Direção de Centro
	Telefonista	1	Direção de Centro
	Assistente em administração	12	Direção de Centro
	Técnico de tecnologia da informação	2	Direção de Centro
D	Técnico em agropecuária	4	Direção de Centro
		3	Departamento de Agricultura
		3	Departamento de Ciência Animal
	Técnico em alimentos e laticínios	2	Direção de Centro
	Técnico em química	1	Direção de Centro
	Técnico em secretariado	1	Direção de Centro
	Técnico de laboratório-área	10	Direção de Centro
		1	Departamento de Agricultura
	Administrador	1	Direção de Centro
	Assistente social	2	Direção de Centro
E	Bibliotecário-documentalista	3	Direção de Centro
	Biólogo	2	Direção de Centro
	Contador	3	Direção de Centro
	Enfermeiro	2	Direção de Centro
	Engenheiro-área	2	Direção de Centro
	Médico veterinário	1	Direção de Centro
	Nutricionista	2	Direção de Centro
	Pedagogo-área	1	CAVN
	Psicólogo-área	1	Direção de Centro
	Químico	2	Direção de Centro
	Secretário executivo	1	Direção de Centro
	Técnico em assuntos educacionais	1	Direção de Centro
TOTAL		71	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A partir dos dados expostos e diante da propositura em revelar o perfil dos técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB com maior produção, a **Tabela 6** evidencia números absolutos sobre sua produção técnico-científica (bibliográfica e / ou técnica), o que possibilita confirmar (ou não) o pressuposto sobre o perfil dos TAE que mais produz.

Tabela 6 – Técnico-administrativo em educação / modalidade de produção

Modalidade de produção	Quantidade de TAE	NÍVEIS					
		C		D		E	
Produção bibliográfica	27	4	15%	14	52%	9	33%
Produção técnica	1	—————		—————		1	100%
Produção bibliográfica e técnica	20	—————		10	50%	10	50%
TOTAL	48	4		24		20	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com base nos dados da **Tabela 6**, inferimos que os TAE nível D (14, 52%) têm maior representação em produção bibliográfica. Em relação à produção bibliográfica e técnica, registra-se paridade entre os níveis D e E, ambos com percentual de 50%. Entretanto, baseado nos dados da **Tabela 6**, que expõe os números absolutos do quantitativo de TAE com produção em suas respectivas modalidades, elaboramos a **Tabela 7**, que traz um comparativo entre o quantitativo geral de TAE com currículo Lattes, por nível, com o intuito de identificar o perfil com maior produção.

Tabela 7 – Relação total técnico-administrativo em educação / modalidade de produção

NÍVEL	TOTAL DE TAE		TAE / MODALIDADES DE PRODUÇÃO					
	Com Lattes	Com produção	Bibliográfica		Técnica		Bibliográfica e técnica	
C	6	4	4	67%	-		-	
D	39	24	14	36%	-		10	26%
E	24	20	9	37%	1	4%	10	42%
TOTAL	71	48	27		1		20	

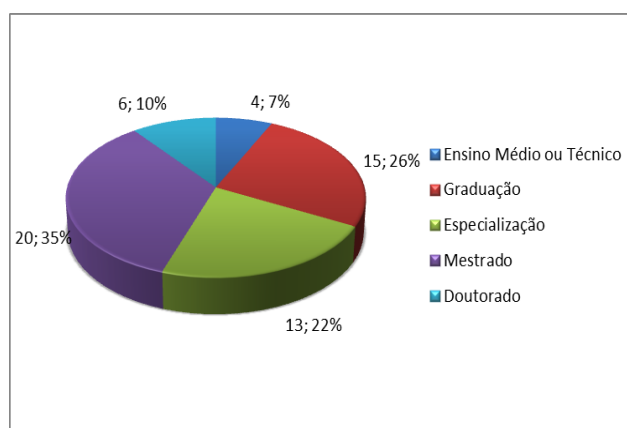
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Assim, levando em consideração o total de TAE que disponibiliza seu currículo Lattes, constatamos um cenário diferente do captado anteriormente. Agora o TAE de nível C passa a ser o segmento com mais produção bibliográfica (seis, 67%), seguido, em ordem decrescente, dos níveis E e D, equiparados, respectivamente com 24 (37%) e 39 (36%), conforme dados da **Tabela 7**. Quanto aos TAE que possuem concomitantemente produção bibliográfica e técnica, o destaque sai do nível C (nenhuma incidência) para o nível E (39, 42%), seguido de 24 (26%) do nível D. Quer dizer, para confirmarmos o pressuposto evocado na etapa introdutória

da dissertação sobre o perfil de TAE que mais produz ser referente a quem possui formação acadêmica de nível superior, mesmo quando exercem cargos / funções que exigem nível de escolaridade menor, resta-nos apenas verificar se os TAE de nível C possuem também ensino superior, uma vez que o exercício de cargos de nível E já exige tal formação.

Neste momento, trazemos informações alusivas à formação acadêmica dos TAE, **Gráfico 5** e **Quadro 10**. Ressaltamos que quatro dos currículos Lattes analisados não fazem menção sobre a formação acadêmica, fator que nos levou a recorrer à DECP / PROGEP – responsável por acompanhar e conceder a progressão por qualificação aos TAE da UFPB – para que pudéssemos complementar as informações e delinear um panorama fidedigno e atual, haja vista que nem todos os Lattes são atualizados sistematicamente. Como resposta, o setor nos encaminhou planilha atualizada acerca da maior titulação de cada TAE.

Gráfico 5 – Formação dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Mas o que esses dados representam? Entre o total de sujeitos da pesquisa (71 TAE), apenas 15 (26%) possuem como formação mínima, o nível médio. Em se tratando especificamente dos TAE de nível C (seis no total), para o qual é exigido apenas ensino fundamental ou ensino médio e / ou profissionalizante, três concluíram a graduação; dois deles, especialização; e um, mestrado, reforçando as premissas de Gomes (2014) e da própria UFPB (2013), quando discorrem sobre o binômio educação x conhecimento, incluindo, obviamente, o papel do TAE nesse contexto. Fundamentados nessa perspectiva, inferimos sobre a confirmação do pressuposto inicial de que os TAE com maior produção são os de nível superior, mesmo quando estão em cargos e / ou funções que exigem nível de escolaridade menor, como ocorre com os técnicos de nível C.

Quadro 10 – Cursos de formação dos técnico-administrativos em educação

GRADUAÇÃO		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO	
Curso	Nível	Curso	Nível	Curso	Nível	Curso	Nível
Administração	C / C	Biblioteconomia	E / E	Administração	D / D	Agronomia	D
Agronomia	D / D	Ciências Ambientais	D	Agronomia	D / E	Ciência e Tecnologia de Alimentos	E
Agroecologia	D	Direito	C	Ciência Animal	C	Engenharia Química	D
Agroindústria	D / D	Análise Ambiental	C	Ciências da Nutrição	E	Química	D
Ciências Econômicas	D	Educação Ambiental	D	Ciências Agrárias (Agroecologia)	E	Zootecnia	D
Ciências Agrárias	D	Educação Profissional	E	Educação	D	-	
Ciências Biológicas	D	Enfermagem do Trabalho	E	Engenharia Agrícola	E		
Ciências Contábeis	E / E	Política e Gestão Pública.	E	Engenharia Química	E		
Enfermagem	E	Psicologia Cognitivo Comportamental	E	Gestão em Organizações Aprendentes	E / E		
Engenharia Agrônômica	D	Redes de Computadores	D	Medicina Veterinária	E		
Medicina Veterinária	D	Saúde Coletiva	D	Linguística	E		
Pedagogia	D	Saúde Pública	E	Química	E		
Química	D	Supervisão Escolar	D	Sistemas Agrosilvopastoris no Semiárido	D		
Zootecnia	C	PROEJA	D	Tecnologia Agroalimenta	D / D D / E		

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ainda sobre o tópico formação, 16 TAE dos níveis C, D e E estão com formação em andamento (**Quadro 11**) em 13 diferentes cursos, entre graduação, mestrado ou doutorado. Este fato merece destaque, pois, decerto, a educação continuada é essencial para o aprimoramento dos servidores, como Burnham *et al.* (2005) e Crespo e Rodrigues e Miranda (2006) apontam, representando oportunidade de atualização e implementação dos conhecimentos apreendidos em suas práticas diárias, de forma eficaz e inovadora.

Quadro 11 – Formação em andamento dos técnico-administrativos em educação

GRADUAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO	
Curso	Nível	Curso	Nível	Curso	Nível
Matemática	D	Ciência da Informação	E	Agronomia (Produção Vegetal)	E
		Ciências Agrárias (Agroecologia)	D / D	Biociência animal	C
		Zootecnia	C	Ciência e Tecnologia de Alimentos	D/E
		Gestão em Organizações Aprendentes	E	Engenharia Química	E
		Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.	E / E	Linguística	E
		Não informado	D	Nutrição	E

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Retomando a descrição relativa à formação dos TAE, verificamos nível razoável de conhecimento de outros idiomas (**Quadro 12**), com maior evidência para o inglês e espanhol, sendo (35, 49%) TAE com algum conhecimento inglês e/ou espanhol, destes (27, 38%) em inglês e (19, 27%) em espanhol. Eis uma condição que lhes propicia maior abrangência em sua produção técnico-científica, uma vez que os habilita a publicar em mais de um idioma, conforme detalhado em discussão alusiva ao mapeamento da produção técnico-científica, **item 5.2**.

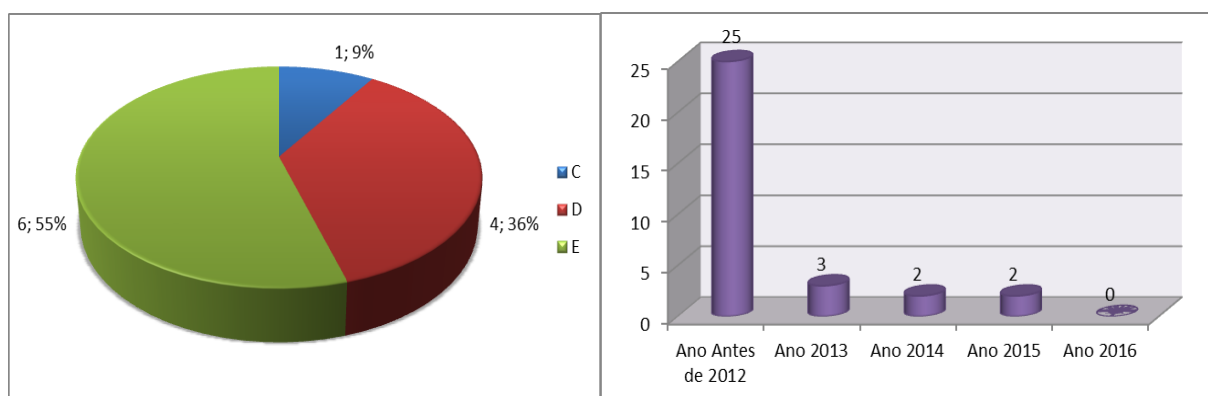
Quadro 12 – Idiomas / linguagem de domínio dos técnico-administrativos em educação

Conhecimento	Inglês	Espanhol	Português	Francês	Alemão	Libras	Subtotal	Não informado
Compreende pouco	11	4	-	-	-	-	15	20
Compreende Razoavelmente	27	19	1	1	1	1	50	
Compreende bem	4	10	21	-	-	-	35	
Fala pouco	26	17	-	-	-	-	43	
Fala razoavelmente	12	11	1	1	1	1	27	
Fala bem	1	4	21	-	-	-	26	
Lê pouco	11	6	-	-	-	-	17	
Lê razoavelmente	25	16	1	1	1	-	44	
Lê bem	7	11	20	-	-	-	38	
Escreve pouco	19	19	-	-	-	-	38	
Escreve Razoavelmente	12	7	1	1	1	-	22	
Escreve bem	6	5	20	-	-	-	31	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em se tratando do aspecto competência, 11 (15%) dos TAE entre os níveis C, D e E (Gráfico 6), no total de 32 registros, possuem reconhecimento – prêmios e / ou títulos. O Quadro 13, por sua vez, especifica a diversidade desses títulos, quais sejam: prêmios de melhores trabalhos; reconhecimento profissional; destaques de aprovações em concursos públicos e seleções, entre outros. A maior representatividade dos registros (seis ou 55%) é de TAE de nível E, com a ressalva de que a maior incidência 25 (78%) registra-se antes de 2012.

Gráfico 6 – Prêmios e títulos dos técnico-administrativos em educação / períodos



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Quadro 13 – Prêmios e títulos dos técnico-administrativos em educação
(Continua)

Item	Nível	Ano	PRÊMIOS E TÍTULOS
1	E	2009	Funcionária padrão, Prefeitura Municipal de Cabedelo.
2	C	-	Prêmio do Trabalho “Monitoria como ferramenta no aprendizado da fisiologia dos animais domésticos I, Universidade Federal da Paraíba.
3	D	2008	Top Student, Cultura Inglesa.
		2006	Menção Honrosa (I Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas), Ministério da Educação.
4	D	2015	Mestres da Educação, Secretaria de Estado da Educação – Paraíba.
		2014	Mestres da Educação, Secretaria de Estado da Educação – Paraíba.
		2013	Mestres da Educação, Secretaria de Estado da Educação – Paraíba.
5	D	2014	Elo Cidadão, Universidade Federal da Paraíba.
		2009	Elo Cidadão, Universidade Federal da Paraíba.
		2001	Leitor-Modelo: atuação crítica e competente, Jardim Escola Balão Mágico.
6	E	2010	Aprovação para tutoria de Ciências Naturais na disciplina de Planejamento e Gestão Escolar, Universidade Federal da Paraíba.
		2008	Aprovação na seleção para Professor efetivo T-20 da Educação Básica I., Prefeitura Municipal de João Pessoa – Paraíba.
		2007	Aprovação na seleção para Professor T-20 efetivo da Educação Básica I., Prefeitura Municipal de Campina Grande – Paraíba.

**Quadro 13 – Prêmios e títulos dos técnico-administrativos em educação
(Conclusão)**

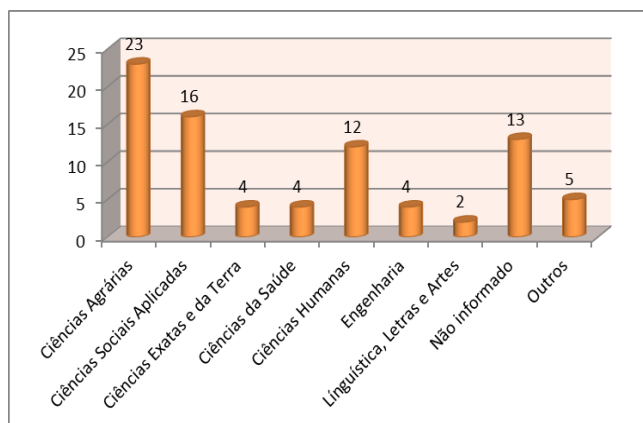
7	E	2013	Melhor trabalho tema livre da sessão científica do III Fórum Alagoano de Nutrição em Pediatria, Associação Alagoana de Nutrição.
8	E	2012	4º lugar no Concurso Público no cargo de bibliotecário-documentalista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
			1º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal da Paraíba (<i>Campus Bananeiras</i>).
		2011	2º lugar no Concurso Público de Analista de Biblioteconomia, Ministério Público da União – Paraíba.
		2009	1º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal de Campina Grande (<i>Campus Pombal</i>).
			3º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal de Pernambuco (<i>Campus Caruaru</i>).
			2º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba – Paraíba.
			2º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (<i>Campus Caicó</i>).
			3º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (<i>Campus Caicó</i>).
		2008	4º lugar no Concurso Público no Cargo de Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal da Paraíba (<i>Campus Areia</i>).
			3º Lugar no Concurso Público no Cargo de Professor Substituto para Área de Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
9	E	2011	Prêmio "Elo Cidadão", XIII Encontro de Extensão (ENEX), Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
10	E	2015	Coordenação do Laboratório de Pós-Graduação em Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
		2013	Coordenação do Laboratório de Nutrição Animal e Análises Avançadas de Alimentos, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
11	D	2007	Doutorado em Zootecnia, Universidade Federal de Lavras – Minas Gerais.
		2005	Membro do Núcleo de Estudos em Ciência e Tecnologia Avícolas - Departamento de Zootecnia, Universidade Federal de Lavras – Minas Gerais.
		2004	Mestrado em Zootecnia, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
		2003	Membro da Sociedade Brasileira de Zootecnia / Revista Brasileira de Zootecnia.
		2002	Prêmio Jovem Pesquisador – Série Iniciados, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.
			Licenciatura do em Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A atuação específica sobre a(s) área(s) dos servidores TAE também é uma das vertentes contempladas a fim de detalhar o perfil dos técnico-administrativos em educação.

No Lattes, este campo pode ser preenchido com mais de uma área, seja com informações gerais (grandes áreas de atuação), intermediárias (áreas de atuação) e específicas (subáreas de atuação), posto que o TAE pode atuar ou já ter atuado em campos interdisciplinares. Deste modo, obtivemos o total de 83 respostas (**Gráfico 7**) sobre a grande área de atuação. O maior número de registros, em ordem decrescente, é para Ciências Agrárias 23 (32%), seguido de Ciências Sociais Aplicadas 16 (23%), e de Ciências Humanas 12 (17%), totalizando 51 (72%) do extrato de áreas arroladas. A alternativa “não informaram” corresponde a 13 (18%) TAE, enquanto a opção “outro” recebe cinco menções (7%), referindo-se a subáreas que não integram as grandes áreas do conhecimento do previstas pelo CNPq (2017d).

Gráfico 7 – Grande área de atuação dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conquanto um número considerável (13, 18%) dos TAE não informem nem sua grande área de atuação (**Gráfico 7**) nem tampouco sua área específica de desempenho, a maior parte (54 ou 76%) dos técnico-administrativos em educação pesquisados a especificam. Do total, 41 (76%) mantêm atuação apenas num só campo, seguidos de nove (17%) em duas áreas; três (6%) em três; e cinco (9%), em outras áreas. O **Quadro 14** sintetiza tal situação, e, decerto, comprova os números do INEP (2012) e SEMESP (2015, 2016) sobre o desenvolvimento da educação e o acesso da população a centenas de cursos ofertados pelas IES, ratificando a função eminentemente social das universidades (BRASIL, 2017).

Quadro 14 – Área de atuação dos técnico-administrativos em educação

ÁREA (N)	ÁREAS	TAE	TAE (Área)	NÍVEL	N
Uma área	Ciências Agrárias	19	41	B	1
	Ciências da Saúde	3		C	1
	Ciências Exatas e da Terra	2		D	25
	Ciências Humanas	6			
	Ciências Sociais Aplicadas	9		E	14
	Engenharias	1			
	Língua, Letras e Artes	1			
Duas áreas	Ciências Agrárias e Ciências Biológicas	1	9	C	3
	Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas	2			
	Ciências Exatas e da Terra e Engenharia	1			
	Ciências Humanas e Ciências Biológicas	1		D	4
	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	2			
	Ciências Humanas e Ciências da Saúde	1		E	2
	Ciências Sociais Aplicadas e Língua, Letras e Artes	1			
Três áreas	Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, e Ciências Sociais Aplicadas	1	3	D	1
	Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, e Engenharias	1		E	2
	Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, e Engenharias	1			
	Não informado	13	13	C	1
				D	8
				E	4
	Outros	5	5	A	1
				C	1
				D	1
				E	2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Especificamente sobre a subárea de atuação, apenas 39 (55%) TAE fazem menção em seus currículos Lattes, totalizando 70 subáreas diferentes, sendo 17 com detalhamento sobre 28 especialidades distintas (**Quadro 15**).

**Quadro 15 – Subáreas de atuação dos técnico-administrativos em educação
(Continua)**

Item	SUBÁREA DE ATUAÇÃO	N	ESPECIALIDADE
1	Administração de Empresas	2	Mercadologia
2	Administração de Setores Específicos	1	Especialidade: Recursos Humanos
3	Administração Pública	1	Organizações Públicas Administração de Pessoal
	Administração Pública	1	Contabilidade e Finanças Públicas
4	Adsorção	1	-
5	Agroecologia	3	-
6	Agroindústria	1	Controle de Qualidade de Alimentos. Tecnologia e Processamento de Alimentos
7	Agronomia	1	-
8	Alimento Alternativo	1	-
9	Ambiência	1	-
10	Análises de Alimentos	1	-
11	Aquicultura	1	Ranicultura
12	Aquisição e Processamento Linguístico	1	-
13	Arquivologia	1	-
14	Assistência Estudantil	1	-
15	Assistência Social	1	-
16	Biblioteconomia	2	-
17	Ciência de Alimentos	1	Fisiologia Pós-Colheita
	Ciência de Alimentos	1	Padrões, Legislação e Fiscalização de Alimentos
18	Ciência do Solo	1	-
	Ciência do Solo	1	Fertilidade do Solo e Adubação
	Ciência do Solo	1	Manejo e Conservação do Solo
19	Ciência e Tecnologia de Alimentos	1	-
20	Ciências Contábeis	1	-
	Ciências Contábeis	1	Pregoeiro
21	Clínica e Cirurgia Animal	1	Clínica Veterinária
22	Construção Civil	1	-
23	Educação do Campo	1	-
24	Educação e Formação	1	-
25	Educação Química	1	-
26	Enfermagem em Escola Pública	1	-
27	Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso	1	-
28	Enfermagem na Gestão e Gerenciamento	1	-
29	Enfermagem Pediátrica	1	-
30	Engenharia Bioquímica	1	-

**Quadro 15 – Subáreas de atuação dos técnico-administrativos em educação
(Continuação)**

Item	SUBÁREA DE ATUAÇÃO	N	ESPECIALIDADE
31	Engenharia Química	2	-
32	Entomologia	1	-
33	Extensão Rural	2	-
34	Fitossanidade	1	-
	Fitossanidade	1	Defesa Fitossanitária
35	Fitotecnia	1	-
	Fitotecnia	1	Fisiologia de Plantas Cultivadas
	Fitotecnia	1	Fruticultura
	Fitotecnia	1	Manejo e Tratos Culturais; Produção de Mudas
36	Fruteiras de Clima Tropical	1	-
37	Gestão Ambiental.	1	-
38	Gestão de Contratos	1	-
39	Gestão de Projetos	1	-
40	<i>Learning Organization</i>	1	-
41	Língua Brasileira de Sinais	1	-
42	Língua Portuguesa	1	Português como Língua Estrangeira
43	Língua Portuguesa	1	-
44	Línguas Estrangeiras Modernas	1	-
45	Linguística Aplicada	1	-
46	Medicina Veterinária Preventiva	1	Doenças Parasitárias de Animais
47	Microbiologia Aplicada	1	Microbiologia Aplicada
48	Microbiologia de Alimentos	1	-
49	Nutrição e Alimentação Animal	1	Avaliação de Alimentos para Animais
50	Pastagem e Forragicultura	2	-
51	Políticas Linguísticas	1	-
52	Produção Animal	1	-
	Produção Animal	1	Manejo de animais
	Produção Animal	1	Manejo de Animais
53	Psicologia da Saúde	1	-
54	Psicologia do Ensino e da Aprendizagem	1	-
55	Psicologia Hospitalar	1	-
56	Psicologia Social	1	Relações Interpessoais
57	Química Inorgânica	1	-
58	Rede de Computadores	1	-
59	Reprodução Animal	1	-
60	Saúde Mental	1	-
61	Saúde Pública	1	-
62	Sistemas de Computação	1	-

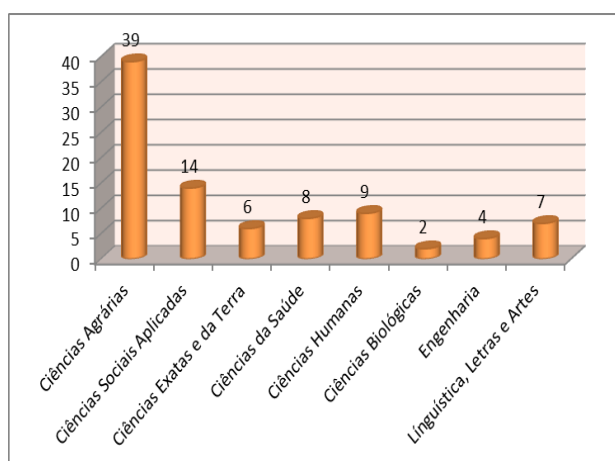
Quadro 15 – Subáreas de atuação dos técnico-administrativos em educação (Conclusão)

Item	SUBÁREA DE ATUAÇÃO	N	ESPECIALIDADE
63	Técnicas Agropecuárias	1	Licenciatura em Ciências Agrárias
64	Tecnologia da Informação	1	-
65	Tecnologia de Alimentos	1	-
	Tecnologia de Alimentos	1	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal
66	Tecnologia do Leite e Derivados	1	-
67	Tópicos Específicos de Educação	1	Educação Ambiental
68	Tratamento de Águas de Abastecimento e Residuárias	1	-
69	Tratamento de Resíduos Sólidos	1	-
70	Zootecnia	1	-

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Após categorização segundo as áreas do conhecimento do CNPq (2017d), estas constam resumidamente no **Gráfico 8**. Inferimos que 56 (79%) TAE consideram suficiente fazer menção apenas à grande área de atuação; 46 (65%) à área de atuação e 39 (55%) são mais precisos e informam a subárea de atuação. Em síntese, os **Gráficos 7 e 8** evidenciam que o perfil do TAE produtivo é majoritariamente vinculado às Ciências Agrárias e às Ciências Sociais Aplicadas, conforme detalhamento referentes ao mapeamento da produção técnico-científica (**item 5.2**) e à temática da produção técnico-científica (**item 5.4**).

Gráfico 8 – Subárea de atuação dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ainda sobre a atuação do TAE, os dados revelam que ele também atua como membro e / ou revisor de corpo editorial, revisor de periódico e / ou revisor de projeto de agência de

fomento. Segundo o **Quadro 16**, sete (29%) são do nível E e quatro (10%), D, lembrando que o percentual é calculado com base no total de TAE que mantém Lattes.

Quadro 16 – Periódicos e / ou projetos de fomento com participação de técnico-administrativos em educação

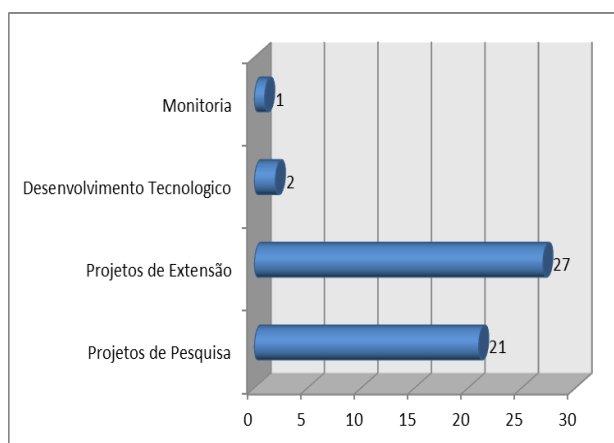
NÍVEL	ATUAÇÃO	PERÍODO	DESCRIÇÃO
E	Membro de corpo editorial	2016 - Atual	Pimenta Cultural
E	Membro de corpo editorial	2017 - Atual	DLCV - Língua, Linguística & Literatura
		2007 - Atual	Revista ProLíngua
D	Revisor de periódico	2015 – Atual	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
D	Revisor de periódico	2016 – Atual	<i>African Journal of Biotechnology</i>
		2017 – Atual	<i>Taiwan Institute of Chemical Engineers: Journal</i>
D	Revisor de periódico	2016 – Atual	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Periódico: <i>African Journal of Agricultural Research</i>
		2016 - Atual	<i>African Journal of Agricultural Research</i>
E	Revisor de periódico	2011 - Atual	Semiárido De Visu
E	Revisor de periódico	2012 – Atual	Revista Semiárido De Visu
E	Revisor de periódico	2015 - Atual	Revista Caatinga (<i>Online</i>)
		2015 - Atual	Revista Caatinga (UFERSA. Impresso)
E	Revisor de periódico	2015 - Atual	Revista Caatinga (<i>Online</i>)
E	Revisor de periódico	2013 – Atual	<i>African Journal of Microbiology Research</i>
		2013 – Atual	<i>Journal of the Science of Food and Agriculture (Online)</i>
D	Revisor de periódico	2008 – Atual	Revista Brasileira de Zootecnia / Brazilian Journal of Animal Science
		2009 – Atual	Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal (UFBA)
		2008 – Atual	Revista <i>Acta Scientiarum. Animal Sciences</i>
	Revisor de projeto de fomento	2015 – Atual	Agência de fomento: Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Superior
		2013 - Atual	Agência de fomento: Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Superior

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conquanto em termos de políticas de participação dos TAE em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cada universidade mantém sua autonomia, observamos que há considerável participação dos TAE (**Gráfico 9**) em projetos, nas modalidades: pesquisa 21 (30%), extensão 27 (38%), desenvolvimento tecnológico (dois, (3%), e monitoria um (1%). O

envolvimento dos técnico-administrativos nesses projetos variam ora, são integrantes, ora são coordenadores, registrando-se casos em que há alternância de vínculos entre TAE do *Campus* III no decurso das edições / renovações. Acreditamos que tal revezamento salutar decorre do alinhamento que existe entre as áreas de atuação dos TAE, caracterizando uma parceria firmada entre eles para continuidade dos projetos.

Gráfico 9 – Participação dos técnico-administrativos em educação em projetos

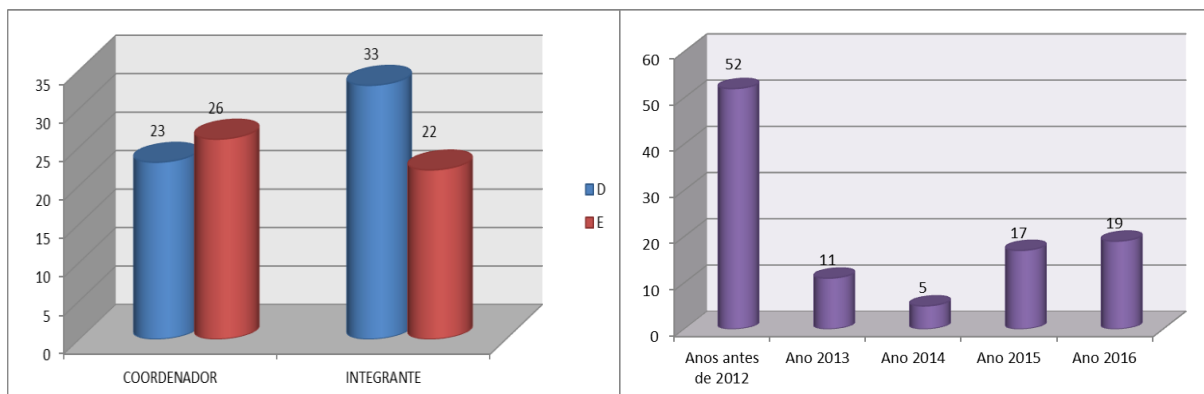


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O registro completo sobre a participação dos TAE (o que justifica sua aposição como elemento complementar) está disponível, de forma exaustiva, tanto no **Apêndice B**, que diz respeito ao projetos de extensão com participação de técnico-administrativos em educação quanto no **Apêndice C**. Este último lista os projetos de pesquisa.

Em virtude da inexpressiva participação em projetos de monitoria e de desenvolvimento tecnológico, demos ênfase aos projetos de extensão e de pesquisa, para os quais, na categorização do período de participação e da quantidade de projetos, consideramos o ano de acordo com seu início. Por exemplo: um projeto no exercício de 2011 a 2013, está enquadrado no ano de 2011. Especificamente sobre os 104 projetos de extensão (**Gráfico 10**), constatamos a participação de 27 TAE, a saber: (a) 13 (33%) nível D, em 23 coordenações e / ou integrando 33 projetos; (b) 14 (58%) nível E, em 26 coordenações e / ou integrando 22 projetos. Referente ao período dos projetos, 52 (50%) foram desenvolvidos entre 2013 e 2016. Em resumo, registra-se prevalência de TAE de nível E como coordenadores e de TAE nível D, como integrantes.

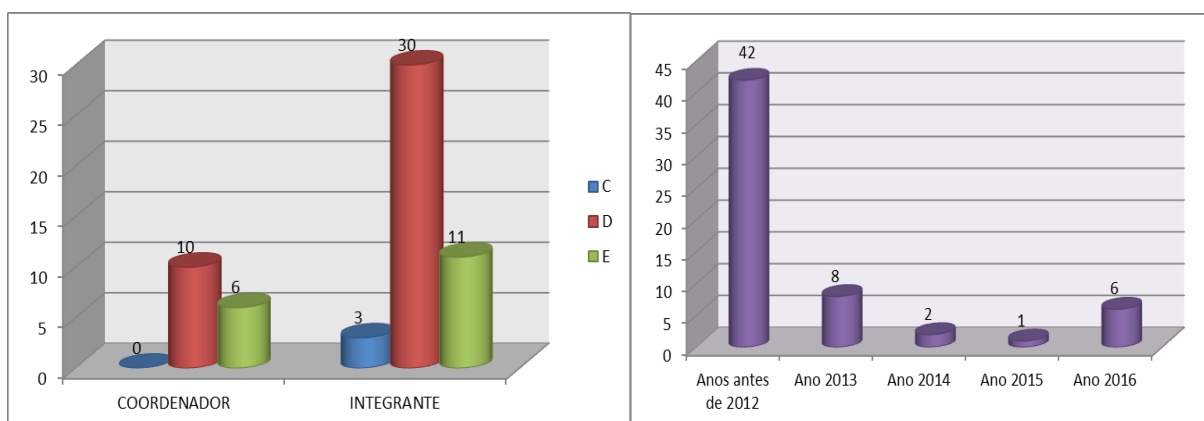
Gráfico 10 – Projetos de extensão / participação dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No que concerne aos projetos de pesquisa (**Gráfico 11**), constatamos a participação de 21 TAE, a saber: (a) dois ou 33% nível C, integrando três projetos; (b) 10 (26%) nível D, em 10 coordenações e / ou integrando 30 projetos; (c) nove (38%) nível E, em seis coordenações e / ou integrando 11 projetos. Referente ao período dos projetos, apenas 17 (28%) remetem aos anos de 2013 a 2016. Aliás, acrescentamos que, agora, os TAE de nível D são maioria nas coordenações e como integrantes dos projetos.

Gráfico 11 – Projetos de pesquisa / participação dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

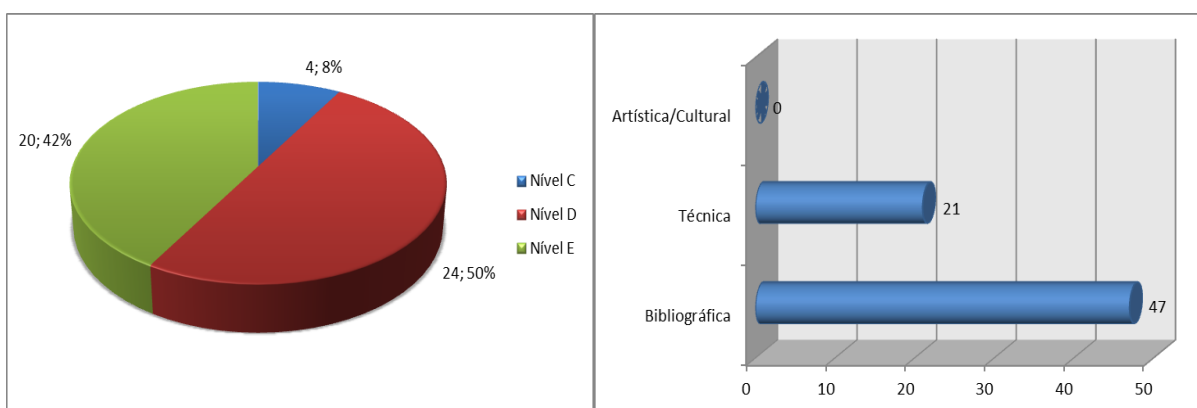
Comparando o quantitativo de TAE nas duas modalidades de projetos – extensão e pesquisa, constatamos maior percentual de participação de TAE nível E no primeiro e de TAE nível D no segundo. Acreditamos que tal distribuição reflete as políticas de seleção de projetos de extensão, porquanto nos editais do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX),

por exemplo, apenas técnico-administrativo que ocupa cargo de nível superior pode submeter projetos. Em contrapartida, reiteramos que os projetos de pesquisa podem ser indicados pelas chefias no PTS (UFPB, 2016) para os TAE de todos os níveis, pois estão eles contemplados na categoria estímulo à atividade científica. Ou seja, a participação mantém relação direta com a educação continuada, seja por indicação da chefia ou por estímulo individual, a partir de cursos de qualificação profissional (graduação e / ou pós-graduação), como previsto pela UFPB (1975) desde décadas atrás. De uma forma ou de outra, entendemos que a participação em projetos conserva vinculação estreita com o número de publicações dos TAE, visto que há necessidade de divulgação dos resultados obtidos, gerando reflexões e discussões importantes para difundir as práticas realizadas.

5.2 Mapeamento da produção técnico-científica

O segundo objetivo específico está relacionado com o mapeamento da produção técnico-científica dos TAE. O desafio limita-se a delimitar tal produção a partir do registro constante de cada currículo Lattes. Norteadas por esse objetivo, extraímos dados da produção técnico-científica de 48 TAE entre níveis C, D e E (**Gráfico 12**), conforme detalhamento anteriormente apresentado (**Tabela 6**) e discutido no **item 5.1**, que trata do perfil dos técnico-administrativos em educação.

Gráfico 12 – Produção dos técnico-administrativos em educação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os **Quadros 17** e **18**, apresentados em ordem decrescente de quantitativos e distribuídos, respectivamente, em modalidades de produção (bibliográfica e técnica), revelam a produção técnico-científica dos TAE, conforme conceito desta pesquisa, que analisa os

canais de comunicação no período delimitado (2013 – 2016). Optamos por permanecer com a coluna “antes de 2013” por verificarmos expressiva quantidade de TAE com produção bibliográfica nessa fase e com a coluna “2017”, com representação de 10 (12%) TAE, porque demonstra a dimensão da atualização e da continuidade da produção. Os quadros apresentam total de TAE que publica em cada um dos canais de comunicação (coluna verde), incidência de TAE por ano / canal (colunas) com a totalidade deles por ano (última linha) e o número total de TAE com produção no período – antes de 2013 a 2017 (coluna azul).

Quadro 17 – Canais de comunicação da produção bibliográfica

Produção Bibliográfica CANAIS DE COMUNICAÇÃO	Antes de 2013	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	TAE
Trabalhos publicados em anais de eventos	34	12	11	10	3	2	72	38
Apresentação de trabalho e palestra	28	12	10	11	6	1	68	35
Artigos completos publicados em periódicos	23	11	10	6	7	3	60	31
Livros e capítulos	4	2	7	4	5	-	22	13
Artigos aceitos para publicação	1	-	-	3	4	3	11	8
Outra produção bibliográfica	7	-	-	-	-	-	7	4
Texto em jornal ou revista (magazine)	1	-	-	-	-	-	1	4
Tradução	1	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	99	37	38	34	25	9	242	134

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Buscando maior entendimento, tomemos como exemplo os 47 TAE com produção bibliográfica, mais especificamente os 38 (81%) TAE que publicaram em anais de eventos (primeira linha). Levando em conta que eles divulgam em múltiplos anos, temos: 34 (72%) com publicação antes de 2013; 12 (26%) em 2013; 11 (23%) em 2014; 10 (26%) em 2015; três (8%) em 2016. Em análise por cada ano, os dados destacam 2014 como aquele com maior volume de produção bibliográfica do período estudado, com exclusão dos anos antes de 2013, visto que 38 (81%) TAE publicam em quatro diferentes canais de comunicação.

Da mesma forma acontece entre os 21 TAE com produção técnica. Por exemplo, dentre os 15 (71%) que ministraram cursos de curta duração, considerando que eles podem ter ministrado cursos em múltiplos anos, temos 12 (72%) antes de 2013; seis (39%) em 2013; oito (38%) em 2014; e assim sucessivamente em cada um dos anos. Na análise por ano, os dados divergem da produção bibliográfica: neste caso, 2013 aponta o maior volume de produção técnica do período, excluindo os anos antes de 2013, visto que 13 (62%) TAE recorreram a quatro diferentes canais de comunicação.

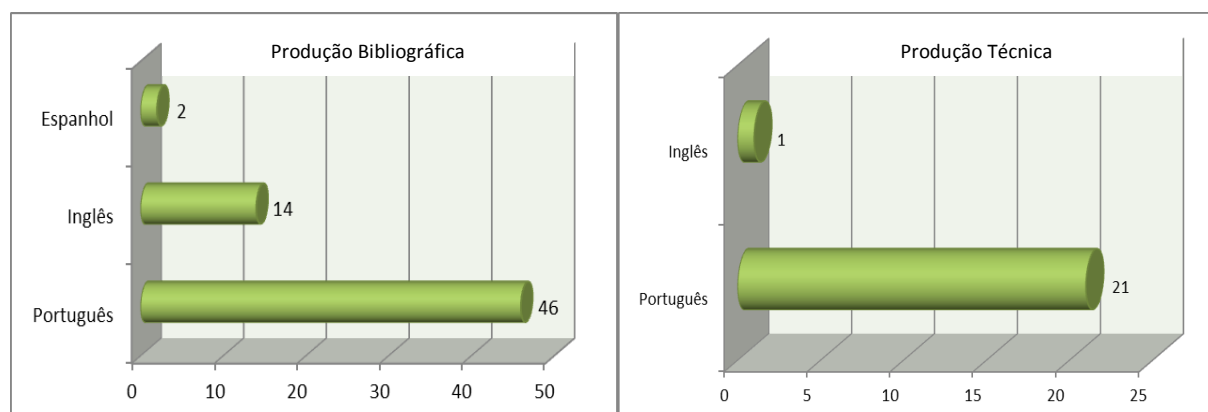
Quadro 18 - Canais de comunicação da produção técnica

Produção Técnica CANAIS DE COMUNICAÇÃO	Antes de 2013	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	TAE
Curso de curta duração ministrado	12	6	8	3	2	-	31	15
Trabalhos técnicos	4	1	1	3	1	-	10	6
Desenvolvimento de material didático ou instrucional	6	1	2	-	-	1	10	10
Outra produção técnica	5	2	-	-	2	-	9	3
Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia	1	2	1	-	-	-	4	3
Redes sociais, <i>websites</i> e <i>blogs</i>	2	1	1	-	-	-	4	1
Assessoria e consultoria	2	1	-	-	-	-	3	2
Editoração	1	-	-	-	-	-	1	1
Relatório de pesquisa	1	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL POR ANO	33	14	13	6	5	1	73	42

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observamos certa similaridade entre os dados da produção bibliográfica e técnica, isto é, a produção técnico-científica dos TAE possui maior expressividade entre os anos de 2013 e 2014, distribuída em seis principais canais de comunicação, conforme CNPq (2017c) apresenta como instrumentos e formas de divulgação e popularização da ciência.

A respeito dos idiomas, a produção técnico-científica é publicada predominantemente no idioma oficial do país – português (**Gráfico 13**), mas há também publicações em outros idiomas, a saber: inglês 14 (30%) dos TAE (produção bibliográfica), com destaque para um nível E com publicação apenas nesse idioma e um TAE (produção técnica); espanhol (dois ou 4%) dos TAE, apenas na produção bibliográfica. “De olho” no perfil dos TAE (**Quadro 12**), detectamos congruência entre os idiomas informados em seu Lattes e a produção arrolada.

Gráfico 13 - Idiomas da produção técnico-científica

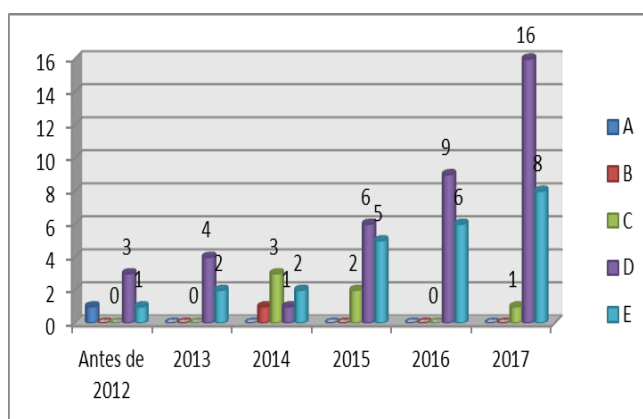
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

5.3 Identificação dos canais de comunicação

Atribuímos como terceiro objetivo específico da pesquisa, “identificar os canais de comunicação utilizados para disseminar tal produção”, para o qual estabelecemos o pressuposto: os servidores TAE da UFPB possuem produção técnico-científica, sendo os artigos de periódicos científicos, comunicações de eventos e capítulos de livros os canais de comunicação mais utilizados.

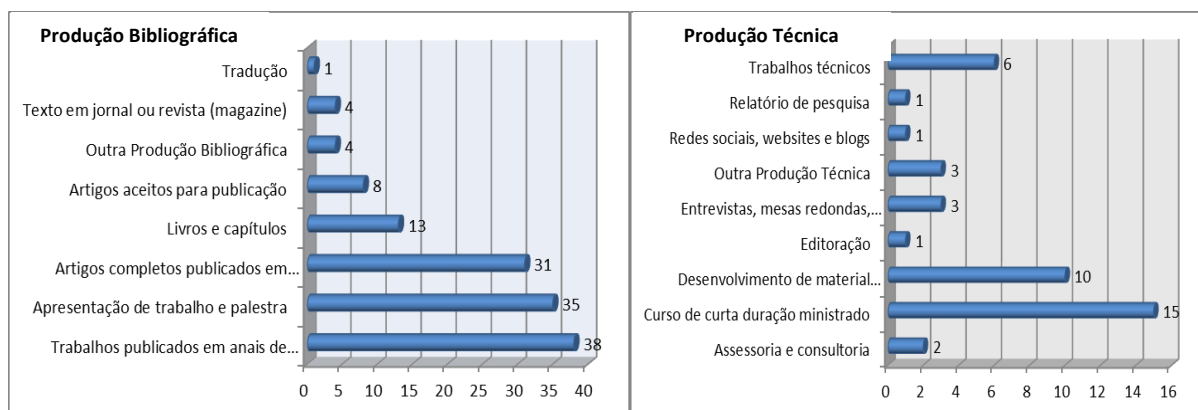
No período previamente delimitado (2013 a 2016), observamos 27 (38%) TAE em cargos de nível C, D e E (**Gráfico 14**) com atualização dos currículos Lattes de forma periódica, ou seja, nos últimos dois anos, 2015 e 2016. As atualizações apenas em 2017 somam 25 (35%) dos TAE, ainda que a atualização do Lattes seja extremamente relevante por propiciar possibilidade de acesso a informações atualizadas.

Gráfico 14 – Atualização dos currículos Lattes por período



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os **Quadros 17** e **18** subsidiam o mapeamento da produção técnico-científica dos TAE e a consecução do segundo objetivo específico da pesquisa. O **Gráfico 15** por sua vez, ilustra os canais de comunicação por eles utilizados visando à disseminação de sua produção. Destacamos: (a) produção bibliográfica: trabalhos publicados em anais de eventos (38, 81%); apresentação de trabalho e palestra (35, 74%); artigos completos publicados em periódicos (31, 66%); e livros e capítulos (13, 28%); (b) produção técnica: cursos de curta duração (15, 71%); desenvolvimento de material didático ou instrucional (10, 48%); e trabalhos técnicos (6, 29%).

Gráfico 15 – Canais de comunicação da produção técnico-científica

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Atribuímos a produção do TAE tanto como resultado do desenvolvimento diário de suas práticas (o que o motiva a disseminá-las) quanto ao reflexo da educação continuada, ou seja, é a soma de um ciclo. As políticas de capacitação e de qualificação da administração pública, descritas no **item 3.3**, a exemplo da PNDP (BRASIL, 2006b), possibilitam gradual inserção do TAE na produção do texto técnico-científico, quando eles podem escrever a respeito de descobertas e / ou determinados temas sobre novas perspectivas ou de forma mais extensa, a fim de identificar novas soluções, reforçando Lakatos e Marconi (1992). Os eventos profissionais ou acadêmicos, que representam o canal de comunicação (anais) com maior participação dos TAE na produção bibliográfica representam a oportunidade para disseminarem junto aos pares suas práticas e descobertas, como previsto por Targino (2008) e Ziman (1979) ao tratarem da divulgação e da apropriação da produção científica por sua comunidade. O TAE especialista em determinada área é chamado para ministrar palestras, seja na instituição em que atua ou não, resultado do reconhecimento de sua formação e / ou experiência profissional.

Os cursos de curta duração, maior índice na produção técnica dos TAE, ministrados em geral na UFPB, no *Campus III*, mas também em outros *campi*, sinalizam a valorização do TAE no âmbito da instituição, que o recompensa financeiramente com gratificação por GECC, de acordo com o Decreto n. 6.114, de 15 de maio de 2007 (BRASIL, 2012a), e profissionalmente, quando o convida para contribuir na formação de outros servidores, sejam docentes ou técnico-administrativos. A seleção é feita através do “banco de talentos” da PROGEP, para o qual o TAE pode fazer parte mediante conclusão e aprovação em cursos de capacitação de formação de instrutores, para cursos presenciais e / ou para tutores no caso de cursos a distância. Esses cursos têm o intuito de capacitarem o TAE sem formação docente

para preparar e ministrar aulas. Em decorrência da chamada “docência ocasional”, quando os técnico-administrativos são convocados para ministrar cursos, terminam por desenvolver material didático e instrucional, justificando ser este o canal de comunicação com maior incidência entre a produção técnica.

5.4 Temática da produção técnico-científica

Na identificação da temática da produção técnico-científica, quarto objetivo específico da pesquisa, adotamos para indexar os títulos constantes dos currículos Lattes, a tabela de áreas do conhecimento do CNPq (2017d), a partir do pressuposto: a produção técnico-científica dos TAE concentra-se nas áreas / temáticas educação, administração, agronomia, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos.

Para respondermos ao objetivo em pauta, atribuímos um campo “tema” no formulário de extração de dados dos currículos Lattes (**Apêndice A**). Após leitura cautelosa de cada título dos itens produzidos (produção bibliográfica e técnica), um ou mais temas foram selecionados e / ou incluídos na opção “outros”, sempre com referência nas áreas de conhecimento do CNPq, de modo a contemplar o número total encontrado nas publicações de cada TAE, pois da mesma forma como acontece na(s) área(s) de atuação (**Quadro 14**), há TAE com produção em mais de um tema, a depender da abrangência de sua atuação. O resultado final possibilita a identificação de 26 temas na produção bibliográfica (**Quadro 19**) de 47 TAE, sendo quatro (9%) nível C; 24 (51%) nível D; e 19 (40%) nível E.

Quadro 19 - Temas da produção bibliográfica

Item	TEMAS DAS PUBLICAÇÕES Produção Bibliográfica	NÍVEIS			TOTAL
		C	D	E	
1	Administração	-	2	3	5
2	Agroecologia	-	1	-	1
3	Agronomia	1	10	1	12
4	Biologia Geral	-	-	1	1
5	Botânica	-	-	1	1
6	Ciência da Informação	-	-	2	2
7	Ciência e Tecnologia de Alimentos	-	9	3	12
8	Direito	1	-	-	1
9	Educação	-	2	2	4
10	Enfermagem	-	-	1	1
11	Engenharia Agrícola	-	-	1	1
12	Engenharia Química	-	1	2	3
13	Engenharia Sanitária	-	1	-	2
14	Engenharia de Materiais e Metalurgia	-	1	-	1
15	Letras	1	-	1	2
16	Linguística	-	-	1	1
17	Medicina Veterinária	1	-	1	2
18	Microbiologia	-	-	1	1
19	Nutrição	-	-	1	1
20	Psicologia	-	-	1	1
21	Química	-	2	-	2
22	Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	-	1	-	1
23	Saúde Coletiva	-	-	1	3
24	Serviço Social	-	-	1	2
25	Zootecnia	2	6	1	9
26	Tecnologia da Informação	-	1	-	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

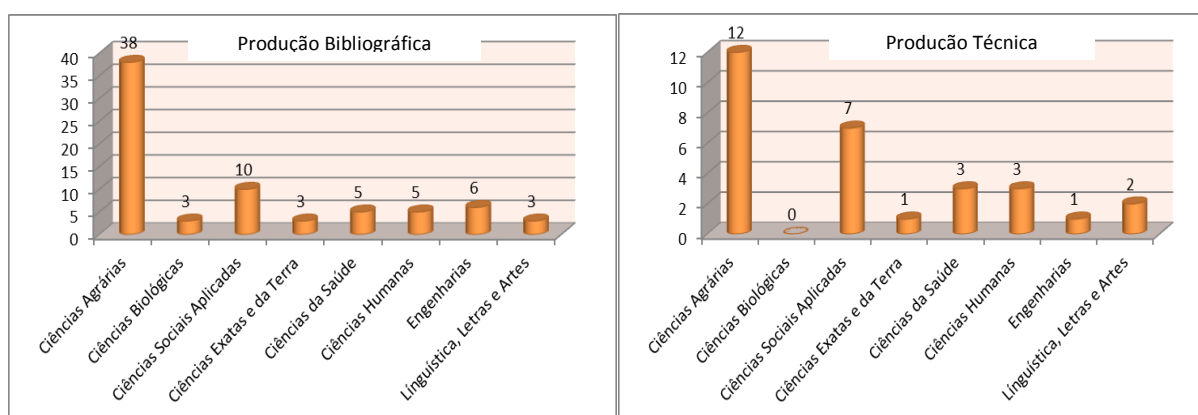
Em se tratando da produção técnica (**Quadro 20**), há o registro de 21 TAE: 10 (48%) nível D e 11 (52%) nível E.

Quadro 20 – Temas da produção técnica

Item	TEMAS DAS PUBLICAÇÕES Produção Técnica	NÍVEIS		TOTAL
		D	E	
1	Administração	2	2	4
2	Agronomia	1	-	1
3	Ciência da Informação	-	1	1
4	Ciência e Tecnologia de Alimentos	4	2	6
5	Educação	2	1	3
6	Engenharia Química	1	-	1
7	Letras	-	1	1
8	Linguística	-	1	1
9	Medicina Veterinária	-	1	1
10	Nutrição	-	1	1
11	Química	1	-	1
12	Saúde Coletiva	-	2	2
13	Serviço Social	-	2	2
14	Zootecnia	3	1	4

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para entender a distribuição sumarizada nos **Quadros 19 e 20**, tomemos como exemplo, o item três do primeiro, no qual o tema agronomia aparece com o total de 12 incidência, o que vale dizer que 26% dos TAE apresentam produção bibliográfica sobre o referido tópico. Indo além, categorizando os dados dos referidos quadros também segundo as grandes áreas do CNPq (2017d) (**Gráfico 16**), temos a confirmação do pressuposto sobre as áreas / temáticas da produção técnico-científica dos TAE.

Gráfico 16 – Áreas / tema da produção técnico-científica

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Afinal, a produção técnico-científica é representada pela soma da produção bibliográfica mais produção técnica. Temos: educação, inserida na área de Ciências Humanas

8 (12%); administração em Ciências Aplicadas 17 (25%); e agronomia, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos nas Ciências Agrárias 50 (74%). Portanto, constatamos que as três áreas com maior produção, são as mesmas áreas como antevisto (UEPB, 2016), que o *Campus* III (Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias) oferece ensino, pesquisa e extensão a comunidade universitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostos e discutidos os dados, é possível realizar uma análise geral dos resultados obtidos, com ênfase em responder ao objetivo macro de analisar a produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB) e os demais objetivos específicos da pesquisa.

Como dito no capítulo introdutório, o envolvimento com a produção técnico-científica de TAE consiste numa das razões fundamentais para a busca do aprofundamento dos conhecimentos voltados à temática e que conduzem a três questionamentos. O primeiro deles visa saber se os referidos TAE mantêm produção técnico-científica ou limitam-se ao exercício da prática profissional de seus cargos / suas funções. E, de fato, os dados coletados, analisados e discutidos mostram que os ditos servidores mantêm produção técnico-científica, com maior ênfase nas grandes áreas de atuação – Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas. Ademais, há nítida preocupação em disseminarem, por meio da produção, sua prática profissional no cotidiano, quaisquer que sejam os cargos e as funções.

O perfil dos técnico-administrativos em educação – respondendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa “categorizar o perfil dos técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB - *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB) com maior produção” – aponta para servidores jovens com idade variando entre 22 e 40 anos, distribuídos sob o aspecto de gênero (masculino / feminino), na proporção aproximada 60 / 40, respectivamente. A prevalência na ocupação dos cargos são na classe funcional D e E, sendo esta última (cargos de nível superior) a que possui maior representatividade de mulheres. Além de jovens, são qualificados, pois possuem razoável conhecimento em espanhol e / ou inglês; detêm prêmios e títulos; e atuam como membro e / ou revisor de corpo editorial e / ou revisor de periódico e / ou revisor de projeto de agência de fomento. Ademais, também são engajados em projetos de pesquisa, extensão, monitoria, inclusive em ações de desenvolvimento tecnológico. Produzem e socializam os resultados das suas práticas mediante apresentação de trabalhos em eventos, publicação em anais, artigos de periódicos, entre outros recursos.

Assim, os dados apresentados coadunam com o perfil do TAE mais produtivo, tal qual previsto no pressuposto: “o perfil dos TAE que mais produzem são os que possuem formação acadêmica de nível superior, mesmo quando ocupam cargos / funções que exigem nível de escolaridade formal em ensino fundamental completo ou médio completo (profissionalizante ou com curso técnico completo).”

O segundo questionamento, por seu turno, busca identificar se há disseminação da produção dos TAE na esfera da UFPB, haja vista que o *habitat* do servidor deve ser, por excelência, o principal canal de divulgação de seus escritos e ações. Neste momento, é oportuno retomarmos a pergunta norteadora da pesquisa “de que maneira a qualificação do TAE do CCHSA / UFPB – *Campus* III contribui para a produção técnico-científica no contexto da referida universidade?” Fundamentados nos resultados obtidos e na observação empírica dos fatos do dia a dia, ousamos afirmar que há relação direta e intrínseca entre qualificação e capacitação do servidor com produção técnico-científica. Quer dizer, o TAE tende a se capacitar, a exemplo da frequência em cursos de idiomas. Motivado ou não pelas progressões via qualificação, vai além do nível de formação mínimo exigido para seu cargo / sua função. Como decorrência, costuma participar de eventos, ministrar cursos e palestras, escrever artigos, apresentar trabalhos (a respeito das suas práticas ou não), como visto.

Neste contexto, cientes da efetiva produção técnico-científica dos TAE da UFPB, identificamos a quase inexistência de canais favoráveis à sua contribuição efetiva na esfera da UFPB, de forma sistemática e contínua. Por isto, visando à disseminação de tal produção, sugerimos a institucionalização de seminários de integração de servidores (TAE e docentes), tal como já ocorre em várias outras IES antes citadas ao longo da dissertação, com o propósito de desenvolver ações de estímulo, valorização e reconhecimento dos servidores, como também de promover a comunicação científica entre e para eles *versus* sociedade.

Outra sugestão, diretamente relacionada com a anterior, é a criação de um repositório digital institucional de acesso aberto na UFPB, tendo em vista a criação da cultura da escrita para garantir que as práticas dos TAE sejam efetivamente divulgadas. Os repositórios digitais atuam como “janelas” para que as instituições acadêmicas disponibilizem sua produção e seu acervo. É necessário tornar conhecido o que é feito na UFPB, muitas vezes resultado de anos de conhecimento, geralmente, publicado em outras esferas ou até mesmo mantendo-se desconhecido em instâncias mais próximas.

Uma séria dificuldade da comunicação científica é fazer com que o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior circule na sociedade para um público mais amplo. E tudo isto, em meio à sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, na qual a informação assume lugar de destaque face ao infinito potencial do mundo digital. Portanto, o desafio mais urgente no caso estudado é ampliar o acesso às informações geradas pelos TAE, após sua seleção, que deve conduzir à sua disponibilização para um público vasto. Ou seja, os seminários de integração estimulam a produção técnico-científica entre os TAE e o repositório digital institucional, através de seus registros, dissemina. Dessa forma, torna-se

possível o acesso aos conhecimentos científicos produzidos, para maior quantidade de pessoas, conforme Figueiredo (2012) defende sobre o saber de cunho científico. E sob o ponto de vista da CI, é a vivência dos três conceitos de informação de Capurro (2003) – físico (documentos), cognitivo (intercâmbio entre o físico e conhecimento), e o social (o compartilhamento do conhecimento). É através da informação que a comunicação científica efetiva-se e permite caminhos múltiplos.

Retomando o aspecto da produção técnico-científica, diretamente relacionado com o segundo e terceiro objetivos específicos, quais sejam, respectivamente, “mapear a produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB)”, e “identificar os canais de comunicação por eles utilizados para disseminar a produção técnico-científica em pauta”, constatamos, por meio do mapeamento realizado, uma produção técnico-científica efetiva entre os TAE. O período delimitado para análise da produção comprova que os técnico-administrativos recorrem a diversificados canais de comunicação, preferencialmente, anais de eventos, apresentação de trabalho e palestra, artigos de periódicos, cursos de curta duração ministrados, livros e capítulos de livros, e desenvolvimento de material instrucional. Destarte, o segundo pressuposto também se confirma, isto é, dentre a produção dos servidores estudados destacam-se artigos de periódicos científicos, comunicações em eventos e capítulos de livros.

No tocante ao quarto objetivo específico, qual seja, identificar a temática priorizada pelos pesquisados, de acordo com os índices verificados em sua produção técnico-científica, ratificamos o terceiro e último pressuposto. Isto é, entre as áreas do conhecimento apresentadas pelo CNPq (2017d), a produção técnico-científica dos TAE concentra-se, prioritariamente, em educação (Ciências Humanas), administração (Ciências Sociais), agronomia, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos (Ciências Agrárias).

Por fim, acreditamos ter efetivado a pretendida análise da produção técnico-científica dos servidores técnico-administrativos em educação do CCHSA / UFPB – *Campus* III, Bananeiras – Paraíba (PB), atingindo o objetivo geral da pesquisa. Mais do que isto, acreditamos que novos estudos poderão surgir como complementação à dissertação apresentada e, sobretudo, os servidores devem se sentir aptos e estimulados a prosseguir em sua inserção na produção científica da Universidade Federal da Paraíba, cada vez mais.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Regina. Bananeiras (PB) é modelo de desenvolvimento sustentável. **Diário do Turismo**: Grupo D & D, 2017. Disponível em: < <https://diariodoturismo.com.br/bananeiras-pb-e-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel-por-regina-amorim/>>. Acesso em: 9 dez. 2017.
- ANDRADE, Maria de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57- 79, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120/10827>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, c1979.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2008.
- BELTRÃO, L. **Teoria geral da comunicação**. 3. ed. Brasília: Thesaurus, 1988.
- BRAGA, G. M.; OBERHOFER, A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Revista Latinoamericana de Documentación**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 27 - 31, jan. / jun. 1982.
- BRAMBILLA, Sonia Domingues Santos. **Produção científica da Universidade Federal do Rio Grande de Sul representada na Web of Science (2000-2009)**. 2011. 219f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28922>>. Acesso em: 4 jan. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei. n. 9.394 de 20 dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.091, 12 de janeiro de 2005.** 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.773 de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.** 2006a. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. **Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional...** 2006b. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de gestão pública (SEGEPE). **Guia da gestão da capacitação por competências.** Brasília: MPOG, 2012a. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia-gestao-da-capacitacao-por-competencias_2.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar n. 152, de 3 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp152.htm>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qual a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=86>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=61&data=24/03/2017>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República: **Site do Palácio do Planalto:** legislação, 2017b. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BURNHAM, Teresinha Fróes *et al.* Aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CINFORM), 4., 2005, Salvador, Bahia, 2005. **Proceedings...** Salvador, Bahia: Diálogo Científico: Ciência da Informação, 2005. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000481/>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CALDEIRA, Fernando; AZEVEDO, Jéssica. **Servidora participante do PQI / UFPB é premiada no 21º Webmedia**. UFPB: João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/print/3766>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASTEDO, Raquel da Silva. **O projeto gráfico de periódicos científicos**: um estudo sobre o projeto gráfico da revista da FABICO/UFRGS. 2005. 142 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21076>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-36, 1979. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/135>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Auxílios individuais**: auxílio editoração (AED). 2011. Disponível em: <http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_instance_0oed/10157/25480#rn17115>. Acesso em: 1 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Estatísticas da base de currículos da plataforma Lattes**. 2016. Disponível em: <<http://estatico.cnpq.br/painellattes/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Busca currículo Lattes**. 2017a. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Diretrizes**. 2017b. Disponível em: <<http://cnpq.br/diretrizes>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Fazendo divulgação científica**. 2017c. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/divulgacao-cientifica-sobre>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Tabela de área do conhecimento**. 2017d. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Avaliação**: comunicado CAPES: período de avaliação do SNPG. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/7278-comunicado-capes-periodo-de-avaliacao-do-snpg>>. Acesso em: 8 set. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **MEC institui nova modalidade de doutorado profissional**. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/8328-portaria-institui-doutorado-profissional>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

CRESPO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi; MIRANDA, Celine Leite. Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Pittsburgh, v. 7, n. 25-26, jul/dez, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8801/1/25_08.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DIAS, Célia. Os canais de comunicação científica. In: _____. **Fontes**. Blogspot, 2011. Disponível em: <<http://fontesgerais.blogspot.com.br/2011/06/os-canais-de-comunicacao-cientifica.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino (Org.). **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Editora Senac de São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FIGUEIREDO, Elton Araújo. **Produção científica dos docentes do PPGCI/UFPB nos cinco primeiros anos de existência**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Informação, Conhecimento e Sociedade) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3927>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. **Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979. 332p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Alisson Dias. **Educomunicação e formação de cidadãos**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, 2014.

GOMES, Eunice Simões Lins. **A arte de pesquisar**. João Pessoa, 2004.

GONDIM, Antônio Washington de Almeida. **Geeconomia e agricultura no Brejo Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> >. Acesso em: 25 jun. 2017.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, p. 7-21, set./dez. 2003. Edição especial.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação científica. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LACERDA, Josiane Auxiliadora. **Capacitação e o perfil dos servidores públicos**: um estudo descritivo de uma universidade federal mineira. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/1219>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução Maria Yeda F. S. de Filgueira Gomes. Brasília: Briquet Lemos, 1996.

LIBERATORE, G.; HERRERO-SOLANA, V. Caracterización temática de la investigación en Ciencia de la Información en Brasil en el período 2000-2009. **Transinformação**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 225-235, set./dez. 2013.

LIMEIRA, Maronildes Felix. **Análise da produção científica em ciências das religiões da UFPB**: um estudo comparativo. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Informação, Conhecimento e Sociedade) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4180/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

LOURENÇO, Cintia de Azevedo. Automação em bibliotecas: análise da produção via Biblioinfo (1986/1994). In: WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo, 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEZES, Eстера Muszkat. **Produção científica dos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina**: análise quantitativa dos anos de 1989 e 1990. 1993. 122 f. Dissertação. (Mestrado em Biblioteconomia) - Pontifícia Universidade Católica. Campinas, 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário interativo da educação brasileira Educabrazil**: verbete produção técnico-científica. São Paulo: Midiamix, 2001a. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/producao-tecnico-cientifica>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário interativo da educação brasileira Educabrazil**: verbete IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). São Paulo: Midiamix, 2001b. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/ifes-instituicoes-federais-de-ensino-superior/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Paris: UNESCO, 1999.

NARASIMHAN, R. Cultura escrita: caracterização e implicações. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

NASCIMENTO, Raphael Spyere do. **Lei n. 8.112/90 e n. 8.666/93**. Barueri: Gold Ed., 2008.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Atividade editorial & ciência da informação: convergência epistemológica**. 1998. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 226 p. Brasília, 1998. Disponível em: < http://eprints.rclis.org/3847/1/NanciOddone_1.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2017.

OLSON, David. R. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1997.

ORIGEM da palavra. **Consultório etimológico**: lista de palavras: servidor. 2010. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/servidor/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PERUCCHI, Valmira. **Indicadores de produção dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Informação, Conhecimento e Sociedade) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3983>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; OLIVEIRA, Eloisa da Conceição Príncipe (Org.). **Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos**. Brasília: IBICT, 2012.

PLATAFORMA de boas práticas para o desenvolvimento sustentável. **Avaliação da boa prática**. 2017. Disponível em: <<http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/saiba-mais/avaliacao-da-boa-pratica>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PRÍNCIPE, Eloísa. Comunicação científica e redes sociais. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 198 - 218. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1020>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

RIBEIRO, Célia Maria. **Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento**. 2006. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp023316.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do brejo paraibano e a luta pela terra**: o caso do assentamento da nossa senhora de Fátima. 2012. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/leandro_paiva.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Information science: origin, evolution and relations. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: historical, empirical and theoretical perspectives, 1991, Finland. **Proceedings...** Helsinki: 1991.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan/jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do ensino superior no Brasil**. São Paulo: Iconographics, 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do ensino superior no Brasil**. São Paulo: Iconographics, 2016. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SILVA, Alzira Karla Araújo da. A sociedade da informação e o acesso à educação: uma interface necessária a caminho da cidadania. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 63-83, 2001.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, Santa Catarina, v. 17, n 33, p. 1-29, 2012.

SILVA, Jorge Raimundo da. **Rede colaborativa entre docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Alagoas**: uma análise do período de 2008 a 2011. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Informação, Conhecimento e

Sociedade) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3945>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

SILVA, Margareth. **A função da escola e da educação**. WebArtigos.com. 2008. Disponível em: <<http://webartigos.com/artigos/a-funcao-da-escola-e-da-educacao/11257>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SILVA, Ruston Sammeville Alexandre Marques da. **Influência da produção docente em textos dissertativos no âmbito do PPGCI / UFPB: evidências a partir de referências e citações**. 2012. 81f. Dissertação- (Mestrado em Informação, Conhecimento e Sociedade). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3933>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

SIMEÃO, Elmira. **Comunicação extensiva e informação em rede**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. **O perfil temático, teórico e metodológico das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba período 2008/2010**. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3918>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e tecnologia, 2000.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. 1998. 387f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

TARGINO, Maria das Graças. Liberação pela redação técnico-científica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. T. de. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 364-380.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Mapas**: Bananeiras. 2008. Disponível em: <<http://www.agencia.ufpb.br/mapas/bananeiras/>>. 2007. Acesso em: 9 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Regimento geral**. João Pessoa, 1975. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/secretaria/regpage.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Resolução n.º 17 de 27 de março de 2013. Autoriza a criação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos, exercício 2013. **Conselho Universitário da UFPB**, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2013/Runi17_2013.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Histórico**. 2014a. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Plano de desenvolvimento institucional 2014 -2018**. João Pessoa: UFPB, 2014b. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi_ufpb_2014-2018.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA)**: sobre o CCHSA: área de atuação. 2016. Disponível em: <<http://www.cchsa.ufpb.br/cchsa/contents/paginas/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 5. abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). **Roteiro para elaboração de plano de trabalho**. 2016. João Pessoa: PROGEP, 2016. Disponível em: <<http://www.progep.ufpb.br/view-ava-des>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI). **Campi da UFPB**: mapa. João Pessoa: UFPB, set. 2017a. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/aai/contents/imagens/campi-da-ufpb-mapa.jpg/view>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP). **Docentes efetivos do magistério superior por titulação**: novembro 2017. João Pessoa: SIGRH, 2017b. Disponível em: <<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/home.jsf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP). **Quantitativo dos aposentados e pensionistas x ativos**: novembro 2017. João Pessoa: SIGRH, 2017c. Disponível em: <<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/home.jsf>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP). **Técnico-administrativos e docentes por unidade**: março 2017. João Pessoa: SIGRH, 2017d. Disponível em: <<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/home.jsf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP). **Técnicos administrativos por titulação**: novembro 2017. João Pessoa: SIGRH, 2017e. Disponível em: <<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/home.jsf>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Resolução n.º 40 de 18 de junho de 2010. Estabelece política de acesso livre à informação científica da UFS. **CONEPE**, Sergipe, 2010. Disponível em: <<http://ri.ufs.br:8080/files/politica-ri-ufs.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

VARGE, Caroline Martins. **Significado do trabalho para servidores técnicos e administrativos de uma instituição pública de ensino superior no interior paulista**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/132102>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIAJA Brasil. **Bananeiras**: história e geografia de Bananeiras na Paraíba. 2011. Disponível em: <<http://brasilcc.blogspot.com.br/2011/08/bananeiras-historia-e-geografia-de.html>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

WITTER. G. P. (Org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Alínea, 1990.

ZIMAN, John Michael. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE EXTRAÇÃO DE DADOS

Formulário para extração de dados dos currículos Lattes dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *Campus* III, para construção da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) / UFPB. Aluna: Jacqueline de Castro Rimá / Orientadora: Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino.

***Campos obrigatórios**

DADOS GERAIS

1. Atualização do Currículo Lattes *

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

2. Identificação *

3. Faixa Etária

- ☐ 18 a 21 anos
- ☐ 22 a 30 anos
- ☐ 31 a 40 anos
- ☐ 41 a 50 anos
- ☐ 50 a 60 anos
- ☐ 60 anos ou mais

4. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

5. Idiomas / Linguagens*Marque todas que se aplicam.*

	INGLÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO	LIBRAS	OUTRO
NÃO INFORMADO	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Compreende pouco	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Compreende Razoavelmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Compreende bem	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Fala Pouco	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Fala Razoavelmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Fala Bem	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lê pouco	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lê Razoavelmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lê Bem	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Escreve Pouco	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Escreve Razoavelmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Escreve Bem	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

6. Prêmios e Títulos

7. Outras informações relevantes

DADOS FUNCIONAIS

8. Classe Funcional *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ A
☐ B
☐ C
☐ D
☐ E

9. Cargo em exercício na UFPB *

10. Unidade em exercício na UFPB *

11. Formação acadêmica / Titulação (Maior nível concluído) *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ensino fundamental
☐ Ensino Médio
☐ Ensino Técnico
☐ Graduação
☐ Especialização
☐ Mestrado
☐ Doutorado
☐ Pós Doutorado

12. Qual o curso da formação acadêmica (Maior nível concluído)

13. Formação acadêmica em andamento? Qual?

ATUAÇÃO

É permitido marcar mais de uma opção

14. Grande área(s) de atuação *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ciências Agrárias
- ☐ Ciências Biológicas
- ☐ Ciências da Saúde
- ☐ Ciências Exatas e da Terra
- ☐ Ciência e Tecnologia de Alimentos
- ☐ Ciências Humanas
- ☐ Ciências Sociais Aplicadas
- ☐ Engenharias
- ☐ Línguas, Letras e Artes
- ☐ NÃO INFORMADO
- ☐ OUTROS

15. Área de atuação

16. Subárea de atuação

17. Modalidades de atuação

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Membro de corpo editorial
- ☐ Membro de comitê de assessoramento
- ☐ Revisor de periódico
- ☐ Revisor de projeto de agência de fomento

18. Em caso de atuação como membro e/ou revisor, informar: tipo(s), ano(s) e vínculo(s)

PROJETOS

É permitido marcar mais de uma opção

19. Participante de projeto(s)

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pesquisa
- ☐ Extensão
- ☐ Desenvolvimento Tecnológico
- ☐ Outro: _____

20. Responder apenas em caso participação em Projeto(s)

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Integrante
- ☐ Coordenador / Orientador
- ☐ Voluntário
- ☐ Outro: _____

21. Em caso de participação em Projeto(s), informar: ano(s), título(s) e órgão(s) vinculado

25. Produção Bibliográfica (quantitativo)*Marque todas que se aplicam.*

	Até 02	03 - 05	06 - 08	09 - 11	12 - Acima
ANTES DE 2013	☐	☐	☐	☐	☐
2013	☐	☐	☐	☐	☐
2014	☐	☐	☐	☐	☐
2015	☐	☐	☐	☐	☐
2016	☐	☐	☐	☐	☐
2017	☐	☐	☐	☐	☐

26. Produção Bibliográfica (temas)*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Administração
- ☐ Agronomia
- ☐ Ciência e tecnologia de alimentos.
- ☐ Educação
- ☐ Zootecnia
- ☐ Outro: _____

27. Produção Bibliográfica (idiomas)*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Português
- ☐ Inglês
- ☐ Espanhol
- ☐ Francês
- ☐ Outro: _____

28. Modalidades de Produção Técnica*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Assessoria e consultoria
- ☐ Extensão tecnológica
- ☐ Programa de computador sem registro
- ☐ Produtos
- ☐ Processos ou técnicas
- ☐ Trabalhos técnicos
- ☐ Cartas, mapas ou similares
- ☐ Curso de curta duração ministrado
- ☐ Desenvolvimento de material didático ou instrucional
- ☐ Editoração
- ☐ Manutenção de obra artística
- ☐ Maquete
- ☐ Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia
- ☐ Relatório de pesquisa
- ☐ Redes sociais, websites e blogs
- ☐ Outro: _____

29. Produção Técnica (período)*Marque todas que se aplicam.*

	ANTES DE 2013	2013	2014	2015	2016	2017
Assessoria e consultoria	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Extensão tecnológica	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Programa de computador sem registro	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Produtos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Processos ou técnicas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Trabalhos técnicos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Cartas, mapas ou similares	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Curso de curta duração ministrado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento de material didático ou instrucional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Editoração	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Manutenção de obra artística	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Maquete	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Relatório de pesquisa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Redes sociais, websites e blogs	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outra produção técnica	☐	☐	☐	☐	☐	☐

30. Produção Técnica (quantitativo)*Marque todas que se aplicam.*

	Até 02	03 - 05	06 - 08	09 - 11	12 - Acima
ANTES DE 2013	☐	☐	☐	☐	☐
2013	☐	☐	☐	☐	☐
2014	☐	☐	☐	☐	☐
2015	☐	☐	☐	☐	☐
2016	☐	☐	☐	☐	☐
2017	☐	☐	☐	☐	☐

31. Produção Técnica (temas)*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Administração
- ☐ Agronomia
- ☐ Ciência e tecnologia de alimentos.
- ☐ Educação
- ☐ Zootecnia
- ☐ Outro: _____

32. Produção Técnica (idiomas)*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Português
- ☐ Inglês
- ☐ Espanhol
- ☐ Francês
- ☐ Outro: _____

EVENTOS

É permitido marcar mais de uma opção

33. Participação em eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas.

Marque todas que se aplicam.

	Até 02	03 - 05	06 - 08	09 -11	12 - Acima
ANTES DE 2013	☐	☐	☐	☐	☐
2013	☐	☐	☐	☐	☐
2014	☐	☐	☐	☐	☐
2015	☐	☐	☐	☐	☐
2016	☐	☐	☐	☐	☐
2017	☐	☐	☐	☐	☐

34. Organização de eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas.

Marque todas que se aplicam.

	Até 02	03 - 05	06 - 08	09 -11	12 - Acima
ANTES DE 2013	☐	☐	☐	☐	☐
2013	☐	☐	☐	☐	☐
2014	☐	☐	☐	☐	☐
2015	☐	☐	☐	☐	☐
2016	☐	☐	☐	☐	☐
2017	☐	☐	☐	☐	☐

Powered by





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

(Continua)

NÍVEL	VÍNCULO	PERÍODO	DESCRIÇÃO	FINANCIADO	TOTAL
E	Coordenador	2016 - Atual	Plantando árvores & colhendo cidadania.	NI	2
		2013 - 2014	Rede mulher: conectando saberes, desconectando a violência.	NI	
	Integrante	2011 - 2012	Decifrando a cidadania: musicalização de crianças e adolescentes.	NI	1
E	Coordenador	2015 - Atual	Experimentação contextualizada, problematizadora e investigativa no ensino de química: uma parceria com escolas públicas de Bananeiras e Solânea – Paraíba rumo à aprendizagem significativa.	NI	4
		2014 - 2014	Química Experimental nas escolas públicas das regiões de Bananeiras e Solânea – Paraíba: Uma proposta contextualizada, investigativa e problematizadoras.	NI	
		2013 - 2013	Química experimental nas escolas públicas de Bananeiras e Solânea: uma abordagem contextualizada, investigativa e problematizadora.	NI	
		2012 - 2012	Capacitação em formas de proteção e utilização da água armazenada em mananciais da Zona Rural do Agreste Paraibano.	NI	
	Integrante	2012 - 2012	Despertando o protagonismo juvenil: as abordagens de educação ambiental na escola.	NI	4
		2012 - 2012	Desenvolvimento de iogurte de leite de cabra adicionado de manga em pó.	NI	
		2012 - 2012	Diagnóstico higiênico-sanitário da produção do leite em Bananeiras-PB.	NI	
		2011 - 2012	Estratégias de apoio ligadas a pequenos e micro produtores de flores nas áreas rurais de Bananeiras – Paraíba.	NI	

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

E	Coordenador	2011 - 2013	Despertando o protagonismo juvenil: as abordagens de educação ambiental na escola	UFPB (Bolsa)	3
		2011 - 2011	Pescadores <i>Online</i> : uma proposta de inclusão e letramento digital na comunidade da Barra do Mamanguape – Paraíba.	UFPB (Cooperação)/ Ministério da Educação (Auxílio)	
		2014 - Atual	Rede dos núcleos de desenvolvimento territorial sustentável na baixada litorânea.	CNPq (Bolsa) / MDA (Bolsa)	
	Integrante	2012 - Atual	Agroecologia: uma proposta para a construção e para o fortalecimento dos saberes da agricultura familiar no território da Borborema.	UFPB (Auxílio Financeiro)	6
		2012 - Atual	Capacitação em formas de proteção e utilização da água armazenada em mananciais da Zona Rural do Agreste Paraibano.	NI	
		2011 - 2013	Elaboração de práticas experimentais e de recursos pedagógicos para o ensino de Ciências e Biologia em escolas públicas do brejo Paraibano.	UFPB (Cooperação)	
		2011 - 2013	Estratégias de apoio ligadas a pequenos e micro produtores de Flores nas áreas rurais de Bananeiras – Paraíba.	UFPB (Auxílio Financeiro)	
		2011 - Atual	Resgate e mapeamento dos guardiões das sementes da paixão e estratégias para a manutenção da agrobiodiversidade no Estado da Paraíba.	UFPB (Auxílio Financeiro)	
		2011 - Atual	Implantação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia no Território da Borborema: cultivando saberes, alimentando a vida-aprendendo e ensinando uma nova lição.	CNPq (Auxílio financeiro) / MDA (Auxílio financeiro)	
E	Integrante	2013 - Atual	Implementação do controle de qualidade da cadeia produtiva da apicultura e fruticultura: apoio tecnológico a COAPRODES [Cooperativa de processamento e comércio de produtos da Agricultura] e sustentabilidade às microrregiões da Zona da Mata, Brejo, Curimataú e Seridó paraibano.	NI	4
		2012 - 2012	Desenvolvimento de iogurte de leite de cabra com polpa de manga.	NI	
		2011 - 2013	Instalação de um <i>packing house</i> de beneficiamento de <i>citrus</i> , visando à sustentabilidade da região e Matinhas – Paraíba: agregando valor ao arranjo produtivo local e agricultura familiar.	NI	
		2011 - 2011	Capacitação de marisqueiros: importância para a sustentabilidade na comunidade Ribeira de Santa Rita – Paraíba e Bayeux – Paraíba.	NI	

APENDICE B – PROJETOS DE EXTENSAO COM PARTICIPAÇÃO DE TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

E	Integrante	2016 - Atual	Uso da carne de galinhas poedeiras para elaboração de hambúrguer: caracterização físico-química, microbiológica e sensorial.	NI	2
		2015 - Atual	Resgate, avaliação e valorização cultural como ações para preservação do patrimônio gastronômico da Paraíba: análise da forma de preparo da buchada e do sarapatel elaborados a partir de subprodutos de caprinos e / ou ovinos comercializados em feiras-livres.	NI	
D	Integrante	2016 - 2016	Metodologias participativas no assessoramento técnico do cultivo de tilápias de pequenos produtores do município de Bananeiras – Paraíba.	NI	4
		2015 - 2015	Metodologias participativas no assessoramento técnico do cultivo de tilápias de pequenos produtores do município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
		2015 - 2015	Treinamento em manejo e higiene da ordenha de bovinos leiteiros no município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
		2013 - 2013	Aspectos Para qualidade e higiene do leite cru bovino (<i>Bos Taurus</i>) produzido em Bananeiras – Paraíba.	NI	
D	Integrante	2008 - 2010	Caracterização e acompanhamento técnico das criações de suínos da agricultura familiar no Estado da Paraíba, com ênfase na sustentabilidade.	NI	1
D	Integrante	2009 - 2009	Planejamento de carreira para bacharelados em Administração.	NI	1
D	Coordenador	2016 - Atual	Interdisciplinaridade, alimentação e nutrição.	NI	1
	Integrante	2016 - Atual	Nutrição e educação: a prática interdisciplinar num projeto de extensão.	NI	1
D	Coordenador	2015 - 2015	Interdisciplinaridade, alimentação e nutrição.	NI	1
D	Coordenador	2015 - Atual	Metodologias participativas no assessoramento técnico do cultivo de tilápias de pequenos produtores do município de Bananeiras – Paraíba.	NI	2
		2013 - 2014	Suporte técnico agrônomo dos produtores de flores do município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
E	Integrante	2012 - 2012	Intervenção pedagógica: ressignificando práticas de leitura.	UFCG (Bolsa)	1
E	Integrante	2016 - 2016	Nutrição e educação: a prática interdisciplinar num projeto de extensão.	NI	1
D	Coordenador	2016 - 2016	Treinamento em manejo e higiene de ordenha de bovinos leiteiros nos municípios paraibanos de Belém e Serraria.	NI	8
	Coordenador	2015 - 2015	Monitoramento da qualidade do leite no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN).	NI	
	Coordenador	2015 - 2015	Interdisciplinaridade no ensino de química: ações integradas envolvendo estudos sobre alimentos.	NI	

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

	Coordenador	2015 - 2015	Avaliação da problemática do abate de animais de pequeno e médio porte da zona rural de Taperoá – Paraíba: estudo da viabilidade de criação de uma cooperativa de abate.	NI	
	Coordenador	2015 - 2015	Treinamento em manejo e higiene da ordenha de bovinos leiteiros no município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
	Coordenador	2014 - 2014	Boas práticas de higiene na ordenha (BPHO) no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias.	NI	
	Coordenador	2013 - Atual	Aspectos para qualidade e higiene do leite cru bovino (<i>Bos taurus</i>) produzido em Bananeiras – Paraíba.	NI	
	Coordenador	2012 - 2013	Diagnóstico higiênico-sanitário da produção do leite em Bananeiras – Paraíba.	UFPB (Bolsa)	
	Integrante	2016 - 2016	Caracterização da qualidade do leite produzido por produtores cooperados nos municípios de Belém e Serraria – Paraíba.	NI	8
	Integrante	2015 - 2015	Interdisciplinaridade, alimentação e nutrição?	NI	
	Integrante	2015 - 2015	Nutrição e educação: a prática interdisciplinar num projeto de extensão.	NI	
	Integrante	2014 - 2014	Educação alimentar para crianças em idade escolar.	NI	
	Integrante	2012 - 2013	Capacitação em formas de proteção e utilização da água armazenada em mananciais da Zona Rural do agreste Paraibano.	NI	
	Integrante	2010 - 2010	Degustação e apresentação das características nutricionais do queijo tipo frescal e do iogurte de origem caprina para alunos de ensino médio de quatro municípios da microrregião do brejo paraibano.	NI	
	Integrante	2008 - 2009	Perfil higiênico sanitário do leite produzido nas propriedades rurais de cacimba de dentro – Paraíba.	UFPB (Cooperação)	
	Integrante	2007 - 2008	Condições de higiene das feiras livres dos municípios de Bananeiras, Solânea e Guarabira – Paraíba (Integrante).	UFPB (Cooperação)	
E	Coordenador	1999 - 1999	Projeto de capacitação e qualificação de recursos humanos de enfermagem em instrumentação cirúrgica.	NI	1
E	Coordenador	2012 - Atual	Capacitação em formas de proteção e utilização da água armazenada em mananciais da zona rural do agreste paraibano.	NI	1
	Integrante	2012 - 2012	Despertando o protagonismo juvenil: as abordagens da Educação Ambiental na Escola.	NI	1

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

E	Coordenador	2016 - Atual	Treinamento em manejo e higiene de ordenha de bovinos leiteiros nos municípios paraibanos de Belém e Serraria.	NI	6
		2015 - 2016	Treinamento em manejo e higiene da ordenha de bovinos leiteiros no município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
		2012 - 2013	Assistência ao manejo de caprinos e ovinos dos produtores familiares dos municípios pernambucanos de Salgueiro e Serrita.	NI	
		2012 - 2013	Produtos de origem animal e a saúde do consumidor.	NI	
		2012 - 2013	Treinamento em higiene e manejo da ordenha de bovinos leiteiros em Salgueiro – Pernambuco.	NI	
		2011 - 2012	Assistência ao manejo de caprinos e ovinos dos produtores familiares dos municípios do sertão central pernambucano.	NI	
D	Coordenador	2011 - 2015	Estratégias de apoio ligadas a pequenos e micro produtores de flores nas áreas rurais do município de Areia – Paraíba.	UFPB/PROBEX (Auxílio Financeiro)	2
		2008 - 2008	Estratégias de apoio ligadas a pequenos e micro produtores de flores nas áreas rurais do município de Areia – Paraíba.	UFPB/PROBEX (Bolsa)	
	Integrante	2016 - 2016	Rótulos nutricionais: intervenção para compreensão.	NI	11
		2013 - 2013	Despertando o protagonismo juvenil: as abordagens de educação ambiental na escola.	NI	
		2012 - 2014	Suporte técnico agrônomo dos produtores de flores do município de Bananeiras – Paraíba.	NI	
		2012 - 2013	Extensão rural agroecológica: uma proposta de inclusão digital de jovens integrada.	NI	
		2012 - 2013	Capacitação em formas de proteção e utilização da água armazenada em mananciais da zona rural do agreste paraibano.	NI	
		2012 - 2013	Desenvolvimento de iogurte de leite de cabra com polpa de manga.	NI	
		2012 - 2013	Estudo da comercialização de banana na Paraíba.	NI	
		2010 - 2011	Ações integradas para melhorias da feira livre do município de Areia – Paraíba.	NI	
		2010 - 2010	Estratégias de apoio ligadas a pequenos e micro produtores de flores nas áreas rurais do município de Areia – Paraíba.	UFPB / PROBEX (Auxílio Financeiro)	
		2008 - 2010	Apoio continuado para melhoria da qualidade de manuseio de frutas e hortaliças.	UFPB / PROBEX (Bolsa)	
		2008 - 2010	Desenvolvimento de habilidades básicas na agricultura por alunos da APAE [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais] – Areia.	UFPB / PROBEX (Bolsa)	

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

D	Integrante	2013 - Atual	Química Experimental nas escolas públicas de Bananeiras e Solânea: uma abordagem contextualizada, investigativa e problematizadoras.	NI	1
D	Coordenador	2016 - Atual	Transferência de tecnologia do processamento mínimo.	NI	1
E	Coordenador	2016 - Atual	Melhoria da qualidade da carne dos frigoríficos e açougues dos municípios de Bananeiras e Solânea – Paraíba, por intermédio da implantação das boas práticas de manipulação.	NI	5
		2013 - Atual	Elaboração de práticas experimentais e de recursos pedagógicos para o ensino de Ciências e Biologia em escolas públicas do brejo paraibano.	NI	
		2012 - Atual	Despertando o protagonismo juvenil: as abordagens da educação ambiental na escola.	NI	
		2012 - Atual	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	NI	
		2011 - 2012	Educação como promotora da identidade do homem do campo e do desenvolvimento rural.	NI	
	Integrante	2015 - 2015	Curso de formação inicial e continuada do Programa Nacional de Acesso Ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).	NI	1
E	Coordenador	2015 - 2016	Orientação profissional para estudantes do ensino médio da rede pública da região do submédio do São Francisco.	NI	1
E	Coordenador	2011 - 2011	Núcleo de Assistência Jurídica às Associações Cíveis do Estado da Paraíba (NAJAC / PB).	NI	2
		2010 - 2010	Núcleo de Assistência Jurídica às Associações Cíveis do Estado da Paraíba (NAJAC / PB).	NI	
	Integrante	2006 - Atual	Programa linguístico-cultural para estudantes internacionais.	CNPq (Bolsa)	1
E	Coordenador	2006 - 2007	Projeto Bússola.	NI	1
D	Coordenador	2017 - Atual	Interdisciplinaridade, alimentação e nutrição.	NI	4
		2017 - Atual	Nutrição e educação: a prática interdisciplinar num projeto de extensão.	NI	
		2016 - 2016	Socialização da química em escolas públicas do município de Remígio – Paraíba.	NI	
		2015 - 2015	Interdisciplinaridade no ensino de química: ações integradas envolvendo estudos sobre alimentos.	NI	
	Integrante	2014 - 2014	Desenvolvimento da cadeia produtiva da avicultura alternativa na comunidade São Rafael.	NI	1

APÊNDICE B – PROJETOS DE EXTENSÃO COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Conclusão)

D	Coordenador	2016 - 2017	Difusão e utilização da palma forrageira no convívio com a seca.	NI	2
		2015 - 2016	Transferência de tecnologia do processamento mínimo de frutas e hortaliças para agricultores familiares na comunidade de Roma.	NI	
	Integrante	2016 - 2017	Transferência de tecnologia do processamento mínimo de frutas e hortaliças para agricultores familiares na comunidade de Roma.	NI	3
		2012 - 2013	Transferência da tecnologia de processamento mínimo e uso das boas práticas de fabricação / manipulação para agregação de valor às frutas e hortaliças cultivadas no Assentamento São João e na Comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras do município de Pombal – Paraíba.	NI	
		2011 - 2013	Estímulo à inovação produtiva, ao manejo sustentável de recursos naturais e à cooperação em assentamentos do sertão paraibano.	NI	
D	Coordenador	2016 - atual	Difusão e utilização da palma forrageira no convívio com a seca.	NI	2
		2013 - 2013	Introdução da agroecologia com estudantes do curso técnico em agropecuária no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.	NI	
	Integrante	2016 - atual	Implantação de horta medicinal vertical em propriedades carentes da periferia de Bananeiras – Paraíba.	NI	2
		2013 - 2014	Difusão do manejo sadio dos solos aos agricultores do polo da Borborema.	NI	



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

(Continua)

NÍVEL	VÍNCULO	PERÍODO	DESCRIÇÃO	FINANCIADO	TOTAL
C	Integrante	2012 - 2012	Exigência de treonina digestível para codornas japonesas em postura.	NI	1
C	Integrante	2017 - atual	Avaliação in vitro da resposta celular da glândula mamária de ovinos desafiadas por diferentes cepas bacterianas.	NI	2
		2011 - 2012	Desenvolvimento da caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano através do manejo sanitário de ordenha.	NI	
D	Integrante	2013 - 2014	Características genéticas e ambientais da curva de crescimento de ovinos Santa Inês.	NI	2
		2012 - 2013	Estimativas de parâmetros genéticos e de ambiente para medidas repetidas de crescimento em ovinos da raça Santa Inês.	NI	
D	Integrante	2006 - Atual	Difusão de técnicas de produção para promover a revitalização da citricultura no brejo Paraibano.	BNB (Valor R\$ 113.050,70)	3
		2003 - 2008	Valorização do cultivo de Spondias: estratégias para domesticação, propagação de germoplasma e conservação pós-colheita.	Parceria EMBRAPA / CNPAT e Banco do Nordeste (Valor R\$ 19120,00)	
		2010 - Atual	Grupo de pesquisa fruteiras nativas e cultivadas.	NI	
E	Integrante	2006 - 2007	A incorporação do curso de Serviço Social na esfera universitária a partir do surgimento da FURNE.	NI	1
E	Integrante	2016 - Atual	Sistema de <i>open peer review</i> sob a ótica de editores das revistas de ciência da informação classificadas pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.	NI	1
E	Integrante	2006 - 2006	Processo de escolha: um estudo sobre cursos de especialização em administração.	NI	1

APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

D	Coordenador	2013 - 2013	Introdução da agroecologia com estudantes do curso técnico em agropecuária no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.	NI	1
	Integrante	2016 - atual	Características de produção e qualidade de tomate adubado com diferentes compostos orgânicos.	NI	3
		2016 - atual	Implantação de horta medicinal vertical em propriedades carentes da periferia de Bananeiras – Paraíba.	NI	
		2013 -2014	Difusão do manejo sadio dos solos aos agricultores do polo da Borborema.	NI	
D	Coordenador	2016 - Atual	Avaliação da qualidade de produtos lácteos produzidos no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.	CNPq (Bolsa)	1
	Integrante	2011 - 2013	Segurança alimentar na cadeia produtiva do leite.	NI	6
		2009 - 2010	Avaliação da qualidade físico-química e microbiológica do leite no Brejo paraibano.	NI	
		2008 - 2009	Elaboração de queijo de leite de cabra condimentado com cominho (<i>Cuminum cyminum</i>).	UFPB (Cooperação)	
		2008 - 2009	Avaliação da qualidade físico-química e microbiológica do leite no brejo paraibano.	UFPB (Bolsa)	
		2007 - 2008	Melhoramento genético do rebanho leiteiro no brejo paraibano.	UFPB (Cooperação)	
		2005 - 2006	Otimização da cadeia produtiva da erva-doce (<i>Foeniculum vulgare</i>) visando à agregação de valor aos produtores da agricultura familiar.	NI	
E	Integrante	2006 - 2007	Fitossociologia e análise comparativa da composição florística de duas áreas de caatinga em diferentes estágios de sucessão ecológica.	NI	3
		2005 - 2006	Avaliação do banco de sementes em fragmentos de caatinga em diferentes estágios de sucessão.	CNPq (Bolsa)	
		2005 - Atual	Serras: refúgios da Caatinga no cariri paraibano?	NI	

APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

E	Coordenador	2012 - Atual	Caracterização do perfil socioeconômico, produtivo e sanitário da caprinovinocultura de corte da microrregião do sertão central pernambucano e implantação de sistema de assistência técnica integral.	NI	4
		2011 - 2012	Prevalência, avaliação e tratamento in vivo de helmintoses gastrintestinais de pequenos ruminantes com a utilização de fitoterápicos no sertão central pernambucano.	NI	
		2008 - 2009	Prevalência, avaliação e tratamento <i>in vitro</i> de helmintoses gastrointestinais de codornas japonesas (<i>Coturnix coturnix japonica</i>) criadas no piso no semiárido.	NI	
		2007 - 2008	Sistema intensivo de produção e suas implicações sobre o bem-estar e produtividade de caprinos no semiárido paraibano.	NI	
D	Coordenador	2006 - atual	Avaliação de diferentes perfis de aminoácidos para poedeiras leves e semipesadas.	NI	4
		2005 - 2007	Exigências de metionina + cistina em função do manejo alimentar, da forma física da ração e do genótipo da ave.	NI	
		2005 - 2006	Avaliação de diferentes níveis de metionina + cistina e de lisina na ração de codornas criadas para produção de ovos.	NI	
		2003 - 2004	Efeitos da redução da proteína e suplementação das dietas com aminoácidos sulfurosos e lisina sobre o desempenho e excreção de nitrogênio em poedeiras.	NI	
	Integrante	2001 - 2002	Determinação dos valores energéticos de alguns alimentos para codornas japonesas (<i>Coturnix coturnix japonica</i>).	NI	2
		2001 - 2001	Uso do farelo de vagem de algarobeira processado a calor na alimentação de poedeiras comerciais.	NI	

APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Continuação)

D	Coordenador	2001 - 2003	Fisiologia pós-colheita de frutos de <i>Spondias</i> (<i>Spondias</i>): maturação e amadurecimento.	PIBIC (Bolsa)	1
	Integrante	2006 - 2008	Fisiologia, qualidade e controle do escurecimento interno em cultivares de abacaxi submetidos à nutrição potássica visando ao mercado de exportação.	CNPq	3
		2003 - 2006	Qualidade e conservação pós-colheita de frutos de diferentes clones de mangabeira (<i>Hancornia speciosa</i> Gomes).	NI	
		2002 - 2004	Valorização do cultivo de <i>Spondias</i> : estratégias para domesticação, propagação de germoplasma e conservação pós-colheita.	Banco do Nordeste	
D	Coordenador	2013 - Atual	Controle de qualidade da água de abastecimento da UFPB, <i>Campus</i> III – Bananeiras – Paraíba.	NI	1
	Integrante	2011 - Atual	Catalisadores cerâmicos para as áreas de petroquímica – materiais cerâmicos com propriedades diferenciadas.	CNPq (Bolsa) CAPES (Auxílio Financeiro) Petrobrás (Auxílio Financeiro) FINEP (Auxílio financeiro)	3
		2010 - 2012	Síntese de quitosana modificada para aplicação na adsorção de corantes têxteis.	CNPq	
		2006 - 2010	Adsorção de metais pesados utilizando bioadsorventes.	CNPq (Auxílio Financeiro)	
D	Integrante	2013 - Atual	Efeitos da interação entre fixação biológica do nitrogênio e aplicação de fertilizantes nitrogenados, no crescimento e nos teores de proteína foliar em feijoeiro comum em campo.	CNPq (Bolsa) CAPES (Bolsa)	3
		2011 - Atual	Eficiência no uso de nutrientes na cultura do feijoeiro: interação entre a fixação biológica do nitrogênio e a aplicação de fertilizantes nitrogenados.	CNPq (Bolsa) CAPES (Bolsa)	
		2008 - 2010	Produção e qualidade da forragem e desempenho de vacas em pastagens de capim <i>Tanzania</i> e <i>marandu</i> submetidos a períodos de descanso fixo ou conforme a interceptação luminosa.	NI	
E	Integrante	2015 - Atual	Projeto interdisciplinar de melhoria do ensino de disciplinas básicas dos cursos de ciências agrárias, Agroecologia, Administração e Agroindústria do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias.	NI	1

APÊNDICE C – PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

(Conclusão)

E	Integrante	2014 - 2015	Entre o acesso e o reverso: discutindo o SiSU [Sistema de Seleção Unificada] como forma de ingresso na Univasf [Universidade Federal do Vale do São Francisco].	NI	3
		2007 - 2007	Representações sociais da depressão no contexto do ensino fundamental: um sofrimento em expansão.	NI	
		2006 - 2007	Representações sociais da depressão no contexto escolar: um sofrimento em expansão.	NI	
E	Coordenador	2013 - Atual	Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB: acesso à justiça e mediação de conflitos.	NI	1
	Integrante	2012 - Atual	Núcleo de Estudos sobre Política e Educação Linguística.	NI	1
E	Coordenador	2009 - 2010	Deficits de autocuidado no contexto da hipertensão arterial em escolares com sobrepeso e obesidade.	NI	1
D	Integrante	2010 - 2012	Qualidade pós-colheita e processamento mínimo de brotos de palma <i>Opuntia ficus-indica Mill.</i>	NI	2
		2009 - 2010	Sistema de produção e qualidade do leite produzido em municípios da bacia leiteira de Pombal – Paraíba.	NI	
D	Coordenador	2013 - Atual	Produção, qualidade de sementes e acúmulo de nutrientes em fava submetida à adubação verde.	NI	2
		2012 - 2013	Compostagem de diferentes resíduos orgânicos na composição de substratos para produção de mudas de maracujá amarelo (<i>Passiflora Edulis Sims F. Flavicarpa Deg.</i>).	NI	
	Integrante	2016 - atual	Características de produção e qualidade de tomate adubado com diferentes compostos orgânicos.	NI	3
		2014 - Atual	Produção de mudas de umbu em substratos constituídos por diferentes resíduos orgânicos.	NI	
		2013 - Atual	Desenvolvimento de duas cultivares de feijão vermelho submetidas à aplicação foliar de biofertilizante.	NI	